OLHARES SOBRE O I GOVERNO CONSTITUCIONAL

O REFERENCIAL

50 ANOS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM DEMOCRACIA



REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º162 | JULHO – SETEMBRO 2026

PRATA PROOF

AMADEO DE SOUZA-CARDOSO

ARTISTAS PLÁSTICOS PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS

MOEDA DE COLEÇÃO COMEMORATIVA
AUTORA TERESA MILHEIRO





LOJA.INCM.PT/
CASADAMOEDA.PT moeda.
apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA

4 EDITORIAL
50 Anos!, Aniceto Afonso | 4

10 COMEMORAÇÕES
25 de abril resiste na memória dos portugueses, Adelino Rodrigues da Costa | 10
Pombal dá voz à Memória de Abril | 14
Escola Agrícola da Paiã comemorou Abril | 14
Liberdade partilhada com diferentes gerações | 15
Vidago ergueu escultura urbana | 16
Fórum sobre democracia, memória e desafios | 17
Tributo pela voz dos poetas e cantores | 18
Ópera para celebrar a revolução | 19
Quarteto reinterpreta canções de Abril | 20
Estrasburgo comemorou revolução dos cravos | 21
É abril!, Margarida Chagas Lopes | 22

23 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM DEMOCRACIA
Primeira corrida para o Palácio de Belém, Adelino Rodrigues da Costa | 24
Da tutela revolucionária à tutela democrática, Yves Léonard | 32
As Presidenciais de 1976 e a Democracia, Vasco Lourenço | 40
Costa Gomes: homem maior da revolução, Manuel Martins Guerreiro | 48
Uma biblioteca, uma bússula, um Presidente da República, José Fanha | 53
Eleições comentadas na imprensa helvética, Reto Monico | 56

63 I GOVERNO CONSTITUCIONAL
Governar em minoria para aprender a viver em democracia, David Castaño | 66
Testemunho e reflexão, Rui Vilar | 72
O ano da transição, António Barreto | 80
Transição para um regime constitucional, Reto Monico | 88

96 ABRIL – UM MUNDO NOVO
Uma revolução pacífica, Pedro Moreno da Fonseca | 96

100 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
Navios cansados: navegações de risco, Agostinho Vidal de Pinho | 100

106 OPINIÃO
Valores de abril e regimes políticos, François Tribot Laspière | 106

112 HOMENAGENS
João Abel Manta (1928-2026): A arte ao serviço da liberdade e da democracia | 112
Carlos Brito (1933-2026): Vida de luta pela liberdade | 114
Domingos Nunes Pereira (1941-2025): Homem de causas, de família e amigos, Nuno Santos Silva | 115
Coronel Maurício: Uma vida dedicada à ADFA, Manuel Martins Lopes | 118
Lídia Jorge recebe prémio Camões | 120
Para que a memória não se apague | 122

124 LIVROS
Olhar estrangeiro sobre a revolução | 124
Variações de uma guerra inacabada | 125
Amor e revolta em tempo de revolução | 126
O que ficou por dizer sobre o 25 de Novembro | 126
Mil razões para ter esperança | 128
20 Compromissos para o futuro | 128

130 BOLETIM
Fórum Salgueiro Maia: Um espaço de liberdade | 130
A25A lança debate sobre o futuro da memória de Abril, Licínio Lima | 134
AOFA homenageia "oficiais da liberdade" | 136

EDIÇÃO ONLINE

Na edição online deste número 162 da revista *O Referencial* pode ler os seguintes artigos:

Noronha Nascimento, *A insustentável previsibilidade do futuro*.
Victor Nabais, *A tempo e horas – Portugal e o sentido do futuro*.
Costa Neves, *"Vêm aí os russos, vêm aí os russos!"*.

O suplemento está alojado no site da A25A:
https://a25abril.pt/o-referencial/

50 ANOS!

Aproxima-se o final do período de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que terminará no final deste ano, mais exatamente, nas comemorações das eleições autárquicas realizadas a 12 de dezembro de 1976

Tudo começou no dia 25 de Abril de 1974 e nos seus antecedentes. Fizemos, na sua sequência, uma mudança profunda e contínua, com períodos melhores e períodos piores. Terminou a ditadura, o isolamento e a guerra. Nasceu e consolidou-se um novo regime, democrático, de liberdade e paz. Atenuou-se a pobreza, a tristeza, o abandono. Cresceu a ilustração, o saber, o conhecimento. Trouxemos o país do obscurantismo para a luz. Do quero, posso e mando para a pluralidade, o argumento livre, os caminhos diversos. Fizemos de Portugal um país normal, no seio das democracias.

Mas há essências que não superámos, heranças que nos perseguem, raízes que ainda persistem. Já são difíceis de compreender as razões destas resistências, ou melhor, da demora em as restringir, a caminho dos compromissos indispensáveis.

Não, as resistências não se situam num lugar determinado, fácil de isolar. Elas espalham-se indistintas pela sociedade, por quem escolhe e por quem é escolhido, por quem fala e por quem se cala. Estamos unidos pelas resistências. Queremos mudar, mas opomo-nos demasiadas vezes às mudanças; queremos progredir, mas não participamos em empenhamentos; ambicionamos, mas não nos incomodem. Queremos estar no cimo da montanha, mas não nos obriguem a subir.

Parece um quadro desolador, mas talvez seja o quadro normal das sociedades paralisadas ou acomodadas, das sociedades sem estímulos e sem rumo.

Impõe-se, por isso, uma análise mais profunda. Nós, todos em conjunto, podemos ter mudado o regime. Podemos ter aberto a porta à Liberdade, podemos ter construído um sistema de-



ANICETO AFONSO

QUEREMOS MUDAR, MAS OPOMO-NOS DEMASIADAS VEZES ÀS MUDANÇAS; QUEREMOS PROGREDIR, MAS NÃO PARTICIPAMOS EM EMPENHAMENTOS; AMBICIONAMOS, MAS NÃO NOS INCOMODEM

mocrático, podemos ter acabado com a guerra. Podemos ter eletrificado o país, levado água a quase todas as residências, construído as infraestruturas de saneamento básico. Podemos ter dotado o país de uma rede viária das melhores do mundo (não falamos da rede ferroviária, inexplicavelmente quase abandonada) e alargado as vias aéreas para uma multiplicidade de destinos. Podemos ter levado as redes de comunicações a todos os recantos. Sem dúvida. Podemos ter criado sistemas de bem-estar e progresso avançados, como a saúde geral, através do serviço nacional de saúde (embora ultimamente cada vez menos eficaz), expandido as redes escolares de forma intensiva, ao ponto de nos aproximarmos da alfabetização total e do crescimento invulgar de licenciados. Podemos ter estruturado um sistema de segurança social com provas dadas nas suas várias componentes. Podemos continuar a ser um país seguro, relativamente tranquilo, pacífico e apetecível para viver. Podemos orgulhar-nos de alguns índices de bem-estar, comparáveis à média dos países mais desenvolvidos. Podemos mesmo ter construído uma economia com solidez, embora com as fragilidades conhecidas. Podemos conseguir hoje participar nos fóruns mundiais em todas as áreas, sem complexos e em nível de igualdade. Podemos, finalmente, ter escritos leis avançadas, de garantias, de igualdades,

de não discriminação. Podemos ter tudo isso. Podemos orgulhar-nos de ter feito esse indesmentível percurso.

Mas há aspetos que não superámos. Há heranças de que não nos desenvencilhámos.

Não resolvemos o problema da pobreza. Temos demasiada população que não vive com um mínimo de dignidade. Fazemos muitos discursos sobre esta questão, mas mantemos a chaga aberta e à vista de todos, acrescida pela pobreza escondida e envergonhada. Continuamos a sentir que não existe um verdadeiro plano para atenuar o problema, muito menos para o resolver de uma vez.

Vamos perdendo a confiança em quem nos governa e vamos alienando os que melhor nos poderiam governar. Vamo-los destruindo sem dó nem piedade. Mas aqui a responsabilidade é das elites, aquelas que mandam. Elas foram perdendo a confiança do povo. Essencialmente porque se separaram das populações, daqueles que os escolheram. Porque se constituíram em casta. Porque muitos se foram servindo, em vez de servirem. Porque sobrepuseram interesses pessoais ou de grupo aos interesses do povo. Porque escolheram o isolamento e o secretismo. Porque corromperam e se deixaram corromper. Porque fugiram da transparência de procedimentos. Porque se descredibilizaram.

Também a esperança é vaga. Porque não sentimos uma responsabilidade partilhada, porque não sabemos bem qual deverá ser o nosso papel. Porque não conseguimos enquadrar o nosso esforço num rumo comum, num plano compreensível, numa estratégia consensual. Porque estamos quase a desistir, desencantados.

É certo que somos implacáveis com os outros e pouco exigentes connosco, mas isso resulta sobretudo da sensação de abandono e da constatação de soluções penalizadoras dos mais fracos. Do incumprimento de promessas e da incoerência de comportamentos.

De certa forma temos de admitir que criámos o ambiente propício ao crescimento do desencanto e ao triunfo progressivo de soluções demagógicas, regidas pela mentira, pela difamação e pela violência.

Contudo, não podemos aceitar que seja tarde demais.

As mudanças materiais não são suficientes para transformar a sociedade. Nem os discursos, as promessas e a propaganda. As pessoas precisam de ser ouvidas, que as suas dúvidas sejam esclarecidas e as suas exigências consideradas e realizadas. Elas compreendem as limitações, mas não aceitam as ausências.

A verdade é que estamos sem saber se os nossos governantes e as nossas autoridades estão à altura dos desafios de uma sociedade que quer ser livre, mas vive inquieta.

COMEMORAÇÕES

Aproxima-se o final do período de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que terminará no final deste ano, mais exatamente, nas comemorações das eleições autárquicas realizada em 12 de dezembro de 1976. Este será o penúltimo número d'*O Referencial* dedicado a essas comemorações. O último será o n.º 163, que incluirá



O balanço das comemorações oficiais é muito positivo, com variadíssimas iniciativas, bem aceites pelos participantes e pela sociedade portuguesa, em geral.

um dossier respeitantes às eleições regionais e, sobretudo, às eleições para as autarquias. Faremos assim, também, o encerramento do período comemorativo dos 50 anos.

O balanço das comemorações oficiais é muito positivo, com variadíssimas iniciativas, bem aceites pelos participantes e pela sociedade portuguesa, em geral. Daremos disso testemunho no próximo número. Também as comemorações levadas a efeito pela A25A, por outras associações, pela sociedade e por muitos cidadãos se revestiram de muito entusiasmo, efetiva lembrança, muita gratidão e verdadeira festa. Basta lembrar as manifestações populares dos 50 anos do 25 de Abril em todo o país!

Claro que nem tudo correu bem e o programa da A25A foi completamente comprometido pela interrupção da realização de alguns objetivos principais, como seja a musealização autónoma do Posto de Comando da Pontinha e sobretudo pela interrupção da instalação do Centro Interpretativo do 25 de Abril, no Terreiro do Paço em Lisboa, como estava previsto, por decisão do Governo anterior.

Mas a A25A não vai desistir destes objetivos e espera que as altas instâncias comprometidas com a sua realização continuem disponíveis

para apoiar a sua concretização. Julgamos que não estarão dispostas a arcar com a responsabilidade de porem em causa a celebração da Liberdade, as conquistas do regime democrático em que hoje vivemos e a necessidade de preservar a memória deste período sem par na história de Portugal, em que o exercício da Liberdade aproxima todas as gerações.

Não podemos negar a razão que muitos portugueses têm em relação ao muito que poderíamos ter avançado nestes 52 anos de democracia, pela incapacidade que mostrámos neste percurso comum. Não vale a pena culparmos uns ou outros, pelo facto real de que todos estivemos envolvidos. Mas o que não admitimos é a conclusão de que a culpa foi do 25 de Abril e que antes estávamos melhor. E mesmo que seja uma minoria a pensar desta forma, a verdade é que ela ocupa um espaço demasiado largo no quotidiano social. O caminho nunca será a negação dos valores de Abril, mas sim o seu progressivo e empenhado cumprimento.

DOSSIÊ ESPECIAL

O Referencial n.º 162 segue o esquema habitual. Em primeiro lugar destaca alguns eventos deste período de comemorações, mostrando como o 25 de Abril é lembrado em todo o país, através das mais diversas iniciativas.

Como dissemos, damos destaque a um dossiê especial, comemorativo dos 50 anos das eleições presidenciais e da ação do I Governo Constitucional. As Presidenciais são analisadas e recordadas por vários colaboradores, que muito nos honram: Adelino Rodrigues da Costa, Yves Léonard, Vasco Lourenço, Manuel Martins Guerreiro, José Fanha, Reto Monico. Estamos muito gratos.

O dossiê sobre o I Governo Constitucional conta com estudos e memórias enriquecedoras que nos transportam aos primeiros passos da democracia e nos relembram as dificuldades e as conquistas que são a base primordial deste nosso percurso de 50 anos. É por isso nosso dever transmitir a gratidão da A25A aos nossos colaboradores David Castaño, Rui Vilar, António Barreto (Parte II da sua colaboração) e Reto Monico. Temos um enorme orgulho neste dossiê de duas partes, ambas fundamentais para a história da nossa democracia.

Na rubrica "Um Mundo Novo" publicamos a 2.ª parte do texto do nosso colaborador Pedro Moreno da Fonseca, no qual nos demonstra que uma revolução pacífica não tem de originar uma democracia silenciosa. Fá-lo através da educação e da aprendizagem, terminando com este aviso: "Uma sociedade forte assenta em cidadãos que pensam, discutem e participam, e sustenta-os na medida em que liberdade se deve traduzir como não-dominação, responsabilidade pública, virtude cívica e dignidade da pessoa humana". Expressamos a nossa gratidão e esperamos voltar a tê-lo na nossa companhia.

Vem depois o tema "História e Memórias", preenchido desta vez por uma memória do nosso colaborador e sócio Agostinho Vidal de Pinho, que relembra a sua passagem por Angola, como comandante de um navio da Armada Portuguesa, logo a seguir ao 25 de Abril. Na rubrica de opinião publicamos um texto de Fran-

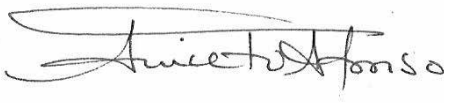
çois Tribot Laspière sobre os valores de Abril. Estamos muito gratos a ambos.

Seguem-se as homenagens prestadas pel' *O Referencial*, tanto aos nossos associados que nos vão deixando, como a outros que se destacam na nossa comunidade. Não esquecemos os poemas que dão cor e luz a esta edição, da autoria de Margarida Chagas Lopes, Alcina Magro e Maria Virgínia Rodrigues. Finalmente destacamos alguns livros editados recentemente, chamando a atenção para a sua importância na preservação da memória destes tempos de mudança e de novos rumos.

Para terminar, na área dedicada ao Boletim damos notícias associativas, especialmente através dos eventos ocorridos no fórum Salgueiro Maia, onde se destacam os livros aí apresentados durante este período. Queremos ainda referir a edição d'*O Referencial* 162 – Suplemento, publicada on-line, com as colaborações de José Costa Neves, Noronha Nascimento e Vítor Nabais. Estes trabalhos complementam informações e apresentam pistas e visões distintas, que muito contribuem para a melhor compreensão do mundo em que vivemos. Gratos pela participação.

50 ANOS DEPOIS CONTINUA FIRME O NOSSO EMPENHO NA LUTA POR UM PORTUGAL MAIS LIVRE E MAIS JUSTO. CONFIAMOS NAS NOVAS GERAÇÕES E NA SUA CAPACIDADE PARA DEFESA DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, VALORES FUNDAMENTAIS DE ABRIL

50 anos depois continua firme o nosso empenho na luta por um Portugal mais livre e mais justo. Confiamos nas novas gerações e na sua capacidade para defesa da Liberdade e da Democracia, valores fundamentais de Abril.



25 DE ABRIL RESISTE
NA MEMÓRIA DOS PORTUGUESES

Sondagem nacional promovida pela Estrutura de Missão para as Comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril conclui que os portugueses continuam a valorizar, de forma expressiva, a Revolução de 1974, mas revelam preocupações com a corrupção, os extremismos e a preservação da memória democrática

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

O ESTUDO INTITULADO "O 25 de Abril e a Democracia Portuguesa" procurou conhecer a relação dos cidadãos com o processo histórico iniciado em 1974, avaliando memórias, percepções sociais e atitudes políticas face ao percurso democrático português.

A iniciativa foi conduzida pela Comissão Executiva da Estrutura de Missão, presidida por Maria Inácia Rezola, e integra o último ano de actividade da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril.

Realizada entre 20 de Março e 12 de Abril de 2026, a sondagem abrangeu a população residente em Portugal com 18 ou mais anos, incluindo o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A amostra foi composta por 1600 indivíduos seleccionados aleatoriamente.

Segundo os resultados divulgados, 83,4% dos inquiridos consideram que "a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outro regime político ou de governo". A mesma sondagem mostra que 77,6% avaliam as consequências do 25 de Abril como mais positivas do que negativas, enquanto apenas 2,8% têm opinião contrária.

O conhecimento sobre a data é igualmente significativo: 77,5% dos portugueses identificam o feriado de 25 de Abril com o Dia da Liberdade, a Revolução de 1974 ou o fim da ditadura. Para 85,6%, a intervenção das Forças Armadas contribuiu muito ou muitíssimo para garantir


SONDAGEM
O 25 DE ABRIL E A DEMOCRACIA PORTUGUESA
50 X2
COMISSÃO COMEMORATIVA 50 ANOS 25 DE ABRIL
POLITÉCNICO DE LISBOA
UNIVERSIDADE LUSÓFONA
tvi
MULTIDADOS

as liberdades e os direitos existentes hoje em Portugal.
Entre os objectivos associados à Revolução, os inquiridos destacam a restauração das liberdades e dos direitos dos portugueses, referida por 59,5%, seguida do derrube da ditadura de Salazar e Marcelo Caetano, indicada por 56,4%, e do estabelecimento da democracia em Portugal, apontado por 46,5%.
A memória pública do 25 de Abril continua também associada a figuras militares e políticas. Quando questionados sobre as personalidades de que se lembram em primeiro lugar, os participantes mencionaram sobretudo Salgueiro Maia, com 32,3%, seguindo-se Oliveira Salazar, Ramalho Eanes, Mário Soares e Otelo Saraiva de Carvalho.

PARTICIPAÇÃO CÍVICA REDUZIDA

Os dados revelam ainda níveis reduzidos de participação cívica: apenas 33,6% da população afirmou ter estado filiada ou participado, no último ano, em actividades de associações culturais, recreativas, religiosas, sindicais ou partidárias.
Apesar da forte valorização da Democracia, os portugueses identificam ameaças relevantes ao regime democrático. A corrupção surge em primeiro lugar, referida por 41,8% dos inquiridos, seguida dos extremismos políticos dos partidos, apontados por 40,1%. A falta de informação ou a circulação de informações erradas, as desigualdades sociais, a falta de educação cívica e a crise económica são também mencionadas entre os principais riscos.

A escola é apontada como o principal meio de transmissão de conhecimento sobre o 25 de Abril: 47,9% dos inquiridos dizem ter aprendido ou obtido mais informação sobre este tema no contexto escolar. Além disso, 55,5% defendem que as referências ao 25 de Abril nos programas escolares deveriam ser mais extensas.
O estudo confirma, assim, uma adesão expressiva dos portugueses aos valores da Liberdade e da Democracia, ao mesmo tempo que evidencia preocupações com a qualidade da vida democrática e com a preservação da memória histórica da Revolução de Abril.

DADOS RELEVANTES

33,6% No último ano apenas 33,6% da população portuguesa esteve filiada ou participou nas actividades de alguma associação cultural, recreativa, religiosa, sindical ou partido político.

77,5% Dos portugueses sabem que no feriado do 25 de Abril se celebra o Dia da Liberdade, ou a Revolução do 25 de Abril e o fim da ditadura.

77,6% Consideram que as consequências do 25 de Abril foram mais positivas do que negativas, enquanto 2,8% consideram que foram mais negativas do que positivas.

59,5% Consideram que os objectivos que estiveram na origem do 25 de Abril foram "restaurar liberdades e direitos dos portugue-

ses" (59,5%), mas outros consideram que foi "derrubar a ditadura dos governos de Salazar e Marcelo Caetano" (56,4%), ou "estabelecer a democracia em Portugal" (46,5%), ou ainda, "pôr fim à guerra colonial" (20,5%).

32,3% Questionados sobre pessoas ou figuras públicas de que se lembram em primeiro lugar quando se fala no 25 de Abril, os portugueses citaram Salgueiro Maia (32,3%), Oliveira Salazar (23,7%), Ramalho Eanes (5,2%), Mário Soares (5,0%) e Otelo Saraiva de Carvalho (4,9%), entre muitos outros.

85,6% Consideram que a intervenção das Forças Armadas contribuiu muito ou muitíssimo para garantir as liberdades e direitos que existem hoje em Portugal.

72.9% Consideram que as mudanças resultantes do 25 de Abril não teriam acontecido sem a revolução.

19,6% Consideram que, actualmente, as mudanças resultantes do 25 de Abril se mantêm totalmente, mas 68,2% consideram que só em parte se mantêm.

83,4% Consideram que "a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outro regime político ou de governo".

47,9% Consideram que aprenderam ou obtiveram mais informação sobre o 25 de Abril na escola (47,9%), na família e amigos (16,5%), na televisão (14,2%) e na internet e redes sociais (4,6%).

55,5% Consideram que as referências e as informações sobre o 25 de Abril nos programas escolares deveriam ser mais extensas, enquanto 29,8% as consideram adequadas.

59,1% Consideram que Portugal deve celebrar o 25 de Abril, mas também deve celebrar o 25 de Novembro, embora 27,3% considerem que se deve celebrar o 25 de Abril, mas não o 25 de Novembro.

41,0% Consideram que as maiores ameaças à Democracia são a corrupção (41,8%), os extremismos políticos dos partidos (40,1%), a falta de informação ou informações erradas (20,1%), as desigualdades sociais (17,3%), a falta de educação cívica (14,8%) e a crise económica (14,7%), entre outras.

* Coordenador da revista *O Referencial*, sócio da A25A

Síntese da Ficha Técnica
Promotor: Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril
Recolha e tratamento da informação: Multidados – The Research Agency, empresa acreditada pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)
Universo: População residente em Portugal, com 18 ou mais anos de idade, incluindo Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
Amostra: 1600 indivíduos seleccionados aleatoriamente, com base em quotas proporcionais, por região, sexo, idade e nível de escolaridade.
Período de Recolha: Trabalho de campo realizado entre 20 de Março e 12 de Abril de 2026.
Coordenação científica e consultoria: Mário Bacalhau, António Costa Pinto, António Belo. Maria Inácia Rezola e Thomas Bruneau

POMBAL DÁ VOZ À MEMÓRIA DE ABRIL

A Costumes e Diálogos — Associação Cultural, criada em 2021 em Pombal, assinalou o cinquentenário do 25 de Abril com um projecto dedicado à memória local da Revolução.

A iniciativa recolheu testemunhos de mais de 70 pombalenses que viveram o antes e o depois do 25 de Abril de 1974, valorizando experiências de ex-combatentes, emigrantes e habitantes da antiga vila, hoje cidade.

O trabalho deu origem a sete documentários, publicados no YouTube sob o título A Revolta dos Lusecos, com autoria e realização de Paulo Alexandre Baptista da Silva.

A A25A sublinha o dinamismo cultural da associação e considera o projecto um contributo relevante para preservar a memória do 25 de Abril em Pombal e transmiti-la às novas gerações.

ESCOLA AGRÍCOLA DA PAIÃ COMEMOROU ABRIL

A ESCOLA PROFISSIONAL Agrícola D. Dinis – Paiã (EPADD) assinalou os 52 anos do 25 de Abril com um programa comemorativo realizado entre 21 e 28 de Abril, sob o lema "Abril, Esperanças Mil!".

A iniciativa integrou a evocação do 25 de Abril no contexto escolar, valorizando o conhecimento histórico sobre a conquista da Liberdade e da Democracia e a construção do Estado de Direito em Portugal.

O programa incluiu colóquios subordinados ao tema "Conversas de Abril: a nossa História, a nossa Cidadania", bem como filmes e uma exposição dedicada ao 25 de Abril.

A Associação 25 de Abril (A25A), cujo portal disponibiliza recursos informativos utilizados por escolas e professores na preparação de estudos e apresentações, foi convidada a participar nas comemorações, dando testemunho directo sobre o processo que conduziu ao 25 de Abril.

No dia 23 de Abril, realizou-se um colóquio com a participação de um elemento da Direcção da A25A. A sessão foi orientada pelas professoras Maria Santana, Sandra Pereira e Helena Barreiros e aberta pelo professor Tiago Gouveia, director da EPADD.

O auditório da escola contou com a presença de alunos e professores. Durante a sessão, vários alunos colocaram questões sobre a conspiração que antecedeu o 25 de Abril, as operações militares realizadas nesse dia e os efeitos da liberdade e da democracia na sociedade portuguesa.

A sessão terminou com um balanço positivo dos participantes, sublinhando a colaboração entre a A25A, a EPADD e o grupo de professores responsável pela dinamização das comemorações.

LIBERDADE PARTILHADA COM DIFERENTES GERAÇÕES

EMBORA AS ESCOLAS SECUNDÁRIAS sejam as entidades que mais procuram a Associação 25 de Abril (A25) para celebrar a liberdade e a democracia, ou para esclarecer o que aconteceu no dia 25 de Abril de 1974, há muitas outras instituições que solicitam a presença de militares de Abril para participar nas suas iniciativas com os seus depoimentos. Assim aconteceu, recentemente, com a CURPI e com a ATEC.



Comandante Ferreira da Silva, ao centro, representou a A25A

CURPI

A Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos (CURPI) de S. João da Talha ocupa as suas instalações desde 2010 e tem celebrado anualmente o 25 de Abril. Assim, no dia 10 de Abril, tal como acontecera no ano anterior, um membro da Direcção da A25A foi convidado a visitar a instituição, tendo feito uma exposição em que recordou os aspectos mais significativos daquela data. O diálogo que se seguiu com os utentes mostrou que muitos deles ainda têm memórias do tempo da ditadura e da festa que foi a libertação proporcionada pelo 25 de Abril.

ATEC – ACADEMIA DE FORMAÇÃO

Também esta instituição quis celebrar o 25 de Abril. Criada em 2003 por grandes empresas como a Volkswagen Autoeuropa, a Siemens e a Bosch, tem oferecido cursos gratuitos para jovens e adultos em áreas como a mecatrónica, a automação e outras tecnologias.

Com sede e instalações em Palmela, este instituto de formação convidou o comandante Ferreira da Silva para visitar a Academia e, em representação da A25A, falar aos formandos sobre o 25 de Abril e a Revolução dos Cravos. A visita ocorreu no dia 21 de Abril e foi organizada pela coordenadora do Grupo Pedagógico de Português da ATEC, Susana Jorge.

No final da sessão, os formandos da ATEC ofereceram ao visitante um cravo produzido em *3D*, como forma de agradecimento pela partilha de experiências e histórias tão marcantes e, no *Jornal da ATEC,* expressaram a opinião de ter sido "uma experiência muito interessante para todos".

VIDAGO ERGUEU ESCULTURA URBANA

A UNIÃO DAS FREGUESIAS de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, no concelho de Chaves, assinalou o 50.º aniversário do 25 de Abril com uma homenagem pública à Revolução dos Cravos e aos valores democráticos que dela resultaram.

Num texto divulgado na rede social Facebook, a autarquia de Vidago fez uma proclamação: "Que os valores de Abril continuem a inspirar o desenvolvimento da nossa terra e o bem-estar da nossa população. Liberdade, Democracia e Justiça Social: ontem, hoje e sempre".

A autarquia encomendou uma escultura urbana à empresa Veco Urban Design, mas ocorreu um atraso e a escultura só foi inaugurada no dia 8 de Outubro de 2024, nela se destacando uma placa com a seguinte informação: "Escultura Urbana dos 50 anos do 25 de Abril, sendo o executivo da UF de Vidago, Rui Branco, Ana Fontes e Gilberto Martins".

A divulgação desta iniciativa foi feita na rede social Facebook com o seguinte texto:

Este ano é especial, pois faz 50 anos que os portugueses conquistaram a Liberdade!

25 de Abril de 1974, neste dia histórico aconteceu a Revolução dos Cravos, que acabou com a ditadura de 48 anos em Portugal. O Executivo da União de Freguesias de Vidago colocou uma escultura urbana, junto ao antigo posto de turismo, para celebrar este marco tão importante nas nossas vidas. Através desta escultura, queremos transmitir os valores humanistas de igualdade, fraternidade e tolerância, realizados por Homens e Mulheres que sonharam com um mundo melhor, livre do medo, da pobreza e de todas as formas de subalternização. Viva o 25 de Abril.



Escultura Urbana dos 50 anos do 25 de Abril em Vidago



Dezenas de participantes num debate em torno de temas centrais da democracia, da cidadania e da reflexão social contemporânea

FÓRUM SOBRE DEMOCRACIA, MEMÓRIA E DESAFIOS

O 8.º FÓRUM LIBERDADE e Pensamento Crítico realizou-se a 4 de Julho, na Biblioteca Histórica da Escola Secundária de Camões, em Lisboa, reunindo participantes em torno de temas centrais da democracia, da cidadania e da reflexão social contemporânea.

A iniciativa foi promovida pela Associação Mares Navegados (AMN), fundada em 2007 sobretudo por antigos exilados no Brasil, com o propósito de acompanhar e promover, nos planos político e cultural, os países de língua oficial portuguesa. Esta edição foi coordenada por Guadalupe Portelinha e Joaquim Nunes e contou com a participação de alguns capitães de Abril.

O encontro iniciou-se com uma comunicação apresentada pelo general Pedro Pezarat Correia, a que se seguiram diversos painéis, designadamente sobre urgência ambiental, os migrantes e o racismo, o negócio da guerra e a urgência da paz, o Médio Oriente/Ásia Ocidental na Nova Ordem Mundial, a juventude e a memória, a saúde e o SNS, o direito ao trabalho, a reforma laboral e a inteligência artificial e, ainda, a informação e a desinformação.

Sobre estas temáticas foram apresentadas comunicações por Bruno Candeias, Luísa Semedo, Miguel Szymanski, António Rosado da Luz, Rita Rato, Rafael Henriques, António Garcia Pereira e Margarida Davim, que suscitaram interessantes debates.

O encontro terminou com um espaço cultural de poesia e música, em que intervieram Maria do Céu Guerra, Luís Caracol, Carlos Alberto Moniz e Pedro Marcelino.

TRIBUTO PELA VOZ DOS POETAS E CANTORES



Em palco, Francisco Naia, Vítor Sarmento, Luís Pires, Miguel Catalão e Ricardo Fonseca interpretaram canções de resistência à ditadura e temas emblemáticos de Abril

A ACADEMIA RECREATIVA de Linda-a-Velha, centenária instituição cultural do concelho de Oeiras, promoveu, no dia 6 de Junho, no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, em Carnaxide, um concerto de tributo aos poetas e cantores de Abril.

Em palco, Francisco Naia, Vítor Sarmento, Luís Pires, Miguel Catalão e Ricardo Fonseca interpretaram canções de resistência à ditadura e temas emblemáticos de Abril, que permanecem vivos na memória colectiva e evocam o tempo da libertação, perante uma assistência que enchia por completo o aquele espaço.

Os poemas de Manuel Alegre, Jorge de Sena, José Carlos Ary dos Santos, António Gedeão e de outros autores, bem como as canções divulgadas por vozes como as de José Afonso, José Mário Branco, Adriano Correia de Oliveira, Luís Cília, Fausto e Sérgio Godinho, trouxeram de novo à memória os tempos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974.

A noite destacou-se pela intensidade cultural do concerto e pela recepção do público, entre o qual se encontravam alguns Capitães de Abril, saudados pela banda.

Através d'*O Referencial*, também a A25A saúda os músicos que integraram a banda e proporcionaram uma marcante noite cultural aos presentes.

ÓPERA PARA CELEBRAR A REVOLUÇÃO

Inspirada em *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, a ópera *Por Todos Nós* leva ao palco uma leitura artística da Revolução, reunindo música, teatro e memória colectiva numa criação portuguesa apresentada no Teatro Aberto

TRATA-SE DE UM CASO SINGULAR: uma ópera concebida e realizada por portugueses estreou-se a 20 de Maio, no Teatro Aberto, em Lisboa. A obra nasceu de um convite do Ministério da Cultura, dirigido em 2024 às companhias de teatro históricas com actividade no período revolucionário, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e dos 50 anos do Teatro Aberto. Inspirada no romance *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, a ópera intitula-se *Por Todos Nós*. A música é de Eurico Carrapatoso e o libreto é assinado pelos encenadores João Lourenço e Vera San Payo de Lemos. A interpretação está a cargo da Orquestra Sinfónica Portuguesa, sob direcção musical de João Paulo Santos.

A obra revisita o 25 de Abril e os seus protagonistas, convocando os mitos e os "milagres" que tornaram possível a Revolução. A narrativa desenvolve-se através de várias figuras de relevo, com especial incidência num núcleo centrado em quatro Capitães de Abril. Entre essas personagens sobressaem os "fotógrafos da revolução" e, de modo particularmente expressivo, o apoio da população de Lisboa aos militares do MFA, representado pela qualidade interpretativa do Coro do Teatro Nacional de São Carlos. Como elemento central, ou imagem de marca da produção, surge uma escultura de ferro em forma de cavalo, símbolo da utopia, mas também do idealismo e da generosidade dos Capitães de Abril. Por Todos Nós afirma-se, assim, como uma "obra de arte total", reunindo diferentes linguagens artísticas e assumindo-se, em consonância com o título do romance que a inspirou, como um acontecimento verdadeiramente memorável no panorama cultural português. Justifica-se, por isso, a expectativa de que venha a ser apresentada noutras regiões do país.

Embora a ópera seja, por natureza, um espectáculo resultante do trabalho conjunto de numerosos profissionais, impõe-se a referência aos intérpretes que deram voz a esta criação: Cátia Moreso, Mariana Castello Branco, Inês Constantino, Ricardo Panela, Luís Rodrigues, José Fardilha, Tiago Matos, Diogo Oliveira, João Rodrigues, Leonel Pinheiro, Tiago Amado Gomes, Mário Redondo, Leandro Silva, Ana Franco, Patrícia Quinta, João Oliveira, Nuno Dias, Rita Coelho, João Queirós, Tiago Navaro e Gabriel Neves Santos. A concretização do projecto resultou da convergência de múltiplas vontades e apoios, com destaque para a Fundação La Caixa, o BPI, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril.

QUARTETO REINTERPRETA CANÇÕES DE ABRIL



Grupo junta Débora Costa e Alexandre Sayal nos violinos, Daniel Chichorro na viola d'arco e Francisca Marques no violoncelo

O QUARTETO ENSEMBLE lançou recentemente o seu primeiro álbum, Almedina, intitulado *Cravos & Cordas*, no qual as cordas reinterpretam algumas das canções de intervenção que foram tão inspiradoras nos tempos que antecederam e sucederam ao 25 de Abril, evocando músicas criadas ou interpretadas por Zeca Afonso, Sérgio Godinho, José Mário Branco, Fausto e outros. O grupo formou-se em Coimbra, em 2013, e junta Débora Costa e Alexandre Sayal nos violinos, Daniel Chichorro na viola d'arco e Francisca Marques no violoncelo, tendo colaborado em diversos projectos e com vários artistas, num percurso marcado pela versatilidade temática e pela qualidade musical. Através de arranjos para quarteto de cordas, o quarteto produziu e interpretou *Cravos & Cordas*, uma obra de grande qualidade que revisita as músicas da liberdade. O disco foi apresentado num concerto realizado no dia 15 de Março, na estufa do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, integrado na XXVIII edição da sua Semana Cultural.

ESTRASBURGO COMEMOROU REVOLUÇÃO DOS CRAVOS



A comunidade portuguesa em Estrasburgo comemorou o 25 de Abril com a participação do Cônsul-Geral de Portugal, Luís Brito Câmara (ao centro)

A ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA da Missão Portuguesa "Rancho Estrela Dourada" organizou, no dia 18 de Abril, em Estrasburgo, uma celebração do 25 de Abril, com a participação do Cônsul-Geral de Portugal na capital alsaciana, Luís Brito Câmara. O programa incluiu música popular e uma exposição dedicada à Revolução dos Cravos, reunindo mais de mil pessoas. A iniciativa assinalou, junto da comunidade portuguesa em França, a memória da Revolução dos Cravos e o seu significado histórico para a democracia portuguesa

Na ocasião, o Cônsul-Geral agradeceu ao presidente da Associação, Manuel da Silva Costa, e aos organizadores, destacando o carácter popular da iniciativa e a sua ligação à luta contra a ditadura, à afirmação da liberdade e à consolidação da democracia.

Luís Brito Câmara recordou que a Revolução permitiu pôr fim a 13 anos de guerra colonial, abriu caminho à independência de vários países e criou condições para a adesão de Portugal à União Europeia. Sublinhou ainda que o 25 de Abril continua a demonstrar a possibilidade de combater regimes autoritários, devendo o povo português ser homenageado pela sua resiliência e espírito de combate.

O Cônsul-Geral salientou, por fim, a importância da Festa da Liberdade para manter viva, em França, a ligação a Portugal e para transmitir às gerações mais novas as tradições portuguesas e a identidade histórica e cultural do País. (com base no *Luso Jornal*, 21-04-2026).

É ABRIL!

MARGARIDA CHAGAS LOPES *

Era Abril e as paredes sufocavam
A casa, vazia e desconforme,
Tinha o sabor dos dias condenados
Das horas longas, solitárias, proibidas.
Lá fora rompiam os risos e os abraços
Em reencontro, gente fresca a cada esquina,
Dias irreais, de sonho e novidade
A aprender a poder dizer que sim,
Sem ter que olhar para trás em cada rua
E a caminhar confiante e solidário,
Rumo ao futuro que se começava a abrir.
Abril de sonho, de promessa, de paixão
Na rua, nos teatros, nas colectividades,
Que agora sim, eram de cultura e recreio
E de debate, de trocas tão fraternas,
Irmanados num aprender conjunto
Em que ninguém detinha a primazia.
E eram todos e cada um, a uma voz,
A gritar Pão, Paz, Terra, Liberdade,
Democracia, Independência Nacional...
Onde isso tudo já vai...
Mas é Abril de novo, e estamos vivos,
O sonho é lindo, não o deixemos perder,
Com mais força ainda o confirmamos,
Liberdade, Liberdade, que por nós
Ontem, hoje e sempre gritaremos
"Não passarão!"

* Economista, professora universitária aposentada, cronista, poeta

50 ANOS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM DEMOCRACIA


Diário de Lisboa

26 JUNHO 1976

AMANHÃ ELEGE-SE UM NOVO PRESIDENTE

PARA 14º , QUEM?

Ministro Walter Rosa desmente aumento de gasolina

?

VOTAR

Costa Martins fala ao "D.L."

Tito na conferência comunista europeia

32 PÁGINAS INCLUINDO SUPLEMENTO

1.º - ANTÓNIO DOS SANTOS RAMALHO EANES (61,59%)

2.º - OTELO NUNO ROMÃO SARAIVA DE CARVALHO (16,46%)

3.º - JOSÉ BAPTISTA PINHEIRO DE AZEVEDO (14,37%)

4.º - OCTÁVIO FLORIANO RODRIGUES PATO (7,59%)

PRIMEIRA CORRIDA PARA O PALÁCIO DE BELÉM



Debate televisivo, moderado por Joaquim Letria, com os candidatos à Presidência da República: Otelo Saraiva de Carvalho, Octávio Pato, António Ramalho Eanes e José Pinheiro de Azevedo

Depois de realizadas as eleições legislativas em 25 de abril de 1976, havia que dar o passo seguinte, através das eleições presidenciais, o que veio a acontecer por decisão do Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, depois de ouvir o Conselho da Revolução, marcando-as para o dia 27 de junho de 1976, através do Decreto n.º 321-A/76, de 4 de maio

ADELINO RODRIGUES DA COSTA*

A ESCOLHA DO Presidente da República estava presente no subconsciente do universo político português e, por isso, a "corrida para o Palácio de Belém" começou logo que foram conhecidos os resultados das eleições legislativas. A edição de 28 de abril do *Diário de Lisboa* escrevia: "Quarenta e oito horas depois de conhecidos os resultados provisórios das eleições para a Assembleia da República, o PPD desencadeia uma ofensiva em duas frentes [...] na provocação de uma crise ministerial [...] e, por outro lado, dramatizando a questão das eleições presidenciais, avançando com o nome do general Ramalho Eanes como candidato a apoiar por aquele partido". A mesma edição informava que o PS se mostrava mais cauteloso e o presidente do CDS, Freitas do Amaral, "considerou que os generais Pires Veloso e Ramalho Eanes podiam ser propostos pelo seu partido".

Mas era muito evidente o consenso partidário quanto à necessidade de haver um militar que fosse candidato presidencial e que garantisse a coesão das Forças Armadas.

O tema das eleições presidenciais ocupava todas as agendas políticas e apesar de haver consenso generalizado quanto ao apoio a um candidato militar, eram bem diferentes as escolhas de cada partido.

No dia 3 de maio, *A Capital* informava: "candidatura de Eanes em contagem decrescente", acrescentando que o "Grupo dos Nove apoia Eanes", embora a "jogada de antecipação" feita pelo PPD em torno de Ramalho Eanes lhe tivesse criado uma conotação partidária, indesejável para o possível candidato e para os que se propunham dar-lhe apoio.

Porém, o processo seguia o seu caminho e, no dia 4 de maio, *O Século* escrevia que "são tantas as pressões que Eanes não poderá recusar a candidatura" e, no mesmo dia, o Conselho da Revolução (CR) aconselhava o Presidente da República a fixar a data da eleição presidencial

para o dia 27 de junho. Apesar das movimentações políticas que se sucediam, a edição de 5 de maio do *Diário de Lisboa* destacava em primeira página os nomes de Costa Gomes (o apoio apartidário), Ramalho Eanes (só por "imperativo"), Pinheiro de Azevedo (hipótese em aberto) e Henrique de Barros (solução civil?).

No dia 10 de maio *A Capital* noticiava: "Eanes certo, Azevedo possível" e, no dia 12 de maio, o mesmo jornal titulava: "PS apoia Eanes", embora esse apoio socialista já tivesse sido anunciado de forma oficiosa dois dias antes.

A questão da coesão das Forças Armadas era um elemento central para a escolha do candidato presidencial, pois era necessário unir os militares e curar algumas feridas abertas durante o processo revolucionário de 1975.

Em 13 de maio, durante uma visita a Santa Margarida, o comandante da Região Militar de Liboa, brigadeiro Vasco Lourenço, acalmou as águas ao declarar que as "candidaturas militares não dividem as Forças Armadas" e que, quanto à possibilidade de haver várias candidaturas militares, todas deveriam ser aceites sem qualquer exclusão se os candidatos forem elegíveis e, depois, "o Povo Português que decida...".

Na edição do *Diário de Notícias* do dia 15 de maio foi finalmente anunciado que "o general Eanes é candidato" e o vespertino *A Capital* escolheu como manchete a frase "Eanes confirma candidatura", uma decisão que foi tomada depois de considerar "os argumentos produzidos pelos camaradas responsáveis pelo 25 de Abril, responsáveis por todo o processo, responsáveis pela contenção de 25 de Novembro".

Em 18 de maio o *Diário de Lisboa* anunciava: "Octávio Pato candidato do PCP" e a mesma edição destacava uma declaração do almirante Pinheiro de Azevedo, então primeiro-ministro do VI Governo Provisório, que afirmava: "vou formalizar a minha candidatura e vou ganhar!". No dia seguinte, Ramalho Eanes apresentou uma declaração de candidatura em que garantiu o "rigoroso cumprimento da Constituição".

Finalmente, no dia 26 de maio, segundo relatava o *Diário de Lisboa*, o juiz da Polícia Judiciária Militar autorizou Otelo a apresentar a sua candidatura, declarando "suspensas todas as condições restritivas de liberdade que lhe foram impostas" e escrevia que a 48 horas do prazo limite para a apresentação de candidaturas no STJ, "seis figuras mantêm-se praticamente como certas na corrida presidencial".

Porém, a edição do mesmo jornal do dia seguinte anunciava que "Costa Gomes não se candidata" e avançava com a afirmação de que, certos, estavam Eanes, Pato, Azevedo e Otelo.

Porém, dois dias depois, a edição de 29 de maio do mesmo *Diário de Lisboa* informava que havia "cinco nomes para Belém" e noticiava que "esta manhã foram sorteadas as candidaturas", incluindo Pompílio da Cruz, que apresentou a sua candidatura "poucos minutos antes do termo do prazo legal para a entrega dos processos".

O processo de verificação da autenticidade dos documentos e da elegibilidade dos candidatos foi realizado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e as candidaturas admitidas foram anunciadas no dia 7 de junho, mas a candidatura de

Pompílio da Cruz, que tinha grande apoio dos retornados de Angola, veio a ser rejeitada.

CANDIDATOS E A CAMPANHA ELEITORAL

Embora a apresentação das candidaturas presidenciais resultasse da iniciativa individual dos candidatos, o facto é que cada decisão pessoal terá levado em conta as opiniões do CR, um órgão de soberania com dignidade constitucional.

Os candidatos admitidos à eleição presidencial, segundo a ordem que resultou do sorteio efectuado, foram António dos Santos Ramalho Eanes, José Baptista Pinheiro de Azevedo, Octávio Floriano Rodrigues Pato e Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho.

As suas movimentações e as suas acções de propaganda eleitoral começaram imediatamente, com comícios e sessões de esclarecimento.

No dia 9 de junho realizou-se um debate entre os quatro candidatos, que foi transmitido em directo pela RTP e que, de certa forma, constituiu o arranque da campanha eleitoral, embora esta só tivesse início oficial no dia 12 de junho.

A edição desse dia do *Diário de Lisboa* informava que "já há cartazes de Eanes, Otelo e Pato" e relatava que "muitas paredes de Lisboa apareceram esta manhã cobertas de cartazes directamente relacionados com as candidaturas à presidência da República".

A campanha decorreu com alguns incidentes menores e, no dia 16 de junho, os jornais informavam que Ramalho Eanes estava nos Açores, Octávio Pato na Madeira, Otelo em Chaves e Pinheiro de Azevedo em Aveiro e Coimbra.

No dia 18 de junho o jornal *A Capital* anun-


Diário de Lisboa

QUEM SERÁ O PRESIDENTE?

COSTA GOMES: apoio apartidário

RAMALHO EANES: só por "imperativo"

PINHEIRO DE AZEVEDO: hipótese em aberto

HENRIQUE DE BARROS: solução civil?

20 PAGINAS

O "D.L." em defesa da liberdade de expressão

PROCESSO ARQUIVADO

QUEREMOS TRABALHO

Exigências dos retornados vão a Conselho de Ministros


A CAPITAL

CONSENSO DA MAIORIA DAS FORÇAS ARMADAS

"O MOMENTO É DE ARRANCAR"

EANES SERÁ CANDIDATO

BRIGADEIRO ROCHA VIEIRA PROVÁVEL CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

RETORNADOS AMEAÇAM AGUDIZAR LUTA CONTRA O GOVERNO

P.S. E P.P.D. À FRENTE NOS CIRCULOS DE EMIGRAÇÃO

ciava "violência marca campanha" e o *Diário Popular* informava que "incidentes graves assinalaram as últimas jornadas da campanha", com "um morto e vários feridos em Évora", uma "tentativa de boicote, pedradas e tiroteio em Beja" e "tiros e violência em Lamego e Viseu".

Sucediam-se as declarações dos candidatos nos jornais e, numa entrevista concedida ao *Diário Popular*, o candidato Ramalho Eanes declarava que "a minha candidatura tem o espírito do 25 de Abril".

No dia 21 de junho, o jornal *A Capital* destacava que "a linguagem endurece" e comentava que "a quatro dias do termo da campanha, portanto em plena ponta final, os candidatos à presidência da República endurecem a sua linguagem, especialmente na 'frente' Eanes-Pinheiro-Otelo". No mesmo dia, o jornal *O Século* publicou uma entrevista com o candidato Octávio Pato, em que este declarou que "os homens do 25 de Abril encontram-se divididos pelos quatro candidatos".

Nesse dia também decorriam negociações para a realização de um segundo debate televisivo entre os candidatos, que não chegou a acontecer, porque no dia 23 de junho o candidato Pinheiro de Azevedo "sofreu um ataque cardíaco", como então informou o *Diário Popular*. Também o *Diário de Lisboa* anunciou que Pinheiro de Azevedo estava "internado no Porto com um enfarte", mas algumas horas depois foi considerado livre de perigo.

A campanha eleitoral terminou no dia 25 de junho.

OS CANDIDATOS MILITARES

As eleições presidenciais de 1976 constituíram um acontecimento importante do processo democrático, até porque nele se confrontaram as candidaturas de três militares que, por diferentes formas, fazem parte da história do 25 de Abril.

As forças políticas apontaram, desde logo, para a necessidade de ser encontrada uma personalidade que assegurasse a coesão das Forças Armadas. Os nomes de alguns militares foram então referidos como tendo o perfil adequado para serem candidatos, incluindo o então presidente, general Costa Gomes, e outros militares, referenciados ou não na comunicação social. Porém, as circunstâncias políticas e as vontades pessoais vieram a resultar no aparecimento de três candidaturas: o almirante Pinheiro de Azevedo, o general Ramalho Eanes e o então major Otelo Saraiva de Carvalho.

O almirante Pinheiro de Azevedo tinha 59 anos, fez parte da Junta de Salvação Nacional, foi Chefe do Estado-Maior da Armada e era o primeiro-ministro do VI Governo Constitucional. Veio a falecer em 1983.

O general Ramalho Eanes tinha 41 anos, fez parte do grupo que, sob as ordens do general Costa Gomes, conduziu as operações militares de 25 de novembro de 1975 e era o Chefe do Estado-Maior do Exército.

O major Otelo Saraiva de Carvalho tinha 39 anos, foi o comandante da operação "Viragem Histórica" e tinha sido o comandante do COPCON – Comando Operacional do Continente. Veio a falecer em 2021.

Na época houve quem visse nas três candida-

turas militares, que representavam três personalidades com visões distintas da sociedade portuguesa, um sinal de fragilidade da nossa democracia, mas também houve quem olhasse para elas como a afirmação de um verdadeiro espírito democrático entre os militares, em que havia espaço para todos os cidadãos, quaisquer que fossem as suas opiniões.

O *Século Ilustrado*, que então se publicava em Lisboa e era uma revista nacional de grande informação, entrevistou os três militares durante a campanha eleitoral e, como memória histórica, aqui se mostram as capas das edições que então divulgaram essas entrevistas.

Independentemente dos seus percursos pessoais ou políticos, quando são passados 50 anos sobre a eleição presidencial de 1976, as páginas d'*O Referencial* prestam homenagem àqueles militares que fazem parte da história do 25 de Abril e que, democraticamente, se sujeitaram ao voto popular.

O ATO ELEITORAL DE 27 DE JUNHO

No dia 27 de junho de 1976 um total de 4.881.125 eleitores foram às urnas para escolherem o novo Presidente da República, o primeiro a ser eleito por sufrágio universal depois de muitos anos e este número de votantes significava ter havido uma abstenção de 24,5%, pois havia 6.467.480 eleitores inscritos.

Os resultados apurados foram os seguintes:

O general António Ramalho Eanes obteve 61,59% dos votos expressos e ganhou as eleições, vindo a tomar posse como Presidente da República no dia 14 de julho de 1976.


EL PAIS

DIARIO INDEPENDIENTE DE LA MAÑANA

El referéndum, contestado por la oposición

Los portugueses eligen hoy su presidente

PAGINAS DEL DOMINGO

La Copa, para el Atlético

Carrillo, al "concilio rojo"


Diário de Lisboa

28

COM 61,5 POR CENTO DOS VOTOS EXPRESSOS E CERCA DE 50 POR CENTO DO TOTAL DE ELEITORES

EANES SUCEDE A COSTA GOMES

O novo presidente ao "DL"

"NÃO DEVEM SER OS TRABALHADORES A PAGAR A CONTA DA SITUAÇÃO"

ÚLTIMOS RESULTADOS CONHECIDOS

20 PÁGINAS

Candidato	Principais apoios	Votos	%
António Ramalho Eanes	PS, PPD e CDS	2.967.137	61,59
Otelo Saraiva de Carvalho	UDP, MES e FSP	792.760	16,46
José Pinheiro de Azevedo	Independente	692.147	14,37
Octávio Pato	PCP	265.586	7,59

As eleições presidenciais de 1976 cumpriram mais uma etapa do processo de transição da ditadura do Estado Novo para o Portugal democrático, com a descolonização e o fim do império, a extinção da polícia política e a abertura para a Europa e para o mundo, como estava explícito, ou implícito, no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) apresentado aos portugueses na manhã do dia 26 de Abril de 1974.

As eleições presidenciais constituíram mais uma afirmação da vontade democrática dos portugueses e foram mais um marco importante no processo de mudança e de encontro com os valores universais de que estivemos afastados, devido ao obscurantismo, à intransigência e à cegueira política a que estivemos sujeitos durante muitos anos.

REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

As eleições presidenciais portuguesas foram notícia na imprensa internacional e, em alguns casos, foram manchete, ou assunto com destaque em primeira página, conforme se constata num breve bosquejo realizado na imprensa estrangeira mais acessível.

Em Espanha, o jornal *El País* anunciou que "os portugueses elegem hoje o seu presidente" (27-6) e na edição seguinte apoiava-se na primeira conferência de imprensa do presidente eleito e escrevia que o novo presidente apoiava a adaptação do "Pacto Ibérico" (29-6), ilustrando a manchete a três colunas com uma fotografia de Ramalho Eanes.

Em França, o jornal *Le Monde* destacou o resultado das eleições portuguesas e em manchete a três colunas e com fotografia da campanha eleitoral escolheu o título "Eanes eleito presidente na primeira volta" (28-6).

No Brasil, o jornal *O Globo* noticiou as eleições presidenciais portuguesas na sua primeira página, publicando uma fotografia de Ramalho Eanes a votar e escrevendo em manchete: "Eanes vence com 60%: Portugal volta a repudiar comunismo" (28-6).

As eleições portuguesas também tiveram destaque na Argentina, onde o jornal *Clarín*, que era e é o jornal de maior circulação no país, destacou em manchete: "Uma grande maioria elege Eanes" (29-6).

A imprensa americana também esteve muito atenta às eleições presidenciais portuguesas e o jornal *The New York Times* noticiou-as em primeira página com o título: "O Chefe do Exército vence em Portugal a eleição para Presidente" (28-6) e, no desenvolvimento da notícia, escreveu que a eleição presidencial deu uma sólida vitória ao candidato da lei e da ordem.

Alguns dias depois, a revista *Time*, na edição de 12 de julho, também comentou as eleições presidenciais portuguesas, referindo que "cerca de cinco milhões de portugueses foram às urnas na semana passada e, por uma margem esmagadora, elegeram o general António Ramalho Eanes como o seu primeiro presidente democraticamente eleito em 50 anos. Foi uma vitória notável para a lei e a ordem e uma derrota impressionante para os comunistas".

FINAL

Passados 50 anos, aqui se evocou o processo eleitoral de 1976 e se registam os nomes dos cidadãos que, desde então e com o voto democrático dos portugueses, exerceram (e o último exerce) o alto cargo de Presidente da República: António Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio, Aníbal Cavaco Silva, Marcelo Rebelo de Sousa e António José Seguro.

* Capitão de Abril,
coordenador principal d'*O Referencial*


Diario de Noticias

Eanes eleito por larga maioria

Os votos às quatro horas da madrugada


le monde

Un avion détourné en Grèce par un commando atterrit en Ouganda

Un débat à l'Est après la révolte en Pologne?

Eanes élu président dès le premier tour

Les Seychelles: petite nation neutre et amicale

PAESANO

DA TUTELA REVOLUCIONÁRIA À TUTELA DEMOCRÁTICA

Sem constituir uma surpresa quanto ao seu desfecho, a eleição presidencial de 27 de junho de 1976 representa um momento-chave da saída do processo aberto em 25 de Abril de 1974. Após as eleições legislativas do 25 de abril de 1976, vencidas pelo PS, este sufrágio não pode ser compreendido independentemente do papel desempenhado pelas forças armadas na conclusão do chamado "Processo Revolucionário em Curso" (PREC). Nem sem a aceitação da ideia, então dominante, segundo a qual "a revolução é a eleição"

YVES LÉONARD*

LONGE DE CONSTITUIR uma simples arbitragem entre partidos civis, a eleição de 1976 apresenta-se como o culminar de um confronto interno às próprias forças armadas, essencialmente entre uma ala moderada, preocupada em inscrever a Revolução dos Cravos numa trajetória de democracia pluralista de tipo ocidental, e uma ala radical portadora de um projeto de "poder popular" diretamente resultante da dinâmica revolucionária de 1974-1975. A candidatura e a vitória do general António Ramalho Eanes cristalizam este desfecho: consagram a preeminência institucional de um militar profundamente ligado ao constitucionalismo, ao mesmo tempo que selam o recuo do poder militar autónomo em benefício de uma ordem constitucional civil garantida pelo Exército.

Como moldaram os militares portugueses, enquanto atores coletivos atravessados por clivagens internas, o calendário eleitoral, as candidaturas e a campanha, influenciando a eleição presidencial de junho de 1976, quando três dos quatro candidatos provinham das suas fileiras?



Ramalho Eanes durante um comício em 1976

Quais foram as consequências institucionais duradouras desse processo?

ELEIÇÃO SOB INFLUÊNCIA MILITAR

Em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou em poucas horas a ditadura herdada de Salazar, falecido em julho de 1970. O poder executivo foi imediatamente confiado a uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo general António de Spínola, que se viu obrigado a demitir-se no final de setembro de 1974, tendo sido substituído pelo general Francisco da Costa Gomes. Nos meses seguintes, Portugal conheceu uma instabilidade governativa marcada pela sucessão de seis governos provisórios, por uma luta de fações no seio do MFA e por uma polarização ideológica extrema entre o polo comunista, representado sobretudo por Vasco Gonçalves, o polo do poder popular encarnado por Otelo Saraiva de Carvalho e um polo social-democrata identificado com os "moderados" do MFA.

A viragem decisiva ocorreu em 25 de Novembro de 1975, numa tentativa confusa de golpe e contra-golpe que constituiu o último momento de radicalização do processo revolucionário. A sua neutralização, conduzida pelo então coronel Ramalho Eanes, abriu caminho a uma normalização institucional dirigida pelos moderados das forças armadas, em coordenação com os principais partidos políticos eleitos para a Assembleia Constituinte em 25 de abril de 1975. Tratava-se, por outras palavras, de se apoiar nas instituições para validar essa "insurreição nos limites da razão pura" evocada por Karl Marx em As Lutas de Classes em França, ao referir-se à insurreição parlamentar de junho de 1849. Foi neste contexto que se concluiu, em 26 de fevereiro de 1976, o II Pacto MFA-partidos, que organizou a eleição do Presidente da República por sufrágio universal direto, mantendo simultaneamente as importantes prerrogativas conferidas aos militares pela Constituição promulgada em 2 de abril de 1976, em particular através do Conselho da Revolução, órgão de tutela militar sobre a vida política.

O GENERAL ANTÓNIO RAMALHO EANES APRESENTOU-SE COMO CANDIDATO INDEPENDENTE, APOIADO POR UMA COLIGAÇÃO INÉDITA QUE REUNIA O PARTIDO SOCIALISTA, O PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA, O CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL E ATÉ O MRPP

Uma das características mais marcantes da eleição de junho de 1976 reside na predominância de oficiais entre os candidatos à Presidência da República. Das quatro candidaturas em disputa, três eram de militares, facto que

revela a persistência da centralidade das forças armadas na representação do poder legítimo, precisamente quando o país iniciava a sua transição para um regime partidário.

O general António Ramalho Eanes apresentou-se como candidato independente, apoiado por uma coligação inédita que reunia o Partido Socialista, o Partido Social-Democrata, o Centro Democrático Social e até o MRPP.

Homem taciturno, racional e reservado, contrastava com a agitação discursiva dos dois anos anteriores. Falava-se então frequentemente do seu "espírito de missão". Ainda assim, a escolha de apoiar o general Eanes ("Eanes para Presidente, PS para o Governo") provocou alguma inquietação no eleitorado socialista, pouco inclinado a aderir a uma candidatura que recebia também o apoio ruidoso do PPD-PSD, do CDS e de organizações patronais conservadoras como a Confederação dos Industriais.

Perante ele, o antigo general, regressado ao posto de major, Otelo Saraiva de Carvalho, figura emblemática e estratega do 25 de Abril de 1974, principal animador da ala radical do MFA e preso em Santarém de janeiro ao início de março de 1976 pelo seu papel no 25 de Novembro, apresentou-se como candidato do "poder popular", apoiado pela extrema-esquerda e pelos movimentos nascidos da dinâmica revolucionária. A sua candidatura tardia encarnava um projeto alternativo de democracia direta e participativa, em rutura com o parlamentarismo liberal dos partidos políticos. Em suma, era "Abril contra Novembro".

A CAMPANHA DE EANES ASSENTOU NUM DISCURSO DE RECENTRAGEM INSTITUCIONAL, INSISTINDO NA NECESSIDADE DE ESTABILIZAR A ECONOMIA, TRANQUILIZAR OS PARCEIROS OCIDENTAIS DE PORTUGAL – "A EUROPA CONNOSCO" TINHA SIDO, ALIÁS, O SLOGAN DA CAMPANHA DO PS PARA AS LEGISLATIVAS DE ABRIL

"PRESIDENTE DE TODOS OS PORTUGUESES" OU "O 25 DE ABRIL NA PRESIDÊNCIA"?

A campanha eleitoral abriu oficialmente em 12 de junho de 1976. Otelo escolheu simbolicamente Grândola para o arranque, acompanhado por Zeca Afonso, evocando um local carregado de significado emocional e político.

A campanha decorreu num clima tenso, revelador das fraturas ainda abertas na sociedade portuguesa e nas próprias forças armadas. Em 17 de junho, em Évora, uma contramanifestação organizada por apoiantes de Otelo Saraiva de Carvalho degenerou em confrontos que causaram uma vítima mortal por tiro. Em Beja, vários incidentes levaram à acusação formal de cerca de quinze manifestantes por perturbação da ordem pública.

O episódio de Évora proporcionou ao general Eanes uma das imagens mais marcantes da campanha: enfrentando o perigo de pé sobre o tejadilho de um Renault 16 e "de peito aberto" às balas. Isso levou-o a multiplicar os apelos à pacificação, reivindicando nos seus discursos a posição de "Presidente de todos os Portugueses", numa rutura explícita com a retórica de guerra civil latente que atravessava o país desde o "Verão Quente" de 1975.

Otelo, por seu lado, procurava encarnar "o 25 de Abril na Presidência" e afirmar-se como "o candidato do povo". Muitos duvidavam inicialmente da sua capacidade para ultrapassar a barreira dos 10%, mas o dinamismo da sua campanha e o seu carisma pessoal deram uma audiência crescente aos Grupos de Dinamização da Unidade Popular (GDUP), defensores do "poder popular".

A campanha de Eanes assentou num discurso de recentragem institucional, insistindo na necessidade de estabilizar a economia, tranquilizar os parceiros ocidentais de Portugal – "A Europa connosco" tinha sido, aliás, o slogan da campanha do PS para as legislativas de abril. Defendia ainda o fim definitivo dos excessos revolucionários através do respeito escrupuloso pela nova Constituição.

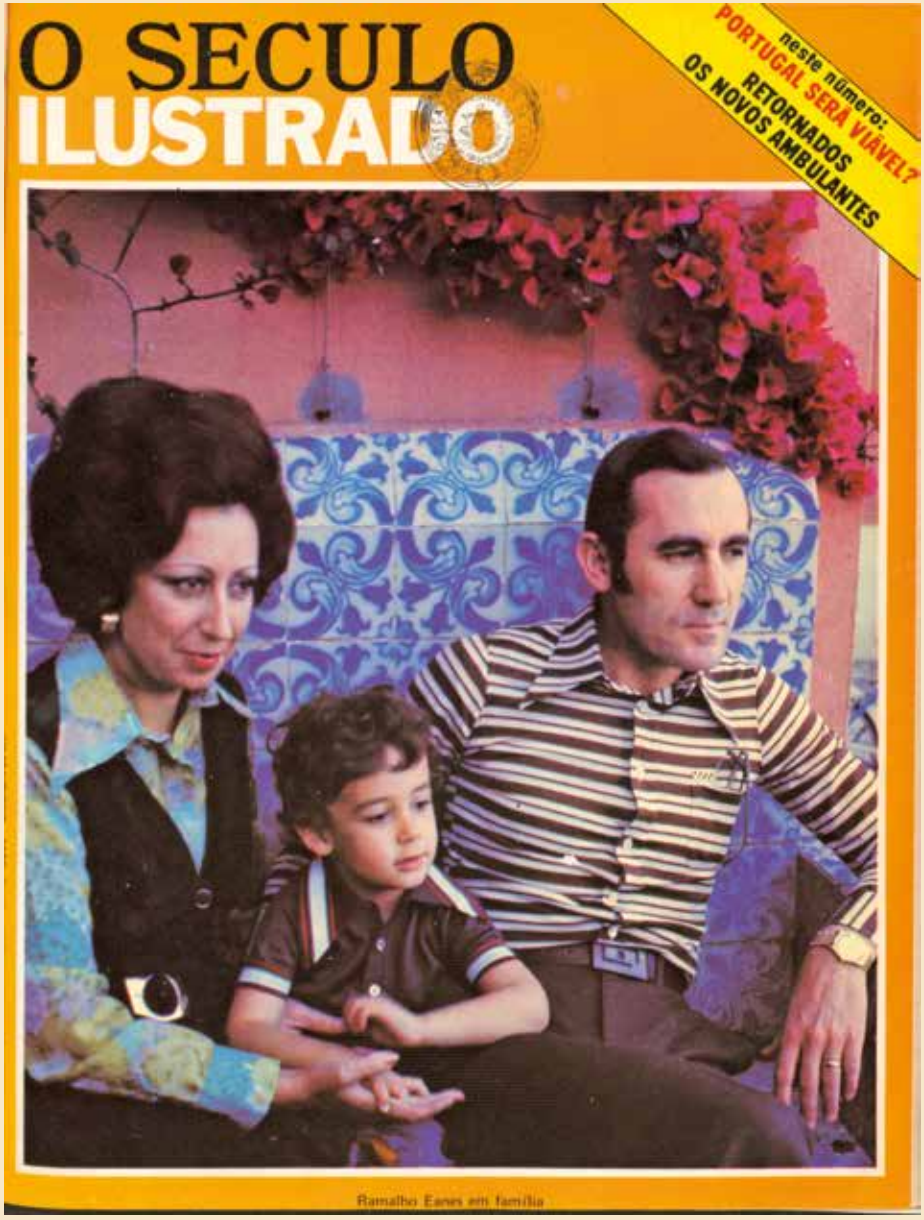
Esta linha encontrou eco num eleitorado cansado de dois anos de instabilidade, enquanto a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, apesar das suas raízes em alguns bastiões operários, passou a ser vista como um combate de retaguarda perante a dinâmica de normalização impulsionada pelos partidos moderados e pelo establishment militar reorganizado em torno do chefe do Estado-Maior do Exército. Quanto ao almirante Pinheiro de Azevedo, os últimos dias da campanha ficaram marcados pelo ataque cardíaco que sofreu em 23 de junho.

COM A ELEIÇÃO DE MÁRIO SOARES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EM MARÇO DE 1986 – PRIMEIRO CIVIL ELEITO PARA O CARGO DESDE O FIM DA I REPÚBLICA EM 1926 –, FICOU CONCLUÍDO O PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS AO PODER CIVIL, ESSE "REGRESSO AOS QUARTÉIS" INICIADO SIMBOLICAMENTE EM JUNHO DE 1976

"A LIBERDADE EM SEGURANÇA" EM BELÉM

A eleição de 27 de junho de 1976 terminou com uma ampla vitória do general Ramalho Eanes, que obteve mais de 61% dos votos válidos logo na primeira volta, vencendo em dezassete dos dezoito distritos do continente, bem como nos Açores e na Madeira.

A taxa de participação, superior a 75% (contra 82% nas legislativas de abril), testemunhou uma forte mobilização para a primeira eleição presidencial da era pós-revolucionária.


O SECULO
ILUSTRADO
neste número:
PORTUGAL SERÁ VIÁVEL?
RETORNADOS
OS NOVOS AMBULANTES
Ramalho Eanes em família

Otelo Saraiva de Carvalho, embora tenha ficado em segundo lugar com cerca de 800 mil votos (16,5%), ficou a mais de dois milhões de votos do general Eanes, superando-o apenas no distrito de Setúbal, tradicional bastião da esquerda operária, e aproximando-se dos seus resultados em Évora e Beja. Simultaneamente, esmagou eleitoralmente o candidato comunista Octávio Pato, que não ultrapassou os 7,6%.

Este resultado teve um significado muito mais amplo do que o mero veredicto eleitoral. Através do sufrágio universal, legitimou o desfecho do processo revolucionário, consagrando nas urnas a derrota política do projeto revolucionário radical representado por Otelo Saraiva de Carvalho. A historiografia tende a considerar que a eleição de junho de 1976 encerrou formalmente o processo revolucionário, já derrotado alguns meses antes na correlação de forças dentro das forças armadas.

Neste sentido, a eleição limitou-se a ratificar uma hierarquia já estabelecida pelos acontecimentos e pelas negociações internas do MFA, conferindo-lhe simultaneamente a legitimação eleitoral necessária ao reconhecimento internacional do novo regime, em particular junto das chancelarias ocidentais preocupadas com a manutenção de Portugal no bloco atlântico, num contexto de Guerra Fria em fase de distensão.

A tomada de posse de Ramalho Eanes, em 14 de julho de 1976, inaugurou uma presidência dotada de uma configuração institucional singular: o novo Presidente acumulava a chefia do Estado, o comando supremo das Forças Armadas, o cargo de Chefe do Estado-Maior-General e a presidência do Conselho da Revolução, órgão colegial de tutela militar sobre a constitucionalidade das leis e sobre as nomeações militares, herdado diretamente do período revolucionário.

Esta concentração de poderes nas mãos de um único homem, simultaneamente chefe de Estado eleito e vértice da hierarquia militar, refletia a natureza híbrida do regime nascido da Constituição de 1976: uma democracia pluralista de tipo semipresidencial, mas colocada sob a garantia última de uma instância militar não eleita. Tratava-se, para utilizar a expressão de Maria Inácia Rezola, de uma "consolidação tutelada".

No exercício das suas funções ao longo de dois mandatos, sendo reeleito logo na primeira volta em dezembro de 1980, Eanes procurou desenvolver uma conceção gaullista da Presidência, apresentando-se como um poder arbitral capaz de criticar publicamente governos e partidos, o que rapidamente gerou tensões com os principais dirigentes políticos. Já no seu discurso de tomada de posse, em 14 de julho de 1976, afirmara a necessidade de "cumprir a Constituição, não apenas como um quadro de referência, mas como um projeto de vida coletiva". Esta dinâmica contribuiu para os debates em torno da revisão constitucional de 1982, que conduziu à extinção do Conselho da Revolução e à desmilitarização completa do sistema institucional. Com a eleição de Mário Soares para Presidente da República, em março de 1986 – primeiro civil eleito para o cargo desde o fim

da I República em 1926 –, ficou concluído o processo de subordinação das forças armadas ao poder civil, esse "regresso aos quartéis" iniciado simbolicamente em junho de 1976.

SÍNTESE

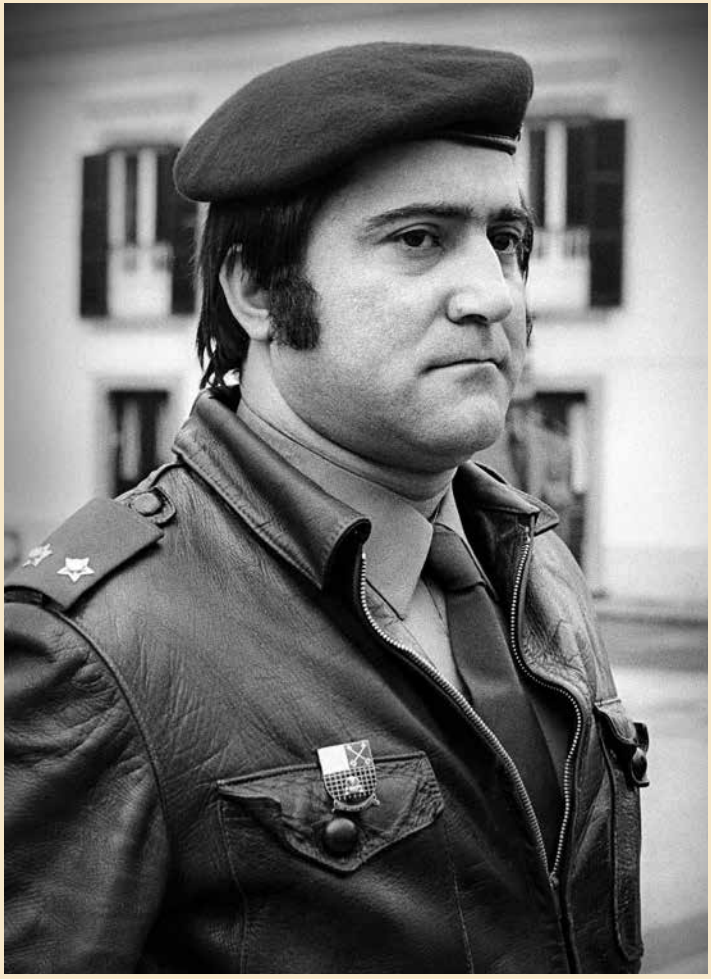
A primeira eleição presidencial da era democrática ilustra de forma paradigmática o modo como uma transição pode ocorrer sob tutela militar sem, contudo, se reduzir a uma simples fachada civil de um poder que permanecesse efetivamente nas mãos do Exército. Ao eleger para presidente o general responsável pela derrota da ala radical do MFA, o sufrágio de 1976 realizou uma síntese entre legitimidade militar, resultante da epopeia do 25 de Abril e da normalização posterior ao 25 de Novembro de 1975, e legitimidade democrática, conferida pelo sufrágio universal direto.

Esta síntese, encarnada pelo general Eanes enquanto figura de compromisso, permitiu a estabilização do jovem regime democrático, adiando apenas por alguns anos a completa desmilitarização das instituições, concluída com a revisão constitucional de 1982. A eleição convida, assim, a relativizar leituras binárias que opõem transição militar e transição democrática, mostrando como, no caso singular português, ambas as lógicas puderam caminhar lado a lado e convergir numa solução institucional comum.

* Professor do Centre d'Histoire de Sciences Po, Paris. Especialista em história contemporânea de Portugal.

Bibliografia indicativa

BRUNEAU, Thomas C., *Politics and Nationhood: Post-Revolutionary* Portugal, Nova Iorque, Praeger, 1984.
CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
CASTAÑO, David, *Eanes e a Democracia*, Lisboa, Penguin Random House, 2018.
CASTAÑO, David, *Mário Soares e a Revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2013 (nova edição O Essencial, Edições 70, 2024).
FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
GONÇALVES, Gil, *Eanismo, Otelismo e a Questão da "Normalização" Democrática (1975-1976)*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2019.
LÉONARD, Yves, *Otelo. A Voz da Revolução dos Cravos*, Paris, Éditions Chandeigne & Lima, 2026 (tradução portuguesa prevista nas Edições 70/Almedina).
MAXWELL, Kenneth, *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
PEREIRA, Victor, *O Povo é que mais ordena*, Lisboa, Fora de Jogo, 2026.
REZOLA, Maria Inácia, *Revolução. A Construção da Democracia Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2025.
REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril: O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006.
SCHMITTER, Philippe C., *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999.
TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Os Militares e a Democracia*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.
TRINDADE, Luís (et al.), *Global Histories of the Portuguese Revolution*, Londres, Bloomsbury Academic, 2025.



Vasco Lourenço, no tempo das eleições, era comandante da Região Militar de Lisboa, como brigadeiro

AS PRESIDENCIAIS DE 1976 E A DEMOCRACIA

Com a aprovação da Constituição da República, em 2 de abril de 1976, estava cumprido um dos principais passos para a concretização do Programa do MFA — democratizar. Tornava-se, então, essencial levar à prática as várias acções que permitissem a sua plena concretização. Refiro-me às diversas eleições para os órgãos de soberania, que determinariam os principais responsáveis por esse ambicionado e sonhado caminho

VASCO LOURENÇO*

DEMOCRATIZAR

Podemos hoje considerar que esse caminho nunca foi atingido, pois a plena democracia, por muitos defeitos de que seja revestida, continua, como podemos constatar passados que são 50 anos, a ser um sonho nunca alcançado na sua plenitude.

A história continua a dar razão ao antigo primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill, quando afirmou que a democracia seria "o pior de todos os sistemas, com excepção de todos os outros". Apesar de muitas das chamadas democracias o serem apenas na nomenclatura — nelas se incluindo as democracias iliberais —, a palavra "democracia" chega a servir de capa a autênticas ditaduras. Ou não será isso que se passa com algumas ditas democracias europeias e até nos próprios Estados Unidos da América?

Pobre democracia que serve para encobrir tão grandes praticantes de ditaduras!

O ser humano não consegue erradicar todos os defeitos nem fazer da democracia um sistema perfeito. Ainda assim, continuo a preferi-la a qualquer ditadura, por mais "virtudes" que esta apregoe. As sociedades são feitas por seres humanos e, por isso, nunca serão perfeitas; mas isso não impede que o "sonho" seja uma constante na vida.

Era esse o sonho que os portugueses acalentavam quando se iniciou o "ano de todas as

eleições", ou seja, 1976: começando, em 25 de Abril, com as eleições para a Assembleia da República; passando pelas presidenciais e pelas eleições nas regiões autónomas, ambas em 27 de Junho; e terminando, em 12 de Dezembro, com as autárquicas.

Depois, bem, depois temos a sociedade que, em conjunto, temos conseguido construir. Não nos podemos queixar!

O resultado, apesar das várias condicionantes que a liberdade sofre — e são muitas e de diversas naturezas —, decorre da acção colectiva que os portugueses têm sido capazes de praticar.

PRESIDENCIAIS: ESCOLHER UM CANDIDATO

Olhemos, por agora, para as eleições presidenciais de 27 de Junho de 1976, as primeiras eleições efectivamente livres para Presidente da República.

O 25 de Abril e todo o processo de luta, com períodos de profunda perturbação até à aprovação da Constituição, foram um campo de acção com presença e intervenção permanentes dos militares. O mesmo se passou no período profundamente revolucionário, baptizado como PREC — Processo Revolucionário em Curso. Apesar da intensa intervenção da população e dos partidos políticos, é incontornável que toda a luta e todos os conflitos, naturais numa situação como a que se viveu nos dois anos que se seguiram à "madrugada libertadora", tiveram nos militares o seu centro nevrálgico.

Daí resultou que, através de um compromisso assumido pelo MFA com os partidos políticos, se definisse a instituição de um órgão de soberania formado por militares, com amplos poderes e limite temporário acordados entre as várias partes: o Conselho da Revolução (CR).

FOI, PORTANTO, NATURAL QUE, ENTRE MILITARES E POLÍTICOS, SE CONCLUÍSSE QUE A ESCOLHA DOS CANDIDATOS A PRESIDENTE DA REPÚBLICA SE LIMITASSE AO CAMPO MILITAR
(...)
FEITA A VOTAÇÃO, DE BRAÇO NO AR, RAMALHO EANES FOI O ESCOLHIDO, COM SETE VOTOS, FICANDO COSTA BRAZ COM O MEU VOTO E O DO PRÓPRIO EANES

Foi, portanto, natural que, entre militares e políticos, se concluísse que a escolha dos candidatos a Presidente da República se limitasse ao campo militar. Assim foi, de facto, com a natural exceção do Partido Comunista Português (PCP), que não se revia na solução saída do 25 de Novembro.

Apesar de me considerar um dos principais responsáveis pela presença dos militares no processo político, não vou relembrar em pormenor tudo o que se passou, mas apenas o papel que desempenhei na questão das presidenciais.

Ainda antes das diversas reuniões alargadas que se realizaram no seio do chamado "Grupo dos

Nove" para a escolha do candidato a apoiar, o "núcleo duro" desse grupo decidiu mandatar-me e ao Pedro Pezarat Correia para tentarmos convencer Costa Gomes a candidatar-se. Porém, não conseguimos convencer esse extraordinário general, pois ele considerava que o seu papel terminaria quando transferisse o poder ao seu sucessor, ao primeiro Presidente da República eleito.

Tudo isso originou longas e profundas discussões, em intermináveis reuniões!

Até que uma primeira decisão foi tomada: o candidato deveria resultar de uma escolha feita pelos oficiais do Exército pertencentes ao CR. Foi assim que esses membros, excluindo naturalmente o general Costa Gomes, se reuniram no Forte de S. Julião da Barra. Presentes: Ramalho Eanes, Vasco Lourenço, Franco Charais, Pezarat Correia, Pires Veloso, Melo Antunes, Vítor Alves, Sousa e Castro e Marques Júnior.

O debate focou-se em duas propostas: Ramalho Eanes e Costa Braz.

Grande discussão! Lembro-me bem do meu argumento de defesa da solução Costa Braz, com a premissa de que Eanes era mais necessário na função de Chefe de Estado Maior do Exército, do que como Presidente da República. A determinado momento, face à dificuldade de decidir entre os dois, Pires Veloso avança com a afirmação: "se for necessário, não me importo de me sacrificar e de avançar", ao que lhe retorqui de imediato: "não se preocupe, não precisa de se sacrificar".

Feita a votação, de braço no ar, Eanes foi o escolhido, com sete votos, ficando Costa Braz com o meu voto e o do próprio Eanes.

Presidentes da República Eleitos em Democracia

50 ANOS



António Ramalho Eanes | dois mandatos de 1976 até 1986



Mário Soares | dois mandatos de 1986 até 1996

DEPOIS DA ESCOLHA

Depois de sairmos, Pires Veloso foi à Estalagem do Farol da Guia, em Cascais, propriedade do sogro do Tomás Rosa, oficial da Força Aérea e então ministro do Trabalho, onde costumavam reunir-se oficiais e alguns civis de um grupo plural, onde pontificavam defensores do que se pode chamar de "democracia musculada".

O certo é que Pires Veloso deu a novidade, alguém informou de imediato Marcelo Rebelo de Sousa, que contactou Sá Carneiro. Este dirigiu-se desde logo para "Santa Apolónia", esperando pela chegada de Eanes ao Estado Maior do Exército. Resultado: quando Eanes chegou, Sá Carneiro, que o esperava na Porta de Armas, pediu-lhe uma audiência e declarou que o seu partido, o PPD, o apoiaria na eleição para Presidente da República.

Esta atitude oportunista de Sá Carneiro viria mais tarde a ser desmascarada com a enorme "guerra" entre a AD de Sá Carneiro (1979/80) e o já Presidente da República, Ramalho Eanes. Mas isso é matéria para outros escritos...

Acontece que Mário Soares me dissera que o PS apoiaria o candidato que nós escolhêssemos, pedindo-me apenas que o informasse em primeiro lugar. Quando, antes das 11 horas, contacto Mário Soares para o informar de que apoiaríamos Ramalho Eanes, ouço do outro lado do telefone uma voz nada agradável: "Acabo de ouvir na Rádio o Sá Carneiro a dizer que o PPD apoia o Ramalho Eanes!".

PROMESSA QUE DEMOROU A SER CUMPRIDA

Escolhido Ramalho Eanes, decidimos ser nossa obrigação comunicarmos, em primeira mão, a nossa decisão a Costa Gomes. Nesse sentido, uma delegação do Grupo – Eanes, Melo Antunes, Vasco Lourenço – foi encarregue de comunicar ao velho general a nossa decisão - que ele aceitou perfeitamente, manifestando-nos a sua total concordância e o seu apoio.

É aí que, para surpresa minha (não sei se também para o Melo Antunes), Eanes se dirigiu a Costa Gomes: -"Meu General, quero garantir-lhe que se eu for eleito Presidente, o Senhor será feito Marechal!".

Costa Gomes, com a sua natural e até exagerada modéstia, retorquiu: "Isso não tem importância, não é necessário...".

Quando saímos, virei-me para Eanes e confrontei-o: "Você acaba de assumir um compromisso que o não compromete só a si. Eu estava presente, calei-me, o compromisso passa a ser meu também. Garanto-lhe que não vou deixá-lo descansado até cumprir esse compromisso. Enquanto o não cumprir, ter-me-á à perna". Eanes não retorquiu, o Melo Antunes ficou calado, o que me criou a ideia de que estava a par da iniciativa e da promessa de Eanes, mas as minhas preocupações revelar-se-iam justificadas.

Para resumir – esta história fará parte das minhas Memórias – direi que só cinco anos depois, em 1981, Eanes cumpriu a sua promessa. Mesmo assim, fê-lo com uma jogada que não quero qualificar, juntando o nome de António de Spínola, seu velho farol, para o fazer igualmente Marechal.

Coisas da "porca da política" de que me ufano nunca ter praticado...

CANDIDATURAS MILITARES

A disputa entre as várias sensibilidades no MFA resultou em três candidaturas. A Eanes juntaram-se Otelo e Pinheiro de Azevedo.

Como adereço, o PCP inaugura um procedimento que não abandonou até hoje, apresentando uma candidatura própria, para marcar posição, e atirando para a fogueira Octávio Pato.

Da complicada luta que se seguiu, nomeadamente o esclarecimento que tive de fazer sobre alguns pormenores com que Otelo atacou o Eanes no referente ao 25 de Novembro, recordo um episódio que só quem conheceu bem Pinheiro de Azevedo pode compreendê-lo.

No início da campanha eleitoral, Pinheiro de Azevedo contactou-me para eu organizar uma reunião em casa do Vasco Almeida e Costa, seu ministro da Administração Interna e então primeiro-ministro em exercício, onde deveriam participar ele e o anfitrião, Ramalho Eanes, representantes do CR e Mário Soares. Reunimo-nos, sendo os representantes do CR, além de mim, o Costa Neves e o Marques Júnior, com Mário Soares a fazer-se acompanhar por Almeida Santos.

Ao chegar à reunião, constato que estava no local uma Força de Fuzileiros! Pedi por isso ao Carlos Clemente, que me acompanhava, que mandasse deslocar para o local uma Força de Comandos. Que acabou por se mostrar desnecessária, pois nada aconteceu!

Começada a reunião, Pinheiro de Azevedo comunicou-nos: "Pedi-lhes para aqui virem para lhes dizer que eu estou na disposição de desistir da candidatura. No entanto, porque eu sou o único

Presidentes da República Eleitos em Democracia

50 ANOS



Jorge Sampaio | dois mandatos de 1996 até 2006



Anibal Cavaco Silva | dois mandatos de 2006 até 2016

candidato credível para fazer frente ao Eanes, a minha desistência não pode resultar na inexistência de uma alternativa credível. Pelo que é necessário escolhermos um outro candidato credível".
E, virando-se para Mário Soares: "Doutor Mário Soares, o senhor é um candidato credível, candidate-se, que eu desisto!" A que este respondeu: "Mas eu não sou candidato. O nosso candidato é o general Eanes, que eu apoio."
Perante esta e outras afirmações semelhantes, Pinheiro de Azevedo reage: "Ó Dr. Mário Soares. Você tem aqui em mim um fulano todo escorreito, não percebo como decide apoiar um 'cara de pau', como o Eanes".
Aí, Eanes começa a resmungar: "Eu não vim aqui para ser insultado". Pinheiro de Azevedo retruca e, voltando-se para mim: "Concorra você. Você também é um candidato credível. Concorra você, que eu desisto!"
"Ó senhor Almirante", replico, "Eu não tenho 35 anos. Não posso concorrer!..."
É então que Pinheiro de Azevedo, que muitas vezes me dissera "Eu consigo não me meto, porque você tem os Capitães", me encara e quase grita; "Mas, você pensa que eu tenho medo de si? Eu não tenho medo de si, não tenho medo de si!"
- "Mas, porque é que há-de ter medo de mim. Não percebo."
- "Não tenho medo de si" continua Pinheiro de Azevedo, cada vez mais alto.
- "Não tenho medo de si! Prenda-me, se for capaz!"
- "Mas porque é que o hei-de prender, se não tenho motivo para isso?"

A CAMPANHA CONTINUOU, PINHEIRO DE AZEVEDO TEVE UM ATAQUE CARDÍACO, NO PORTO, ONDE ESTEVE CONSIDERADO CLINICAMENTE MORTO, POR QUATRO MINUTOS, E AS ELEIÇÕES REALIZARAM-SE COM OS RESULTADOS CONHECIDOS

- "Prenda-me! Você não é capaz de me prender?"
- "Mas porquê? Dê-me um motivo para isso. Olhe, dê uma bofetada aqui no Mário Soares, que já não sai daqui livre!"
Mário Soares recuou, provavelmente a pensar: "Ainda vai sobrar para mim".
Depois, a campanha continuou, Pinheiro de Azevedo teve um ataque cardíaco, no Porto, onde esteve considerado clinicamente morto, por quatro minutos, e as eleições realizaram-se com os resultados conhecidos.

UMA CENA DA CAMPANHA

Durante a campanha, e porque se passou com o favorito e depois eleito Ramalho Eanes, não posso

deixar de recordar e lamentar um acontecimento passado em Évora, numa confrontação entre apoiantes de Eanes e de Otelo, episódio altamente explorado pela campanha de Eanes, com este a subir para a capota de um carro e a "dar o corpo às balas". Os acontecimentos resultaram na morte de um cidadão, que estava sentado num muro, com um filho, ainda criança, a seu lado, a ver passar a caravana. Tal como outros episódios da História, este também nunca foi devidamente averiguado. Disseram-se muitas coisas...

Tenho a minha opinião, reforçada em algumas informações que, entretanto, me chegaram. Não tenho condições para provar nada, fico-me por aqui... Eanes foi eleito à primeira volta.

O que se seguiu já faz parte de outras histórias escritas ou "metidas na gaveta". Novas peripécias – sem tiros, mas também muito complicadas, nomeadamente na relação de Eanes com Mário Soares, quanto ao apoio deste à candidatura – viriam a ocorrer na reeleição de Ramalho Eanes para Presidente da República, em 1981.

A sua permanência na presidência permitiu-lhe presidir ao Conselho da Revolução até à sua extinção, em Outubro de 1982. Da sua presidência deste fundamental Órgão de Soberania, como do seu restante mandato, após o Período de Transição, muito há para contar. Mas essas são de facto outras histórias.

* Capitão de Abril,
ex-membro do Conselho da Revolução,
presidente da Direção da A25A

Presidentes da República Eleitos em Democracia

50 ANOS



Marcelo Rebelo de Sousa | dois mandatos de 2016 até 2026



António José Seguro | desde 2026...



A democracia portuguesa deve muito a Costa Gomes que com o seu perfil de anti-herói foi o maior construtor da Democracia em que ainda hoje vivemos. O País deve-lhe uma justa homenagem e reconhecimento

COSTA GOMES: HOMEM MAIOR DA REVOLUÇÃO

Francisco da Costa Gomes foi uma personalidade multifacetada, complexa, por vezes enigmática, discreta, militar especial – civilista e humanista – que evitava a farda e o aparato militar, vindo do regime anterior, reconhecido como militar e profissional muito competente e sabedor. Em 1973/74, aparentemente, era um homem do regime, no qual desempenhava as funções de Chefe do Estado-Maior General. O movimento dos capitães escolheu-o e a Spínola como suas referências

MANUEL MARTINS GUERREIRO*

DE SPÍNOLA, QUE CONHECÍAMOS DA GUINÉ, não tínhamos opinião muito favorável. Sobre Costa Gomes, que não conhecíamos diretamente, a nossa posição era de reserva relativamente a alguém que fora no regime marcelista o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Notámos, porém, que muitos camaradas do Exército tinham mais consideração por Costa Gomes do que por Spínola, o que nos agradava.

A nossa opinião melhorou claramente com a sua recusa de ir ao beija-mão a Marcelo Caetano, reforçando a ideia de que era um militar muito especial e um chefe cujo desempenho militar em Moçambique e Angola procurou sempre reduzir a violência ao mínimo, e com essa política obteve os melhores resultados.

Comecei a relacionar-me mais diretamente com o general Costa Gomes a partir do 11 de Março de 1975 e da criação do Conselho da Revolução, observando o seu comportamento e atitude nas longas reuniões e sobretudo nos momentos de maior tensão ou divergência. Nunca levantou a voz, tinha uma paciência e resistência física e psicológica impressionantes, permitia que todos manifestassem as suas posições e depois fazia a síntese ou procurava através do diálogo que se chegasse a um consenso.

Parecia-me estranho que por vezes não usasse a sua autoridade e poder para resolver de imediato certas questões ou conflitos que surgiam lateralmente. Funcionava mais o analista, o matemático do que o chefe ou o comandante.

Era por vezes observador de si próprio, na feliz expressão de Manuela Cruzeiro no livro *O Último Marechal*.

A sua tendência natural era sempre conhecer tudo bem, permitir que todos se manifestassem e seguidamente atuar ou encaminhar as partes para o entendimento, procurando dar o seu contributo para a solução que melhor servia o País e o Povo sem a impor. Sabia que as soluções mais consistentes e duradouras são

aquelas a que as partes chegam por vontade própria.
Podemos dizer que mantinha a sua coerência de princípios, independentemente do regime em que atuou.

CONHECEDOR DO MUNDO

Costa Gomes era um profundo conhecedor do Mundo e da NATO e do seu funcionamento, fez uma comissão no SACLAND, conhecia bem África e a natureza da guerra colonial, foi durante seis anos comandante militar em Moçambique e Angola, utilizou a força e a violência no menor grau, conseguindo com isso bons resultados, mais que o uso da violência, considerando que o que interessava era a conquista das mentes e a negociação de acordos e formas de atuação. Sabia que a solução da guerra era política e não militar, que não havia solução militar.
Não colocava a sua pessoa ou posição em primeiro lugar, aceitava ficar em situações menos confortáveis ou com pessoas a seu lado menos recomendáveis, desde que isso contribuísse para a melhor solução para o país, estou a pensar nos acordos com Savimbi e a UNITA em Angola.
Foi um homem de princípios, foi militar e político sem o desejar e sem disso tirar qualquer vantagem pessoal. Foi um católico praticante e tolerante que procurou humanizar a guerra que considerava uma brutalidade. Para si as armas morais compensavam possíveis inferioridades materiais. Considerava que ser militar não é para fazer guerra, é sim para evitar conflitos e que são os militares que estão mais bem preparados para o conseguir.

COSTA GOMES FOI UMA PESSOA DISCRETA SEM BRILHANTISMO NA EXPOSIÇÃO ORAL, MAS FOI UMA MENTE BRILHANTE, FOI SEMPRE O PRIMEIRO EM TODOS OS CURSOS QUE FREQUENTOU SEM PROCURAR SÊ-LO NEM ATUAR NESSE SENTIDO

Com estes princípios conseguiu ser coerente ao longo de toda a sua vida, mantendo nas mais variadas situações a sua independência de julgamento e ação.
Costa Gomes foi uma pessoa discreta sem brilhantismo na exposição oral, mas foi uma mente brilhante, foi sempre o primeiro em todos os cursos que frequentou sem procurar sê-lo nem atuar nesse sentido.
Tinha um conhecimento muito alargado do mundo: Estados Unidos da América, Europa, África, Índia e China, fez uma comissão em Macau, sabia interpretar a História e os seus ventos. Foi um militar civilista e humanista que teria preferido seguir uma carreira mais útil para os outros, como ser professor.
Foi um militar que podemos considerar antimilitarista, reduzindo o uso da farda apenas ao indispensável.



"De Spínola (à direita na foto) que conhecíamos da Guiné, não tínhamos opinião muito favorável. Sobre Costa Gomes, que não conhecíamos diretamente, a nossa posição era de reserva relativamente a alguém que fora no regime marcelista o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas"

Na resolução dos problemas e nas múltiplas e difíceis situações por que passámos em 1974/75 não se comprometia com nenhuma das partes, conseguia manter-se acima do conflito e garantir sempre a sua independência e capacidade de decisão, que todos nós aceitávamos e respeitávamos. Era essa a sua forma de atuar e de compromisso com o País e o povo, só atuava quando oportuno ou mesmo necessário. As suas decisões eram firmes e desejadas pelas partes.

Em todas as suas funções promoveu a Paz, esse foi o seu maior desígnio, quer em missões e funções da máxima responsabilidade em Portugal, quer no âmbito da ONU. Recebeu três vezes do Secretário-Geral da ONU o galardão de Mensageiro da Paz.

REFERÊNCIA DE HELSÍNQUIA

No meu processo de conhecimento do general Costa Gomes há uma cidade estrangeira que constitui um marco fundamental, trata-se de Helsínquia. Tive aí oportunidade de o conhecer em duas situações completamente diferentes: o estadista e o simples cidadão mensageiro da Paz. Primeiro o nosso Presidente da República e depois o mensageiro da Paz, Francisco da Costa Gomes. Em 1975, quando da assinatura da Ata Final de Helsínquia, eu fazia parte da delegação portuguesa, acompanhei o general Costa Gomes no encontro que o chanceler alemão Helmut Schmitt lhe pediu. Estávamos na transição do quarto para o quinto governo provisório, os países europeus mais influentes pretendiam pressionar e condicionar Costa Gomes na decisão que iria tomar na escolha do primeiro-ministro. James Callaghan já tinha tentado de manhã fazer essa pressão, mas é na conversa da tarde com Schmitt, a que assisti, que a

pressão é mais clara e mesmo brutal ao pretender indicar como deveria ser a escolha. Costa Gomes, sem alterar a voz, mas com firmeza, respondeu-lhe com grande dignidade e sentido de Estado que isso era em exclusivo uma competência sua, obrigando Schmitt a moderar o tom e a sair pela porta baixa. Fiquei com grande consideração pelo nosso presidente que forçou Schmitt, depois de uma entrada forte, a uma saída em marcha atrás.

A outra oportunidade foi quando, no âmbito duma conferência mundial da paz, convivemos durante vários dias como simples cidadãos em Helsínquia em diferentes atividades sociais e culturais. Aí conheci a simplicidade na forma de estar e conviver do marechal Costa Gomes e o gosto que tinha pelas coisas simples, como uma sauna ou a longa conversa com diferentes companheiros.

Quando se aproximou o fim do seu mandato, houve naturalmente a ideia de que Costa Gomes deveria continuar. Para isso tinha todas as condições. Era, porém, necessário que se candidatasse às eleições presidenciais.

Uma comissão de cidadãos liderada pela Dr.ª Alcina Bastos pediu uma audiência a Costa Gomes no sentido de promover a sua candidatura, mas Costa Gomes de imediato disse que não pensassem nisso, que não aceitava participar em qualquer processo divisionista dos militares e do povo português.

Após o 25 de novembro 1975, o tenente-coronel Ramalho Eanes, por iniciativa do Grupo dos Nove, foi graduado em general de 4 estrelas e nomeado Chefe de Estado Maior do Exército. Costa Gomes apercebeu-se que o grupo apoiava a candidatura de Ramalho Eanes a Presidente da República.

Dada a sua maneira de ser não havia espaço para qualquer disputa eleitoral contra Ramalho Eanes, por isso não aceitou as sugestões para que se candidatasse, abrindo assim a porta para que Ramalho Eanes fosse eleito novo Presidente da República sem qualquer oposição. Os seus ideais de paz e de harmonia entre todos tiveram influência na eleição do novo presidente e facilitaram o início desse mandato.

RECONHECIMENTO

Portugal e os portugueses devem muito a Costa Gomes. Nós tivemos a sorte histórica de contar com a geração dos capitães de Abril que realizou o 25 de Abril – o herói coletivo foram os capitães e o povo português, mas tivemos também a sorte histórica de contar com a inteligência, saber, conhecimento do mundo, competência técnica e profissional, grande coerência e dedicação ao país do general Costa Gomes que conseguiu conduzir-nos sempre para as melhores soluções, resolveu conflitos perigosíssimos que poderiam ter desembocado num confronto aberto.

A democracia portuguesa deve isso a Costa Gomes que com o seu perfil de anti-herói foi o maior construtor da Democracia em que ainda hoje vivemos. O País deve-lhe uma justa homenagem e reconhecimento.

* Capitão de Abril, ex-membro do Conselho da Revolução, sócio da A25A

UMA BIBLIOTECA, UMA BÚSSULA, UM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Sempre entendi que um Presidente da República devia ser o representante de um povo, de uma cultura, de uma História, de uma Pátria

JOSÉ FANHA*

EU TINHA 10 ANOS EM 1961. A minha geração cresceu a olhar para o então Presidente da República, Almirante Américo Tomaz, como figura menor, capaz de fazer afirmações absolutamente tolas e grotescas como a famosa: "É a primeira vez que aqui venho, desde a última vez que cá estive", que creio foi várias vezes repetida nas inúmeras inaugurações que fazia pelo país abaixo.

O anterior presidente, Marechal Craveiro Lopes, tinha, apesar de tudo, uma postura e uma dignidade que o fizeram afastar-se, a pouco e pouco, de Salazar e, sobretudo, entrar em claros desentendimentos com o ministro da Defesa, Santos Costa, uma das mais destacadas figuras da ditadura.

As eleições de 1958, através da óbvia manipulação dos resultados, afastaram da presidência Humberto Delgado, que foi assassinado pela PIDE poucos anos depois.

Foi então eleito, ou melhor, escolhido pelo ditador, o Almirante Américo Tomaz, que sempre me pareceu um fantoche nas mãos de Salazar, embora nos últimos anos do Estado Novo tenha aparecido como uma frágil figura de proa da extrema-direita do regime.

Nomeado Presidente da República pela Junta de Salvação Nacional em 30 de Setembro de 1974, foi com o general Costa Gomes, homem de rara inteligência, dignidade e cultura, que senti pela primeira vez a pátria verdadeiramente representada. Foi ele, sem dúvida, o meu primeiro Presidente da República.

VERDADEIRO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Depois, em 1976, faz agora 50 anos, vieram as eleições livres e veio o primeiro presidente a ser eleito por voto popular, o general Ramalho Eanes, que teve sempre a dignidade e a postura de um verdadeiro Presidente da República.

Cruzei-me com ele numa circunstância invulgar e carregada de ironia, em Bissau, em 1978. Jovem arquitecto, juntamente com os meus colegas Teresa Saint Maurice e Fernando Pinto, fui responsável pelo projecto da Biblioteca da Embaixada de Portugal em Bissau, que foi inaugurada simultaneamente pelos presidentes da República de Portugal, general Ramalho Eanes, e da Guiné-Bissau, Luís Cabral, irmão do assassinado Amílcar Cabral.



As eleições de 1958, através da óbvia manipulação dos resultados, afastaram da presidência Humberto Delgado, que foi assassinado pela PIDE poucos anos depois.

Bissau vivia ainda as alegrias da independência, a paz e a absoluta segurança. Deixava-se a chave na ignição do carro. Ninguém lhe iria mexer.
Tudo estava certo, preparado, organizado. No dia e à hora marcada, de fatinho, colete e gravata, saí para a inauguração da Biblioteca. Mas aí a coisa começou a correr mal. O carro tinha desaparecido. Vim a saber depois que alguém resolvera pregar-me uma partida, pegar no carro, sentar-se ao volante, dar à chave e levá-lo para outro sítio qualquer.
Eu estava alojado na parte de baixo da cidade e tive de desatar a subir aceleradamente as ruas a caminho da Embaixada. O calor era muito e, quando lá cheguei, já estava atrasado, encharcado em suor e com os bofes de fora. Nem tinha palavras para explicar o meu atraso ao general Ramalho Eanes e ao presidente Luís Cabral.



Presidentes da República de Portugal, general Ramalho Eanes, e da Guiné-Bissau, Luís Cabral

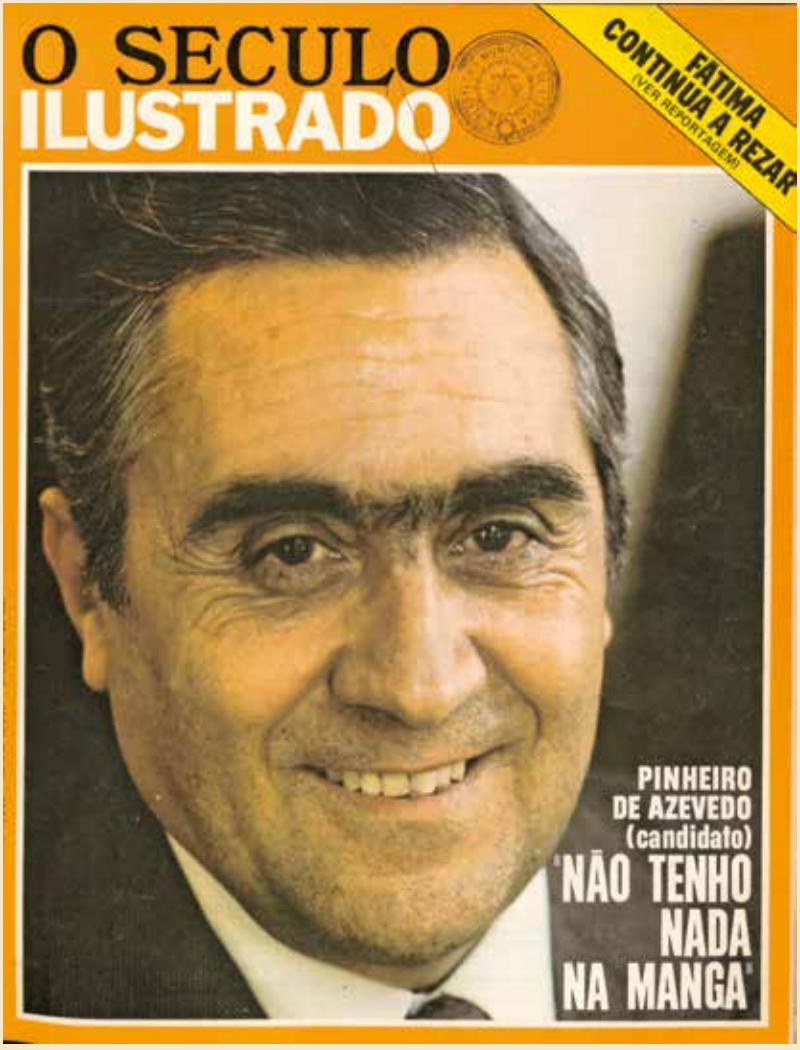
— "Da próxima vez eu empresto-lhe uma bússola para não se enganar no caminho!", disse-me o general Ramalho Eanes, deixando-me cheio de complexos, uma vez que só muito mais tarde vim a saber do especial sentido de humor do nosso primeiro presidente eleito depois do 25 de Abril.

Guardo memória calorosa do presidente Luís Cabral, homem de rara dimensão humana, com quem me vim a cruzar várias vezes em Portugal.

Entretanto, a "falta de bússola" ficou-me para sempre associada à Biblioteca da Embaixada de Portugal em Bissau, o meu último projecto de arquitectura antes de me ter dedicado ao ensino e de continuar intensamente o caminho da escrita.

Devo sublinhar finalmente a admiração que continuo a ter pelo general Ramalho Eanes, o nosso primeiro Presidente da República eleito depois do 25 de Abril, e devo confessar que, mesmo sem a referida bússola, cá vou tentando não me enganar nos caminhos desta vida.

* Arquitecto, professor, poeta, sócio da A25A



Pinheiro de Azevedo foi prejudicado durante a campanha devido a problemas de saúde

ELEIÇÕES COMENTADAS NA IMPRENSA HELVÉTICA

Este artigo aborda um conjunto de cerca de trinta análises publicadas em aproximadamente vinte jornais da Confederação Helvética, relativas às eleições presidenciais de 27 de junho de 1976, um terço das quais redigidas na véspera do ato eleitoral. Incluem-se editoriais, bem como artigos enviados de Lisboa ou de Madrid por quatro correspondentes de diários suíços

RETO MONICO*

NOS DIAS QUE ANTECEDEM a eleição presidencial de 1976, o estado de saúde de Pinheiro de Azevedo – vítima de um enfarte a 23 de junho, no Porto – está no centro das preocupações, pois o seu eventual falecimento provocaria um adiamento das eleições, como enfatiza o *Eco di Locarno* no editorial de 24 de junho. A mesma fonte realça ainda o facto de que, nos últimos dias, o primeiro-ministro conduziu uma campanha agressiva contra Eanes. De qualquer forma, refere o trissemanário, as sondagens indicam que o seu atraso em relação ao general é significativo.

Sobre o mesmo tema, André Nef, na *Tribune de Genève* do dia seguinte, fala de uma reviravolta dramática, enquanto Jacqueline de Montmollin[1] considera que o único candidato que podia rivalizar com Eanes está agora afastado da luta. Por seu lado, Charles Bays sustenta que o que aconteceu a Pinheiro de Azevedo mudou completamente o jogo, já não tendo o Almirante qualquer possibilidade de vencer Eanes. Agora, os que queriam votar nele escolheram o homem do 25 de Novembro, "um incorruptível que soube sair quase ileso dos dois anos de revolução".[2] Por fim, Arnold Hottinger, o correspondente do Neue Zürcher Zeitung[3] na Península Ibérica, nota a 26[4]: "A nova configuração faz com que Eanes se encontre praticamente sozinho perante a extrema-esquerda, o que deverá elevar de modo significativo as suas hipóteses de vencer logo na primeira volta".

Por outro lado, Nef observa que, até ao momento, esta eleição tem sido algo morna, por causa das eleições legislativas italianas e também porque "Portugal, depois de ter estado

1 «Imbroglio», *24 Heures*, 26 de junho.

2 «L'enjeu veritable» [O que está realmente em jogo], *La Liberté*, 28 de junho. Muito provavelmente este editorial foi escrito na véspera, pois não faz referência à vitória de Eanes, da qual fala o jornal no mesmo número.

3 A partir de agora, *NZZ*.

4 Artigo enviado de Lisboa na véspera.

no centro da atualidade durante mais de dois anos, fascina menos a partir do momento em que parece enveredar pelo caminho da normalização". Heinz Ramseyer julga esta eleição muito importante, tendo em conta os poderes do futuro chefe de Estado[5]. Na opinião de Jacqueline de Montmollin o que está em jogo é menos relevante do que nos dois atos eleitorais anteriores. É por isso que Portugal aparece menos na imprensa.

No Basler Nachrichten, de 26, Werner Herzog sublinha que o ambiente é "claramente mais calmo" do que durante as eleições parlamentares de abril[6], enquanto Hottinger, no NZZ de dia 28[7], constata também que a calma reina no dia de votação, embora o final da campanha eleitoral tenha decorrido de forma agitada.

Já F. Wheeler[8], depois de uma rápida síntese dos acontecimentos desde 1910, tece duras críticas aos quatro concorrentes: "Durante a última campanha eleitoral, os diferentes candidatos envolveram-se em polémicas violentas e deixaram um pouco de lado os verdadeiros problemas do país. 'Dizer que a campanha pouco esclareceu é um eufemismo', comentou um jornalista de renome. 'Demasiados portugueses ignoram hoje o que querem os candidatos; sabem apenas o que não querem'".

O articulista do diário de La Chaux-de-Fonds apresenta alguns exemplos dos ataques acérrimos ocorridos durante a campanha: "[Otelo] acusou o general Eanes de servir de cavalo de Troia aos militares de direita e apresentou-se como defensor das massas trabalhadoras. Reprovou ao seu adversário comunista o facto de "dividir o voto da esquerda", que, na melhor das hipóteses, não deverá ultrapassar os 30 por cento dos sufrágios".

QUANTO AO ALMIRANTE AZEVEDO, OS SEUS APOIANTES DIVULGARAM CARICATURAS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR, RETRATANDO-O SOB AS FEIÇÕES DE UM HITLER OU DE UM "SUPER-HOMEM" INCAPAZ DE GOVERNAR O PAÍS

Quanto ao almirante Azevedo, os seus apoiantes divulgaram caricaturas do chefe do Estado-Maior, retratando-o sob as feições de um Hitler ou de um "super-homem" incapaz de governar o país.

A maioria destes jornalistas debruça-se sobre a

5 «Entscheidenden Wahlen in Portugal. Eanes als Präsident gefährdet? [Eleições decisivas em Portugal. A vitória de Eanes ameaçada?], *Berner Tagwacht*, 26-27 de junho. (correspondência de Madrid).

6 Herzog envia também artigos de Lisboa para o *Tages-Anzeiger* de Zurique.

7 O jornalista escreve a carta em Lisboa no domingo 27, dia da eleição.

8 «Les Portugais voteront dimanche», *L'Impartial*, 26 de junho.


Les Portugais choisissent leur nouveau président
EANES OU LE POIDS ÉLECTORAL DES ARMES

"Os portugueses escolhem o novo presidente. Eanes ou o peso eleitoral das armas" (*Tribune de Lausanne-Le Matin*, 27 de junho)

personalidade de Ramalho Eanes, sobre o qual alguns redigem breves perfis biográficos. De Montmollin define-o como "um homem austero, reservado e frequentemente ambíguo, nomeadamente devido aos seus apoios que vão da direita aos socialistas".

Segundo André Nef, pouco se sabe sobre o general, além do seu papel central no 25 de Novembro: "Boatos dizem que os seus eternos óculos escuros escondem um monóculo à Spínola. Confiante na vitória, o general Ramalho Eanes conduziu uma campanha muito discreta, durante a qual se comprometeu a recolocar as Forças Armadas nas suas guarnições e a proteger as instituições democráticas. Prometeu também designar Mário Soares como Primeiro-Ministro, o que é uma garantia de futuro".

No entender de Fritz-René Allemann[9], o êxito de Eanes é quase certo, mais pela impressão deixada por este militar, "politicamente inexperiente", do que pelo facto de contar com o apoio de partidos que, em conjunto, recolheram quase 80% dos votos nas últimas eleições. O jornalista enumera outros aspetos positivos: a sua boa aparência, a sua popularidade entre as tropas que comanda, bem como a imagem de homem competente. Não esquece, porém, alguns traços mais negativos: a sua frieza, o facto de ser praticamente um desconhecido até novembro de 1975 e, finalmente, certas reservas e desconfianças quanto ao seu papel durante a Revolução, nomeadamente entre os apoiantes do PS.

A vitória de Eanes logo à primeira volta parece certa na opinião da esmagadora maioria dos jornalistas suíços. Jacqueline de Montmollin tem apenas uma pequena dúvida: saber se Eanes será eleito imediatamente ou dentro de três semanas[10].

Só Ramseier pensa que Otelo – "já dado como politicamente afastado, ressurgiu como uma fénix das cinzas" – obterá um resultado que impedirá a vitória de Eanes logo à primeira volta. O correspondente do jornal socialista na capital espanhola enumera os apoios ao herói do 25 de Abril: a esquerda radical, os conselhos populares existentes nas fábricas e nos bairros: "A sua linguagem direta e os duros ataques que dirige, sem rodeios, aos seus colegas oficiais parecem agradar aos portugueses mais românticos".

9 «Portugals Präsidentzschaftswahlen. Eanes als Favorit» [Eleição presidencial em Portugal. Eanes é o favorito], *Die Tat*, 25 de junho.

10 «Dado como vencedor logo na primeira volta, o general Eanes salvaguardou uma saída ao afirmar que abandonaria Portugal em caso de eleição do general Carvalho», R. Wheeler, artigo citado.

Na perspetiva do jornalista, os comunistas não escolheram um bom candidato. Por conseguinte, uma parte do eleitorado do PCP irá votar no antigo comandante do COPCON. A este propósito, Hottinger nota, a 28 de junho, que esta eleição permitirá "verificar como se encontra, na realidade, dividida a esquerda portuguesa", que apresenta dois candidatos: um comunista e outro de extrema-esquerda.

OS RESULTADOS

Praticamente todos os analistas evidenciam a clara vitória de Eanes, como refere, a 29 de junho, a redação do *NZZ*. No dia seguinte, o semanário *Die Weltwoche* fala de um sucesso incontestável, mais amplo do que o previsto, ao contrário do que sucedera com Giscard d'Estaing na segunda volta das eleições presidenciais francesas de maio de 1974[11].

No juízo de Marc Heyd, em La Suisse de dia 29 de junho, não houve surpresas, ainda que a vitória confortável não tivesse sido particularmente brilhante. Fritz-René Allemann, no diário *Die Tat* de 28, exprime a mesma opinião: tratou-se de um êxito inequívoco, embora não triunfal, "como poderia parecer à primeira vista", explicando porquê: por um lado, a personalidade do general – austero, sério e raramente sorridente – não era daquelas que granjeiam simpatias; por outro, era acusado pela esquerda do PS de ser um novo Spínola e pela direita de ter atraiçoado o autor de Portugal e o Futuro.

O JORNAL COMUNISTA "*VOIX OUVRIÈRE*" PUBLICA UM BREVE COMENTÁRIO EM QUE ATACA DURAMENTE OTELO, SUSTENTANDO QUE O PCP COMBATERÁ ESSES "AVENTUREIROS" E LUTARÁ PELA UNIDADE DA ESQUERDA PARLAMENTAR

Já o trissemanário Eco di Locarno sintetiza o resultado numa fórmula lapidar: "O homem do 25 de Novembro não teve dificuldades em vencer o homem do 25 de Abril". O jornal acrescenta que o presidente eleito teve também alguma sorte: Costa Gomes renunciara à candidatura e Pinheiro de Azevedo teve um ataque cardíaco que o afastou da corrida.

Muitos comentadores debruçam-se sobre a personalidade do vencedor, nomeadamente Jasmine Audemars: "Quem, há apenas alguns meses, tivesse previsto que Portugal acabaria por eleger um chefe de Estado que encarnasse tão pouco como ele a Revolução dos Cravos teria sido acusado de passadista. No entanto, a maioria dos portugueses escolheu um homem

11 A 19 de maio de 1974, Valéry Giscard d'Estaing ganhou contra François Mitterand por 50, 81% dos votos.

que, sem as ilusões e sem o monóculo, faz pensar no general Spínola: um militar profissional, rigoroso cumpridor dos regulamentos". Na opinião da articulista genebrina, este candidato ("discreto, silencioso, pouco sorridente e legalista") foi escolhido pelo PS, PSD e CDS por corresponder à necessidade de encontrar uma figura apta a reunir o maior número de votos: alguém que agradasse sem incomodar em demasia. Contou também com o apoio dos militares, que procuravam uma personalidade capaz de manter os partidos sob controlo: "No fundo, os portugueses deram-se um chefe de Estado meio protetor, meio carcereiro, ao longo dos cinco anos difíceis que se avizinham", conclui a editorialista.

Segundo o ponto de vista de Werner Herzog, a vitória ficou decidida quando os três partidos optaram por apoiar Eanes.

Heinz Remseier escreve de Madrid no diário socialista Berner Tagwacht a 30 de junho: "Ramalho Eanes, apoiado pelos socialistas até à extrema-direita, deve o seu inesperadamente elevado êxito eleitoral ao desejo da maioria pequeno-burguesa do povo português de calma e ordem. (...) O chefe de Estado, ascético e raramente sorridente, recorda, pelo seu estilo de discurso extremamente contido, o falecido ditador Salazar e personifica, para os portugueses, o homem forte capaz de garantir estabilidade política, social e económica – algo que não seria possível apenas com um governo minoritário socialista".

Joëlle Kunz não tem dúvidas: a grande maioria dos portugueses quer democracia, um regresso à calma e a estabilização das instituições (*La Liberté*, 28 de junho).

Por outras palavras, como afirma Konrad Stamm no *Der Bund*, a 29 de junho, com esta eleição terminou o período revolucionário.

Todos os analistas destacam a grande derrota comunista. Allemann fala, por exemplo, de uma pesada derrota do PCP, cujo candidato – um funcionário simpático, mas apagado – não conseguiu conquistar muitos votos (Die Tat, 28 de junho); por seu lado, Herzog refere igualmente uma derrota severa de um partido que se vê agora confrontado com uma escolha: defender uma coligação à esquerda com o PS ou infiltrar a extrema-esquerda que apoiou Otelo (Basler Nachrichten, 29 de junho).

Joëlle Kunz lança fortes críticas ao Partido Comunista: "Não se poderia proclamar melhor a teimosia deste partido, nem o impasse absoluto em que se colocou, incapaz de ganhar apoios, quer à sua direita quer à sua esquerda, (...) a ponto de não restar senão uma simples sombra de partido".

A esse respeito, a 9 de julho, o jornal comunista *Voix Ouvrière* publica um breve comentário em que ataca duramente Otelo, sustentando que o PCP combaterá esses "aventureiros" e lutará pela unidade da esquerda parlamentar.

Mas o resultado obtido pelo major constitui o outro grande tema, pois ficou em segundo lugar, obtendo mais do que o dobro dos votos de Pato. Allemann nota no diário Die Tat a 28 de junho: "O organizador militar da Revolução dos Cravos de 1974 permanece, aos olhos de muitos portugueses, um ícone revolucionário,


Il Portogallo ha un nuovo presidente: Ramalho Eanes

"Portugal tem um novo presidente: Ramalho Eanes" (*Giornale del Popolo*, 30 de junho).

e o seu regresso sensacional deverá ainda dar muito que pensar aos estrategas de todos os partidos».

Herzog considera que Eanes encarnava "demasiadas ideias", enquanto o major "representava muito mais entusiasmo e juventude". No fundo, os votos recebidos por Otelo, destaca o jornalista, eram destinados não a um programa, mas a um símbolo da Revolução dos Cravos.

REGRESSO À REALIDADE

A esmagadora maioria dos analistas defende que a Revolução acabou. Os políticos lusos – dispondo de todas as estruturas e instituições de um regime democrático – têm agora de tomar as medidas necessárias de modo a evitar o caos e a bancarrota, como observa o editorialista do diário Der Bund acima referido: "O país poderá agora ultrapassar as longas querelas partidárias que o dominaram e concentrar-se nos problemas concretos que há muito esperam resposta".

De acordo com o Nouvelliste Valaisan de 29 de junho, esta eleição foi o acontecimento político menos "palpitante" do ano e, segundo Audemars, a campanha eleitoral decorreu sem paixão, com uma taxa de participação inferior à dos escrutínios anteriores. L. Granger sintetiza este acontecimento da seguinte forma: "Assim, há que reconhecê-lo: em larga medida, esta eleição tem dois aspetos. O primeiro é positivo. É o sucesso das forças anticomunistas. Só que esse sucesso não passa de um instante na vida política. Os partidos vencedores [...] têm, em questões importantes, pontos de vista bastante divergentes" (Feuille d'Avis de Neuchâtel-L'Express, 1 de julho).

Por outras palavras, como afirma a 29 de junho Linde Herrmann no diário de Basileia National-Zeitung, não parecem avizinhar-se tempos fáceis para Portugal.

* Professor e historiador, sócio da A25A

50 ANOS

I GOVERNO CONSTITUCIONAL



DE 23 DE JULHO DE 1976 A 23 DE JANEIRO DE 1978

Primeiro-Ministro: Mário Soares (1924–2017) Partido Socialista

Ministro de Estado: Henrique de Barros (1904–2000) Partido Socialista
Ministro sem Pasta: Jorge Campinos (1937–1993) Partido Socialista
Ministro da Defesa Nacional: Mário Firmino Miguel (1932–1991) Independente
Ministro do Plano e Coordenação Económica: António Sousa Gomes (1936–2015) Partido Socialista
Ministro da Administração Interna: Manuel da Costa Brás (1934–2019) Independente
Ministro da Justiça: António de Almeida Santos (1926–2016) Partido Socialista
Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira (1930–2017) Partido Socialista
Ministro dos Negócios Estrangeiros: José Medeiros Ferreira (1942–2014) Partido Socialista
Mário Soares (1924–2017) Partido Socialista
Ministro da Agricultura e Pescas: António Lopes Cardoso (1933–2000)Partido Socialista
António Barreto (1942–) Partido Socialista
Ministro da Indústria e Tecnologia: Walter Rosa (1919–2017) Partido Socialista
António Sousa Gomes (1936–2015) Partido Socialista
Alfredo Nobre da Costa (1923–1996) Independente
Ministro do Comércio e Turismo: António Barreto (1942–) Partido Socialista
Carlos Alberto da Mota Pinto (1936–1985) Independente
Ministro do Trabalho: Francisco Marcelo Curto (1939–2001) Partido Socialista
António Maldonado Gonelha (1935–2022) Partido Socialista
Ministro da Educação e Investigação Científica: Mário Sottomayor Cardia (1941–2006) Partido Socialista
Ministro dos Assuntos Sociais: Armando Bacelar (1919–1998) Partido Socialista
Ministro dos Transportes e Comunicações: Emílio Rui Vilar (1939–) Independente
Ministro das Obras Públicas: João Almeida Pina (1926–2014) Independente
Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção: Eduardo Pereira (1927–2015) Partido Socialista
Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores: Octávio Galvão de Figueiredo (1919–1996) Independente
Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira: Lino Miguel (1936–2022) Independente



A 14 de Julho de 1976, Ramalho Eanes (à direita na foto) inicia as suas funções como Presidente da República. Nos dias seguintes, tendo em conta o veredicto popular (expresso nas eleições legislativas de Abril de 1976), o presidente convida Mário Soares (à esquerda) a formar o 1.º Governo Constitucional

GOVERNAR EM MINORIA PARA APRENDER A VIVER EM DEMOCRACIA

Nas primeiras eleições legislativas realizadas em democracia, o PS foi o partido mais votado, tendo obtido 34,9% dos votos. Dois meses depois, o candidato apoiado pelo PS, pelo PPD e pelo CDS, general Ramalho Eanes, venceu as primeiras eleições presidenciais realizadas por sufrágio direto e universal, com 61,6% dos votos

DAVID CASTAÑO*

APÓS TER TOMADO POSSE como Presidente da República, o general Ramalho Eanes anunciou que convidara Mário Soares para formar governo. A aceitação de avançar em situação minoritária foi criticada pelos restantes partidos, mas o Presidente acabaria por empossar um governo monopartidário do PS.

PROGRAMA DO GOVERNO

Na tomada de posse, Mário Soares congratulou-se pela institucionalização de um regime democrático pluralista, defendeu que os portugueses estavam "cansados dos golpismos que conduziram o país à beira da guerra civil" e que "a prioridade das prioridades" seria dedicada à



Dez dias depois da tomada de posse, o programa de governo foi discutido no Parlamento.

reconstrução da economia nacional. O líder socialista chefiava um governo composto por 15 ministérios e ainda um ministro de Estado e um ministro sem pasta que, como o ministro da Coordenação Económica, tinham responsabilidades de coordenação, e 45 secretários e subsecretários de Estado.

Dez dias depois da tomada de posse, o programa de governo foi discutido no Parlamento. Revelando uma postura de determinação que fazia lembrar a adotada por Oliveira Salazar quando assumiu a pasta das Finanças em 1928, proclamando: " sei muito bem o que quero e para onde vou". Soares afirmou que o governo sabia "aquilo que queria". Entre os aspetos focados no discurso, destacam-se a defesa do reforço da autoridade do Estado, o fim dos saneamentos e a apologia do trabalho. No campo

económico, o programa sublinhava a necessidade de reanimação da iniciativa privada e o aumento da produtividade, anunciando-se a revogação da lei da unicidade sindical. Relativamente ao equilíbrio das contas públicas, abria-se a porta à necessidade de se recorrer a esquemas de poupança forçada. No domínio da Educação, apontava-se para a necessidade de um reforço da disciplina nas escolas; na vertente cultural, anunciava-se a criação de uma Secretaria de Estado da Cultura; no campo da Saúde preconizava-se a criação de um Serviço Nacional de Saúde; e, nas Obras Públicas, previa-se o lançamento de um programa de construção de habitações. Relativamente às opções de política externa, era reafirmada a opção europeia, a manutenção das alianças tradicionais e manifestada fidelidade à NATO.

O programa de governo foi aprovado, mas logo no mês seguinte, o primeiro-ministro traçou um retrato dramático da situação encontrada. Soares defendeu que as dificuldades económicas e financeiras que afetavam o país se deviam a três grandes heranças: o regime anterior; a guerra colonial; o consulado gonçalvista. Entre estas, o primeiro-ministro destacou as políticas seguidas após 1974, sublinhando a crescente dependência do exterior, o aumento do défice comercial e da dívida externa, e o quase desaparecimento das reservas de ouro do país. Nesse sentido, anunciou um conjunto de medidas que passavam pelo aumento da taxa sobre as importações, a uniformização dos salários, o pagamento do 13.º mês em títulos do tesouro para vencimentos superiores a cinco mil escudos, o aumento das contribuições para a Previdência, e a saída do Estado de cerca de trezentas empresas intervencionadas. Anunciou ainda a devolução de uma centena de propriedades que tinham sido ocupadas ilegalmente e que estas medidas seriam acompanhadas por um plano de investimentos públicos centrados na construção de habitações, saneamento básico, eletrificação e obras portuárias.

PRIMEIRAS CRISES

A primeira crise política governativa surgiu pouco depois, em novembro de 1976, relacionando-se com um tema sensível: a reforma agrária. O ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, considerava que a lei que tinha sido gizada durante o período revolucionário não necessitava de ajustes, ao contrário do chefe do executivo, que preconizava a introdução de alterações na lei. O afastamento entre Soares e Lopes Cardoso ficara patente no II Congresso do PS, realizado no final de outubro e a rutura surgiu dias depois, sob a forma de carta, com Lopes Cardoso a apresentar a demissão do governo e a criticar a falta de debate interno no partido. O primeiro-ministro aceitou a demissão e entregou a pasta da Agricultura ao até então responsável pelo Comércio e Turismo, António Barreto. Meses mais tarde, em março de 1977, outro impasse, desta vez relacionado com a Lei Sindical, que o governo prometera alterar a fim de acabar com o monopólio da Intersindical, ditaria a saída do ministro do Trabalho, Marcelo Curto, que foi substituído pelo seu secretário de Estado, Maldonado Gonelha.

Entretanto, no dia 25 de fevereiro de 1977, o Conselho de Ministros aprovou o primeiro conjunto de medidas de austeridade, entre as quais se destacava uma desvalorização do escudo. Soares sustentou, uma vez mais, que o país estava a sofrer as consequências das políticas gonçalvistas, sublinhou que os portugueses tinham de produzir mais e consumir menos e que todos estes esforços tinham como grande objetivo a adesão de Portugal ao Mercado Comum. Esta era a grande prioridade da política externa do I Governo Constitucional. A 28 de março, o governo entregou o pedido formal de adesão de Portugal à CEE e, na semana seguinte, o pedido foi aprovado.

NAS COMEMORAÇÕES DO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL, O PRESIDENTE EANES, PROCLAMOU QUE NÃO SE PODIA "CONTINUAR A ILUDIR O FUTURO COM BASE NAS FRUSTRAÇÕES DO PASSADO"

MEDIDAS DE AUSTERIDADE

Apesar das medidas adotadas a situação económica e financeira do país continuou a degradar-se. Nas comemorações do terceiro aniversário do 25 de Abril, o Presidente Eanes, proclamou que não se podia "continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado", questionou diretamente diversas promessas do executivo, fez um apelo para que os responsáveis políticos assumissem as suas responsabilidades e deixou um aviso: "não hesitarei em tomar as medidas necessárias e corretas que assegurem a viabilidade da nação como sociedade livre onde valha a pena viver".

No verão de 1977, o governo foi forçado a lançar um novo conjunto de medidas. A desvalorização produzira efeitos inflacionistas, fez aumentar em capital e em juros o ónus da dívida externa, não atenuara o crescimento das importações, pouco elásticas por nela terem grande peso bens essenciais como os combustíveis e os cereais, e não se registou o almejado aumento das exportações. Mais uma vez, Soares defendeu que os problemas que afetavam o país eram consequência do período revolucionário, reconhecendo que "a extensão das destruições levadas a cabo no aparelho produtivo", não tinha sido bem calculada pelo executivo, pelo que anunciou medidas adicionais, entre as quais sobressaíam uma nova desvalorização da moeda, cortes na despesa pública, aumento de impostos e das taxas de juro. Soares anunciou ainda a existência de negociações para a obtenção de um grande empréstimo, que não teria condições políticas nem garantia ouro, deixando implícita a ideia de uma aproximação ao PPD/PSD neste domínio. No entanto, Sá Carneiro não estava interessado em explorar

uma mera via de diálogo. O líder social-democrata preconizava a formação de um governo de "salvação nacional", formado pelo PS, PSD e CDS.

CRÍTICAS DO PRESIDENTE E A CRISE NO PSD

A aproximação entre os dois maiores partidos, dizia respeito à aprovação de importantes leis que visavam relançar a economia do país, entre as quais se destacam a lei da delimitação dos sectores público e privado, a lei de bases da reforma agrária e a lei das indemnizações. No entanto, a viabilização destas leis pelo PSD, originou conflitos internos neste partido, entre aqueles que defendiam a necessidade de se apoiar o governo na remoção das principais heranças do gonçalvismo, e aqueles que, como Sá Carneiro, pretendiam cortes mais profundos e insistiam na necessidade de constituição de um governo de coligação maioritário. No entanto, o líder socialista recusava essa hipótese, não vendo com bons olhos a possibilidade do PSD poder vir a transformar-se no partido-charneira.

Foi neste contexto que, no dia 15 de outubro de 1977, o presidente Eanes voltou a expressar publicamente a sua opinião sobre a situação política do país. Se no discurso de 25 de abril o Presidente tinha sido duro com o governo, desta vez os alvos preferenciais foram os partidos da oposição, criticados pela "intransigência estéril das oposições permanentes". No PSD, o discurso do presidente teve o condão de contribuir para a rutura de Sá Carneiro com a Comissão Política do partido. Ao contrário da maioria dos dirigentes sociais-democratas, que se revelaram sensíveis aos apelos de Eanes e dispostos a dar a mão aos socialistas, o presidente do PSD adotou uma posição intransigente, defendendo a necessidade de se encontrar "uma nova forma de governo". Pouco depois viria a afastar-se da liderança do partido.

RECURSO AO FMI

Entretanto, os pacotes de medidas de austeridade aprovados pelo governo continuavam a revelar-se insuficientes. A ideia de que era possível a obtenção de um grande empréstimo sem condições políticas e sem garantia sobre o ouro do Banco de Portugal revelou-se inviável. A necessidade de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e consecutivamente de sujeitar o país à imposição de um novo conjunto de medidas que passavam pelo aumento das taxas de juro, preços reais e disciplina monetária, financeira e cambial, como forma de ganhar credibilidade e assim viabilizar a efetivação do empréstimo, forçou o governo a procurar apoios.

No final de outubro de 1977, o gabinete do primeiro-ministro divulgou um comunicado onde se referia a existência de negociações com o FMI e anunciava a procura de uma plataforma mínima com os partidos e/ou os parceiros sociais. No entanto, apesar de abrir as portas à celebração de acordos parlamentares ou extraparlamentares com incidência a nível político, económico e financeiro e social, de modo a viabilizar entendimentos à esquerda e/ou à direita, o primeiro-ministro deixava clara

a indisponibilidade do PS em partilhar o poder a nível do executivo ou, "muito menos ainda", para participar num governo de coligação. O PS apresentava também um conjunto de pressupostos básicos para a formalização dessa plataforma: respeito pela Constituição, pelos órgãos de soberania e por algumas leis fundamentais (lei de separação dos sectores, lei das indemnizações e lei de bases da Reforma Agrária) e pela opção europeia. Estas exigências comprometiam uma hipótese de entendimento com os partidos à esquerda. Por outro lado, a limitação da plataforma a entendimentos sem correspondência ao nível do governo, colocava sérios obstáculos à sua viabilização pelos partidos à direita. Esgotado o prazo estipulado pelo governo sem que tivesse sido possível alcançar qualquer tipo de entendimento, no início de dezembro, Mário Soares formalizou a apresentação de uma moção de confiança.

NO FINAL DE OUTUBRO DE 1977, O GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO DIVULGOU UM COMUNICADO ONDE SE REFERIA A EXISTÊNCIA DE NEGOCIAÇÕES COM O FMI E ANUNCIAVA A PROCURA DE UMA PLATAFORMA MÍNIMA COM OS PARTIDOS E/OU OS PARCEIROS SOCIAIS

FIM DO I GOVERNO CONSTITUCIONAL

O primeiro-ministro não acreditava que se viesse a formar uma coligação negativa que conduzisse à queda do governo. Depois de sublinhar a profundidade da crise, Soares fez um balanço dos dezasseis meses de vida do governo, referindo que tinha sido possível fazer aprovar na Assembleia várias propostas de lei e que 93% das propostas apresentadas pelo executivo tinham sido aprovadas, mediante a obtenção de apoios, ora à esquerda, ora à direita, e mesmo através da obtenção de consensos com os quatro maiores partidos. Depois, reafirmou a indisponibilidade do PS para fazer qualquer compromisso no sentido de se alcançar uma maioria governativa e pôs a oposição perante um dilema: ou deixava passar a moção de confiança e dava ao governo condições para continuar a sua ação, ou teria de se encontrar uma solução alternativa. Na madrugada seguinte, os votos contra do PCP, PSD, CDS, UDP e de um grupo de deputados independentes que tinham deixado o PS, ditaram o fim do I Governo Constitucional.

*Doutor em História Moderna e Contemporânea, Investigador do IPRI-NOVA, Professor da NOVA-FCSH.



TESTEMUNHO E REFLEXÃO

O facto de os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte revelarem de forma inequívoca que uma expressiva maioria dos portugueses queria um Estado de direito e uma democracia pluralista, não impediu que prosseguissem as tentativas radicais contra, como então se dizia, a "democracia parlamentar burguesa"

RUI VILAR*

APROVADA A CONSTITUIÇÃO da República em 2 de Abril de 1976, era chegado o tempo de construir a arquitectura institucional da nova democracia.

Tudo haveria de passar-se com notável serenidade e civismo, mas a democracia prometida na madrugada libertadora do 25 de Abril tinha feito o seu caminho das pedras.

O golpe de Estado, operado com sucesso pelos militares do MFA, foi rapidamente capturado por movimentos populares – espontâneos e generosos, uns, manipulados, outros – que o transformaram num processo revolucionário. Aconteceu numa conjuntura política internacional de guerra fria e numa conjuntura económica de crise global, provocada pelo chamado choque do petróleo de 1973.

O ritmo dos acontecimentos é impressionante: a crise Palma Carlos, o 28 de Setembro, o 13 de Dezembro, a unicidade sindical, o 11 de Março, o Plano Melo Antunes rasgado, as nacionalizações, as ocupações, o I Pacto MFA/Partidos, o adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte, o apelo ao voto em branco, as eleições com elevadíssima participação, o cerco à Assembleia Constituinte, a greve do VI Governo Provisório...

O facto de os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte revelarem de forma inequívoca que uma expressiva maioria dos portugueses queria um Estado de direito e uma democracia pluralista, não impediu que prosseguissem as tentativas radicais contra, como então se dizia, a "democracia parlamentar burguesa".

Com o país à beira de uma guerra civil, o confronto militar do 25 de Novembro foi decisivo. A linha defendida pelo Grupo dos Nove, liderado por militares como Melo Antunes e Vasco Lourenço, a favor de um modelo democrático e pluralista saiu vencedora e abriu caminho para uma gradual pacificação da sociedade portuguesa.

Pôde o VI Governo voltar às suas tarefas. E puderam avançar sem sobressaltos os trabalhos da Assembleia Constituinte. A nova correlação de forças reflectiu-se no equilíbrio com que foi redigida a III parte do texto constitucional dedicada à organização do poder político.

Esta nova conjuntura influenciou também o II Pacto MFA/Partidos, assinado em 26 de Fevereiro de 1976, que garantiu a normalização da vida democrática e o sistema de governo desenhado pelos constituintes.

SERENIDADE E CIVISMO

Os actos fundadores da nova ordem constitucional decorreram, como se disse, com notável serenidade e civismo.

As eleições para a Assembleia da República tiveram lugar a 25 de Abril de 1976; para a Presidência da República a 27 de Junho; no mesmo dia realizaram-se também as eleições para as assembleias legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. As eleições autárquicas realizaram-se ainda no mesmo ano, a 12 de Dezembro.

O Presidente da República eleito, o general António Ramalho Eanes, foi investido em 14 de Julho e indigitou Mário Soares como Primeiro Ministro.

Conforme tinha prometido na campanha eleitoral, Mário Soares opta por formar governo, apesar de minoritário. O Partido Socialista tinha sido o mais votado (34,98%), mas longe da maioria absoluta e abaixo mesmo do resultado que, um ano antes, obtivera nas eleições para a Assembleia Constituinte (37,8%).

Curiosamente, nas eleições legislativas, à excepção do CDS, que subiu, também o PPD baixou e o PCP teve menos votos do que tinha tido, mesmo somados os do MDP-CDE, que não concorreu. A UDP logrou eleger um deputado.

Apesar das sugestões de vários quadrantes, designadamente invocando a "maioria presidencial" – os partidos apoiantes da eleição de Ramalho Eanes – Mário Soares mantém-se fiel à promessa da campanha.

É verdade que, na altura, a generalidade dos analistas políticos afirmava que, no nosso sistema partidário, e com o método de Hondt, dificilmente algum partido poderia alcançar uma maioria absoluta.

A questão da natureza minoritária do Governo foi amplamente abordada por Mário Soares, no discurso de posse, como acto de coerência face às posições antes assumidas e como garantia da necessária coesão política face aos desafios que havia de enfrentar. E reforçou a defesa da solução com o argumento de que, se o programa do Governo não fosse rejeitado pela maioria dos deputados em funções: "haverá de se concluir que o Governo deixou de ser minoritário e goza do consenso da maioria dos portugueses. Foi na perspectiva da obtenção de um tal consenso, a que chamarei nacional, que o actual Governo foi formado...".

O Governo tomou posse a 23 de Julho, no Palácio de Belém.

INDEPENDENTES NO GOVERNO

O primeiro-ministro optou por grande abertura na composição do governo: dos dezanove ministros, oito eram independentes (cinco militares e três civis). Fui um destes, com a responsabilidade dos Transportes e Comunicações.

Era também a altura de, não havendo precedentes, tudo começar de novo. Uma das primeiras questões que se colocou era a de saber se a apresentação do governo à Assembleia da República seria feita por uma declaração política do primeiro-ministro ou com um documento detalhado de medidas, ministério a ministério. Foi esta a hipótese adoptada e uma

boa parte do programa foi redigida num fim de semana, na casa de Mário Soares, em Nafarros. Uma verdadeira maratona.
O debate na Assembleia durou cinco dias e decorreu, de modo geral, com grande dignidade, excepção feita às intervenções do deputado da UDP, Acácio Barreiros.
O discurso de apresentação inicial de Mário Soares foi uma longa oratória (quase três horas), em que os problemas foram enunciados sem disfarces e em que as demais forças políticas foram colocadas perante as suas responsabilidades.
Nenhum partido ousou apresentar moção de rejeição e o Governo viu o seu programa aprovado sem ter havido votação. Francisco Sá Carneiro usou uma dupla negativa "não desconfiança" e Diogo Freitas do Amaral disse expressamente "não rejeição". Este, nas suas "Memórias Políticas", conta que terá dito a Adelino Amaro da Costa que "com este programa o PS vai ficar dez ou quinze anos no Governo"...
Recordo-me que na sala do conselho de ministros, no palacete de S. Bento, em cada lugar tinha sido posto um exemplar da Constituição e de, logo nas primeiras reuniões, ser evidente a tensão entre a pesada carga programática do texto constitucional, as medidas elencadas no programa que havíamos apresentado e as mil e uma situações concretas que reclamavam soluções urgentes.

RECONCILIAÇÃO

A sociedade portuguesa, volvidos dois anos sobre o 25 de Abril, precisava de se reconciliar consigo própria.

A GENERALIDADE DOS ANALISTAS POLÍTICOS AFIRMAVA QUE, NO NOSSO SISTEMA PARTIDÁRIO, E COM O MÉTODO DE HONDT, DIFICILMENTE ALGUM PARTIDO PODERIA ALCANÇAR UMA MAIORIA ABSOLUTA

Findo o mito do império, devíamos reerguer-nos nos limites europeus originais do continente e das ilhas atlânticas.
Era necessário superar as sequelas e as feridas de quase cinquenta anos de ditadura e de treze anos de guerra colonial. Importava reintegrar os mais de seiscentos mil portugueses retornados das ex-colónias e os cento e vinte mil militares desmobilizados das três frentes em África. Todos careciam de trabalho, habitação, escolas e hospitais.
Era preciso reconciliar os portugueses divididos pela radicalização ideológica e os desmandos do chamado PREC e que quase levaram à guerra civil. Como alguém disse, era preciso apagar a "fronteira de Rio Maior", símbolo fí-

sico e simbólico dos dois modelos de sociedade que se confrontaram.

Por outro lado, a conjuntura económica, financeira e cambial era de extrema gravidade, resultado da conjugação negativa de múltiplos factores. A crise internacional global decorrente do choque do petróleo; a perda dos mercados cativos das ex-colónias, que representavam cerca de 15% das exportações da então Metrópole e garantiam o abastecimento de algumas matérias-primas; a perturbação e quebra da capacidade produtiva com as nacionalizações, expropriações e reivindicações irrealistas, a que se somava a fuga de capitais e a imigração de quadros dirigentes. Recessão, subida da inflação, desemprego e desequilíbrio da balança de pagamentos que levou as reservas de divisas a mínimos dramáticos – três meses de importações. Tinha sido preciso vender ouro e o endividamento externo tinha limites e condições.

Vencer a crise económica e financeira era tarefa prioritária e ao mesmo tempo um travão severo às respostas que urgia dar às aspirações dos portugueses na proteção social, na saúde, na educação, na habitação e nos transportes.

Finalmente, o nosso país precisava de assumir com clareza a sua posição no contexto internacional e de se ressituar em termos geo-estratégicos, depois do ensaio, felizmente gorado, de aproximação ao bloco soviético e da tentativa ilusória de um terceiro-mundismo mais ou menos original.

Era também preciso estabelecer o quadro e o modo de relacionamento com os novos países africanos de língua portuguesa e não esquecer Timor, que tinha sido ocupado pela Indonésia.

NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 1977, O CONSELHO DE MINISTROS APROVOU O PRIMEIRO CONJUNTO DE MEDIDAS DE AUSTERIDADE, ENTRE AS QUAIS SE DESTACAVA UMA DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO

Era altura de aproveitar o processo de democratização em Espanha para um novo relacionamento na península ibérica. Também o Brasil, que acolhera muitos portugueses, era um tópico difícil porque vivia numa ditadura militar.

E, tema nuclear, a relação com as Comunidades Europeias. Uma das decisões marcantes do governo foi apresentar o pedido de adesão em Março de 1977, aposta ganhadora, mas que implicou longos oito anos de negociações.

TAREFA GIGANTESCA

O que ficou brevemente exposto era uma tarefa gigantesca e uma enorme responsabilidade para todo o governo, exigindo lucidez, vontade, capacidade de fazer escolhas, mesmo quando eram dolorosas. E apoio político que um governo minoritário tinha muitas vezes que inventar.



Com a posse, a 23 de Janeiro de 78, terminou o intenso percurso de 18 meses do I Governo Constitucional. E o II Governo, pouco tempo volvido, fazia o acordo com o FMI

O primeiro-ministro conduzia o governo com grande maestria, dando liberdade aos seus ministros e estimulando a sua acção, mas corrigindo o tiro quando achava necessário. Por outro lado, cabia-lhe a interacção com as outras forças políticas representadas na Assembleia da República, o diálogo com os militares e com instituições relevantes, como a Igreja Católica.
Uma primeira crise no Governo, com origem partidária, levou a que Mário Soares pedisse aos três ministros independentes civis – António Almeida Santos, António Sousa Gomes e eu próprio – que aderíssemos ao Partido Socialista. Também operou um recentramento político do governo com a substituição do ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, por António Barreto e do ministro do Trabalho, Marcelo Curto, por Maldonado Gonelha. Com a ida de António Barreto para a Agricultura foi chamado para o Comércio, Carlos Mota Pinto e, na

Indústria, a renúncia por razões familiares de Walter Rosa foi colmatada por Alfredo Nobre da Costa.
O ministro dos Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, incompatibilizou-se com o primeiro-ministro, demitiu-se, sendo substituído pelo próprio primeiro-ministro.

GOVERNO NO PORTO

O Governo inovou, realizando reuniões plenárias do conselho de ministros fora de Lisboa. Em 19 de Novembro de 1976, terá sido a primeira vez, desde D. Pedro IV, que o governo reuniu na cidade do Porto.
António Barreto, quando ministro da Agricultura, viria a protagonizar com a lei da contrarreforma agrária, talvez a mais controvertida medida do governo, criticada à esquerda pelo PCP e pela UDP e à direita pelo CDS.
Na minha área, a linha política que defendi foi, em síntese, a de privilegiar os consumos colectivos face aos consumos individuais. Tive contra mim o lobby do automóvel... mas ficou o passe intermodal, que passou à posteridade como passe social.
E coube-me representar o governo no primeiro aniversário da independência de Angola, 11 de Novembro, que incluiu uma atribulada viagem a Bié, já cercada pela UNITA...
Para assinalar o primeiro aniversário do governo foi publicado um livro com um título que era também uma mensagem: Vencer a Crise – Preparar o Futuro.
Na nota introdutória, Mário Soares escreveu: "Iniciou-se, com determinação, o combate à crise económica, reforçou-se a autoridade democrática do Estado, tomaram-se, dentro dos condicionamentos existentes, medidas de largo alcance social. (...)
Seja permitido, contudo, salientar que não se fez uma política demagógica, nem houve a preocupação de ganhar votos ou conquistar louvores. Fez-se sim a política necessária, nas condições presentes para salvar Portugal. consolidar a democracia e garantir um futuro melhor para todos os portugueses."

APESAR DAS SUGESTÕES DE VÁRIOS QUADRANTES, DESIGNADAMENTE INVOCANDO A "MAIORIA PRESIDENCIAL" – OS PARTIDOS APOIANTES DA ELEIÇÃO DE RAMALHO EANES – MÁRIO SOARES MANTÉM-SE FIEL À PROMESSA DA CAMPANHA

CRÍTICAS SUBIAM DE TOM

As dificuldades, no entanto, avolumavam-se. Na área financeira, os constantes alertas – e cortes – do ministro das Finanças criavam tensões dentro do governo. Por outro lado, a recorrente escassez de divisas apontava inexo-

ravelmente para o recurso ao Fundo Monetário Internacional.
O Presidente da República, no discurso de comemoração do 25 de Abril, fez severas críticas ao governo.
As críticas da oposição e da opinião pública subiam de tom, surgiam greves e a balança entre as expectativas e as concretas possibilidades de resposta era claramente desfavorável para o governo.
O primeiro-ministro decide passar à ofensiva. Primeiro apresentou à Assembleia da República um memorando para o "estabelecimento de uma plataforma de acordo com os partidos políticos e os parceiros sociais para podermos enfrentar os grandes problemas económicos ..." e avisou que, na impossibilidade de um acordo, apresentaria uma moção de confiança.
Assim aconteceu. A moção tinha a seguinte formulação:

> "1.ª Deve ou não manter-se o Governo de que sou primeiro-ministro?
> 2.ª Aceita-se, ou não, o princípio das negociações com o FMI e a condição da redução do défice da balança de transacções correntes, para 1978, a um terço da actual?"

A discussão da moção iniciou-se a 7 de Dezembro (dia de anos de Mário Soares) e foi votada na madrugada de 8.
Só o PS votou a favor e toda a oposição, à direita e à esquerda, votou contra, implicando a queda do governo.

AS CRÍTICAS DA OPOSIÇÃO E DA OPINIÃO PÚBLICA SUBIAM DE TOM, SURGIAM GREVES E A BALANÇA ENTRE AS EXPECTATIVAS E AS CONCRETAS POSSIBILIDADES DE RESPOSTA ERA CLARAMENTE DESFAVORÁVEL PARA O GOVERNO

O que parecia ser para Mário Soares uma derrota e um amargo presente de aniversário acabou por reforçar o seu estatuto de líder político. Não havia alternativa do lado da oposição e o Presidente da República acabou por indigitar Mário Soares para formar o II Governo.
Com a posse deste, a 23 de Janeiro de 78, terminou o intenso percurso de 18 meses do I Governo Constitucional.
E o II Governo, pouco tempo volvido, fazia o acordo com o FMI ...

* Ex-deputado, ex-ministro de vários governos, ex-presidente da Caixa Geral de Depósitos e da Fundação Calouste Gulbenkian, entre outros cargos importantes

O ANO DA TRANSIÇÃO

PARTE II

A recusa de partilhar o poder, ajudada pelo nervosismo de quem o não tinha, acabou por criar uma longa e penosa instabilidade. Mas, no activo destes primeiros anos ficou a criação pacífica de um Estado democrático

ANTÓNIO BARRETO*

O I GOVERNO CONSTITUCIONAL.

A 14 de Julho de 1976, Ramalho Eanes inicia as suas funções como Presidente da República. Nos dias seguintes, tendo em conta o veredicto popular (expresso nas eleições legislativas de Abril de 1976), o presidente convida Mário Soares a formar o 1.º Governo Constitucional, o que este fará rapidamente, de modo a tomar posse uma semana depois (23 de Julho). Mário Soares e o seu primeiro governo apresentam-se no Parlamento, dando início ao debate do programa. Este inclui uma grande novidade: a intenção de pedir a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE, mais tarde CE, Comunidade Europeia e finalmente UE, União Europeia).

Em meados de Agosto, termina a discussão parlamentar do programa e, não havendo moções de confiança nem de rejeição, o governo

A APARÊNCIA PACÍFICA E CORDATA DE TODO ESTE PROCESSO NÃO ESCONDE DIFICULDADES E CONTROVÉRSIA. A IMPOSSIBILIDADE DE CONSTRUIR UMA MAIORIA PARLAMENTAR DE GOVERNO FICA A MARCAR ESTE PERÍODO



Apesar da enorme desordem nos costumes, mau grado uma grande tensão na vida quotidiana e apesar das inevitáveis lutas e rivalidades, a ordem pública e uma relativa paz social mantinham-se em níveis aceitáveis

dá início às suas funções, sendo que a adesão à Comunidade Europeia vinha à cabeça. A Assembleia da República ratifica o pedido ainda em 1976, tendo sido o processo de candidatura dirigido pelo próprio Mário Soares e pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira. Em Março de 1977, a candidatura é apresentada formalmente em Bruxelas e confirmada em todas as capitais europeias. A adesão oficial ou formal só será concretizada quase dez anos depois, em 1986. Para Portugal, é uma página totalmente nova na sua história: nunca antes a partilha de Portugal com os Estados e o espaço europeus tinha sido tão evidente.

Nota-se que todo este processo respeita vários princípios e critérios. O do primado da representação popular e da legitimidade democrá-

tica, com as eleições constituintes no início, legislativas no fim e discussão do programa de governo no Parlamento. Além de eleições presidenciais a meio do processo. Outro princípio foi o da conservação da componente militar na estrutura política, com a manutenção do Conselho da Revolução e sua inclusão na Constituição. E ainda o do equilíbrio institucional entre militares e civis, a começar pela eleição de um oficial general como Presidente da República e a terminar com a manutenção do Conselho da Revolução no quadro constitucional. Finalmente, o do equilíbrio político entre esquerdas e direitas: na verdade, mesmo com diferenças e oposições, todos contribuíram para a aprovação da Constituição, para a composição do Parlamento e, finalmente, para a formação e a aceitação tácita do governo. Este equilíbrio entre civis e militares foi mesmo objecto de um acordo, o Pacto MFA/Partidos, segundo o qual, numa primeira versão (antes do 25 de Novembro), os partidos ficavam sujeitos a regras impostas pelos militares, mas, numa segunda versão, consagrava entendimentos que vigoraram neste processo inicial de funcionamento dos órgãos de soberania legítimos.

DIFICULDADES E CONFRONTOS

A aparência pacífica e cordata de todo este processo não esconde dificuldades e controvérsia. A impossibilidade de construir uma maioria parlamentar de governo fica a marcar este período. O Partido Socialista faz força para governar sozinho, sem maioria parlamentar. O PSD desiste de reclamar a maioria em coligação. O PCP congratula-se com o governo minoritário, sinal de superior vulnerabilidade, o que não desagradava a este partido. Na sociedade, antes e depois das eleições, várias manifestações violentas fazem recordar tempos recentes de revolução e reacção. Atendados e perturbações da paz social são levados a cabo, sobretudo pelas direitas, mas também por certas esquerdas. Fizeram-se notar vários grupos de extrema-direita (por exemplo a designada "Rede bombista"), assim como outros de extrema-esquerda. Foram necessários muitos meses, talvez mesmo uns poucos anos, para que estas fontes de perturbação violenta desaparecessem.

O primeiro governo terá uma vida breve, pouco mais de um ano, de Julho de 1976 a Dezembro de 1977. A sua composição traduzia a intenção. Dois militares, Costa Brás e Firmino Miguel, davam o sinal do 25 de Abril e do MFA. A quase totalidades dos membros do Governo, dos ministros em todo o caso, exibia alguns "pergaminhos" democráticos, isto é, tinham participado, com mais ou menos intensidade, em movimentos políticos contra a ditadura salazarista. Mas o governo não se apoiava em nenhumas alianças, nem sequer tácitas. Era o "caso a caso", definido por Mário Soares. As leis eram aprovadas, umas vezes com o PSD, outras pelas esquerdas do PCP e do MDP. A oposição ao governo era intermitente do PSD, constante do CDS e quase permanente do PCP. Este governo será derrubado, no Parlamento, por todos os restantes partidos, de esquerda e de direita, desejosos de não deixar prolongar a solução de governo minoritário: ou porque tinham espe-



O primeiro governo terá uma vida breve, pouco mais de um ano, de Julho de 1976 a Dezembro de 1977. Mas Mário Soares foi indigitado por Ramalho Eanes para formar novo governo

rança em obter melhores resultados eleitorais ou porque assim podiam forçar uma aliança ou coligação. Vencerá a segunda hipótese, com um governo pouco "natural" formado pelo PS e o CDS, que poucos meses durou.

FRAGILIDADE POLÍTICA

Apesar da homogeneidade política do primeiro governo, os conflitos, durante a sua vigência, não deixaram de existir. Algumas remodelações, em tão pouco tempo, revelam uma relativa fragilidade política, ou antes, algumas divergências doutrinárias ou incompatibilidades de método. Notaram-se demissões e nomeações nos Negócios Estrangeiros, na Agricultura, no Comércio e Turismo, na Indústria e Tecnologia e no Trabalho. Nesse ano e meio, foi possível marcar alguns pontos essenciais de início

de uma nova era para a política. A integração na Comunidade Europeia em primeiro lugar. Mas também as novas leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural, assim como uma nova política agrícola; uma nova lei de delimitação dos sectores económicos; novas leis laborais; e o regime de indemnização dos empresários e proprietários expropriados durante os dois anos de revolução. Também foi nessa altura que se preparou o primeiro recurso à assistência financeira internacional, isto é, ao empréstimo do Fundo Monetário Internacional.

Era necessário desfazer uma parte da revolução, sem deixar resvalar para o seu contrário. Foi indispensável rever rapidamente as condições de vida, de trabalho, de investimento e de organização empresarial em grande parte da indústria, do comércio e da agricultura. Como era preciso rever e estabelecer as condições e o quadro das relações laborais. A dimensão e a carga de trabalho, de prioridades, de urgências e de tarefas eram colossais, certamente incompatíveis com um governo minoritário, obrigado a negociar no Parlamento, com cada um dos partidos representados, lei a lei, decreto a decreto, medida a medida. Até o facto de ora negociar à direita, ora à esquerda, descaracterizava o governo, retirava-lhe centro de gravidade política e doutrinária. Era bem visível uma certa conflitualidade na sociedade, mas não excessiva: não era essa a causa das dificuldades políticas.

ERA BEM VISÍVEL UMA CERTA CONFLITUALIDADE NA SOCIEDADE, MAS NÃO EXCESSIVA: NÃO ERA ESSA A CAUSA DAS DIFICULDADES POLÍTICAS

TEMAS DELICADOS

O primeiro governo tinha ainda de tratar temas especialmente delicados. Por exemplo, as sequelas da descolonização, com a presença em Portugal de centenas de milhares de repatriados, expatriados e retornados de África, sem bens, sem emprego, sem residência e sem fontes de sobrevivência. As questões da descolonização, cujos principais episódios, dramáticos muitos deles, tinham ocorrido em 1974 e 1975, transformaram-se em questões internas: era necessário acolher e cuidar de uma multidão de pessoas espalhadas pelo país, muitas vezes em condições dramáticas, em instituições, acampamentos, escolas, hotéis, termas e outros estabelecimentos colectivos.

Outra consequência da descolonização tinha efeitos de muito difícil resolução e que nem o primeiro governo, nem os seguintes, conseguiram resolver satisfatoriamente. Tratava-se

dos milhares de militares desmobilizados e sem qualquer hipótese de reintegração ou "reciclagem". Assim como dos feridos de guerra, quantas vezes incapacitados, que não receberam cuidados e apoios condignos. Finalmente, havia ainda os militares do "recrutamento local" (contingentes de soldados africanos) que não foram recebidos em Portugal ou cujo destino nos novos países independentes se revelou difícil ou mesmo trágico.

Também era urgente tratar dos milhares de empresas "intervencionadas" ou "sob administração pública" e cujo destino (devolução, nacionalização, falência, venda...) se desconhecia, mas era importante estabelecer. Era necessário, além disso, definir por via de lei a dimensão e os limites dos sectores da economia (privados, públicos, mistos, cooperativos e sociais), a fim de regulamentar a Constituição, mas também de permitir a actividade económica e o funcionamento do mercado e do emprego. As nacionalizações, as expropriações e as "intervenções" tinham criado um novo tecido empresarial, imperfeito e polémico, assim como um grande contencioso com interesses estabelecidos, nacionais e estrangeiros. O funcionamento da economia, mesmo a título precário, exigia esclarecimento e enquadramento. Finalmente, tornava-se indispensável definir o estatuto e criar regras para os mais de um milhão de hectares de solos agrícolas (mais de 10% do território nacional) do Alentejo e do Ribatejo, uma espécie de "terra conquistada" que escapava ao Estado de direito e à economia legal.

AS NACIONALIZAÇÕES, AS EXPROPRIAÇÕES E AS "INTERVENÇÕES" TINHAM CRIADO UM NOVO TECIDO EMPRESARIAL, IMPERFEITO E POLÉMICO, ASSIM COMO UM GRANDE CONTENCIOSO COM INTERESSES ESTABELECIDOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS

OUTROS DESAFIOS

Além de grandes leis de enquadramento como as dos sectores económicos e da reforma agrária e que se destinavam sobretudo a recompor situações resultantes da revolução, estava também na ordem do dia liquidar as instituições do corporativismo (Grémios, associações, corporações, organismos de coordenação económica, sindicatos nacionais, etc.), que já não faziam sentido. Assim como começar a delinear a nova Administração Pública (distritos, regiões, governadores civis, representação social, etc.) e as novas leis laborais em situação de liberdade negocial e de pluralidade sindical. Na verdade, o que estava em causa era a criação do Estado democrático, do Estado de direito da democracia.

Outros "trabalhos" urgentes e difíceis eram os de tratar de casos que resultavam directamente das perturbações da revolução. Não era fácil corrigir desmandos, ocupações, saneamentos, exílios, lutas pessoais... Nem as demissões de cargos oficiais, os "saneamentos", os afastamentos pessoais, os circuitos produtivos interrompidos, as linhas de abastecimento quebradas e os canais comerciais suspensos. Era muito, talvez demasiado, o tempo era curto, os meios insuficientes e os recursos reduzidos. E a autoridade do Estado, numa situação de governo sem maioria parlamentar, era escassa. Apesar da enorme desordem nos costumes, mau grado uma grande tensão na vida quotidiana e apesar das inevitáveis lutas e rivalidades, a ordem pública e uma relativa paz social mantinham-se a níveis aceitáveis. É possível que a colaboração entre civis e militares e respectivas instituições tenha sido vital e decisiva para assegurar o clima geral. A reorganização das Forças Armadas, em clima totalmente novo (sem guerra, sem colónias, em democracia), era essencial: para isso, o país e as instituições contavam com o contributo das próprias Forças Armadas, que não faltou. Em pouco tempo, as feridas ou sequelas da revolução estavam ultrapassadas.

O FIM DO I GOVERNO CONSTITUCIONAL

O primeiro orçamento, aprovado em 1976, beneficiou da tolerância dos restantes partidos que, através da abstenção de todos (PSD, CDS e PCP), menos a UDP (votou contra), davam um breve sinal de flexibilidade. Indicação semelhante foi dada nas leis da Reforma Agrária e da demarcação dos sectores económicos, assim como nas primeiras leis laborais. Com os votos favoráveis ou a abstenção dos principais partidos da oposição, criou-se uma espécie de expectativa colaborante: seria possível governar em minoria? Mas tal já não aconteceu no Orçamento e Plano para 1978: perante a certeza de que não teria votos favoráveis, nem abstenções tolerantes, o primeiro-ministro Mário Soares pede aos deputados um voto de confiança. Sendo este recusado pela totalidade dos partidos presentes (com excepção óbvia do PS), o governo, previsivelmente, cai. Tinha iniciado ou tentado quase todas as tarefas importantes a que se dispunha, não desenvolveu nem terminou nenhuma.

Como acabou ou por que falhou o primeiro governo constitucional? Ausência ou recusa

FOI INDISPENSÁVEL REVER RAPIDAMENTE AS CONDIÇÕES DE VIDA, DE TRABALHO, DE INVESTIMENTO E DE ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL EM GRANDE PARTE DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DA AGRICULTURA

de coligação durável é seguramente a primeira causa. Também contribuiu a tensão crescente entre órgãos de soberania, designadamente entre Presidente da República e Governo, o que, na ausência de maioria parlamentar, era particularmente delicado. Não faltaram a crispação financeira e o início da crise das finanças públicas, que levariam, em 1978, já com o segundo governo, a recorrer ao financiamento externo e ao pedido de apoio do FMI. As dificuldades económicas eram de grande dimensão. Já a crise petrolífera de finais de 1973 deixara marcas profundas. Logo a seguir, os anos da revolução tinham criado uma enorme dívida, um crescimento incontrolado de despesa pública e défices colossais nas empresas públicas recentemente nacionalizadas. As empresas privadas estavam seriamente descapitalizadas e com dificuldades de abastecimento e de comércio. Eram grandes os obstáculos do comércio externo. Os desequilíbrios agravavam-se rapidamente. A crescente inflação (que podia rondar os 30%) era castigo permanente para os rendimentos dos portugueses, sobretudo das classes trabalhadoras. Era de peso a desconfiança externa numa economia que tinha recentemente expropriado, nacionalizado e "intervencionado" milhares de empresas.

Finalmente, houve uma espécie de "ofensiva laboral" (nas palavras dos partidos de esquerda e dos sindicatos) e, em muitas empresas do sector público, assistiu-se a uma ascensão das tensões laborais e sindicais. O Governo pretendia tornar mais flexíveis algumas leis tidas como obstáculos ao investimento (horas extraordinárias, contratos a prazo, despedimentos, etc.), enquanto os sindicatos consideravam que era importante "travar a ofensiva". Mas não foram as tensões sociais que conduziram à crise de governo e à sua queda. Foram, isso sim, crises políticas e partidárias. Além das rivalidades pessoais entre dirigentes, as tensões entre partidos e entre partidos e militares tornavam difícil conseguir alguma acalmia política. A ausência de maioria parlamentar era evidentemente a fonte de todas as debilidades. A recusa de partilhar o poder, ajudada pelo nervosismo de quem o não tinha, acabou por criar uma longa e penosa instabilidade. Mas, no activo destes primeiros anos ficou a criação pacífica de um Estado democrático.

AS LEIS ERAM APROVADAS, UMAS VEZES COM O PSD, OUTRAS PELAS ESQUERDAS DO PCP E DO MDP. A OPOSIÇÃO AO GOVERNO ERA INTERMITENTE DO PSD, CONSTANTE DO CDS E QUASE PERMANENTE DO PCP

* Professor universitário, sociólogo e político. Ministro do I Governo Constitucional

TRANSIÇÃO PARA UM REGIME CONSTITUCIONAL



O I Governo Constitucional na imprensa da Suíça francesa (julho-setembro de 1976). As primeiras e difíceis semanas do governo de Mário Soares

RETO MONICO*

NESTE ARTIGO, sintetizamos as análises publicadas nos periódicos da Suíça francesa sobre as primeiras e difíceis semanas do governo de Mário Soares. Nesse período, encontrámos cerca de vinte comentários sobre Portugal na imprensa francófona da Confederação. Essa atenção explica-se, sobretudo, pelo facto de, tal como os seus colegas de outros países, os jornalistas da Romandie quererem observar de que modo, após dois anos de revolução, o país conseguia fazer a transição para um regime constitucional.

UM GOVERNO CHEIO DE PROBLEMAS

Para Guido Olivieri, começa agora uma fase pós-revolucionária num país que tem dificuldades[1]. Porém, o jornalista acredita no futuro de Portugal, destacando o "civismo do povo lusitano". Na sua opinião, um governo de minoria poderá funcionar, desde que conte com o apoio do presidente, eleito por maioria absoluta. Além disso, alguns membros do governo Soares serão técnicos, e não militantes do PS. Por outras palavras, o primeiro-ministro governará sozinho, beneficiando do apoio da maioria presidencial. Será uma espécie de compromisso: "Isto significa que há boas probabilidades de Portugal nos surpreender mais uma vez pela sua maturidade e pelo sentido de responsabilidade dos seus principais dirigentes".

L. Granger, por seu turno, considera que se perderam dois anos[2]: "Para que o país recupere, que é preciso? Menos bandeiras nas ruas. Menos discursos inflamados e promessas. E mais pão. Mais um pouco de tudo. Mais, sobretudo, de verdadeira liberdade. É o início de um esforço gigantesco para que Portugal, exausto, sacudido, tendo perdido dois anos em incessantes loucuras, dilacerado pelos dramas da descolonização, se torne enfim uma nação moderna e generosa".

Por outro lado, o articulista escreve que o líder socialista dispõe de uma margem muito reduzida: não pode aliar-se nem ao PCP, nem à

1 «Le Portugal sur les rails», *24 Heures*, 17-18 de julho.

2 «Le pari de Soares», *Feuille d'Avis de Neuchâtel-L'Express*, 20 de julho.

direita, e está condenado a obter resultados a curto prazo, pois os seus adversários 'não lhe concederão crédito por muito tempo. A trégua será breve'.

UMA SOLUÇÃO "MENOS MÁ"

Alguns analistas debruçam-se sobre a composição do primeiro gabinete. Blaise Lempen[3] realça o papel de Eanes e qualifica o ministério de moderado. O objetivo é estimular a confiança internacional, convencer o patronato e legitimar a neutralidade do PPD e do CDS. No fundo, este governo socialista terá de se limitar a gerir a crise, praticando uma política de direita, sem implementar nenhuma grande reforma: "Coloca-se, então, a questão de saber por que razão não se optou por um entendimento com os centristas – o que teria dado uma base mais sólida a este governo –, uma vez que a ala esquerda do Partido Socialista ficaria, de qualquer modo, insatisfeita".

Gérard Glasson[4] põe logo os pontos nos is: "Portugal parece, enfim, deixar para trás a balbúrdia", com um "presidente firme, frio e severo", um militar que pôs ordem, mantém o PCP à margem, mas que não pretende favorecer os partidos de direita.

O diretor do trissemanário de Bulle faz um resumo da carreira de Soares que, no do seu ponto de vista não é uma réplica nem de Allende, nem de Kerensky, destacando um ponto crítico: "O seu país atribui-lhe, no entanto, um fracasso – o da descolonização. Mas quem teria conseguido levar a bom termo essa libertação desenfreada e precipitada de povos bem incapazes de assumir a sua independência ainda demasiado recente, senão caindo sob o jugo de outros tiranos?".

CONFIRMA-SE ASSIM UM DADO FUNDAMENTAL DA VIDA DAS NAÇÕES: SÃO AS CIRCUNSTÂNCIAS, MAIS DO QUE OS HOMENS, QUE DETERMINAM AS GRANDES OPÇÕES POLÍTICAS

No Valais, René Germanier[5] realça as enormes dificuldades de passar da teoria à prática num país à beira do abismo: "Em Lisboa, já não se trata de prosseguir a revolução, mas de passar às realizações – e essa necessidade dificilmente desperta entusiasmos populares, pois já não é tempo de pôr a flor no cano da espingarda, mas sim o coração na ferramenta".

Por seu lado, em Genebra, Jacqueline Audemars[6] manifesta a sua satisfação: Portugal entrou na fase constitucional, "depois de 27 meses de turbulência política". Neste gabinete, identifica dois aspetos suscetíveis de surpreen-

3 «Ressusciter la confiance», *Tribune-Le Matin*, 24 de julho.
4 «Mario Soares à la barre», *La Gruyère*, 27 de julho.
5 «Portugal. Le fil du rasoir», *Nouvelliste et Feuille d'Avis du Valais*, 27 de julho.
6 «Les cartes de M. Soares», *Journal de Genève*, 27 de julho.

der – por um lado, o facto de ser minoritário; por outro, a subtil dosagem entre civis e militares, entre socialistas e independentes, e entre a ala esquerda e moderada do Partido Socialista.
Na sua opinião, este governo minoritário e monocromático afigura-se como "a solução menos má", por duas razões: necessita do apoio de outros partidos, indispensável para aprovar medidas impopulares, sem renunciar às conquistas de Abril, Mas, ao mesmo tempo, o PS responsabiliza essas forças políticas, conscientes de que não têm qualquer interesse em paralisar a ação governativa.
Na conclusão, Audemars põe o dedo na ferida: "À semelhança do que acontece noutros países europeus – mas em condições ainda bem mais difíceis –, o governo socialista português vê-se chamado a pôr em prática um programa conservador. Confirma-se assim um dado fundamental da vida das nações: são as circunstâncias, mais do que os homens, que determinam as grandes opções políticas. A sabedoria dos portugueses está em saber aceitar esta evidência".

QUE COMPROMISSOS?

A apresentação do programa do I Governo Constitucional na Assembleia da República suscita também alguma reação nos jornais da Romandie. Para Vincent Philippe[7], Mário Soares expôs o catálogo das suas intenções para tranquilizar a esquerda, dando a entender que a ameaça vem da direita. Esta parece satisfeita por deixar a um socialista o leme de um país com gravíssimos problemas económicos: 300 mil desempregados, quase sem divisas e que hipotecou uma parte do seu ouro. O articulista define o novo regime como uma "social-democracia garantida pelas baionetas".

MÁRIO SOARES EXPÔS O CATÁLOGO DAS SUAS INTENÇÕES PARA TRANQUILIZAR A ESQUERDA, DANDO A ENTENDER QUE A AMEAÇA VEM DA DIREITA

A 4 de agosto, Guido Olivieri coloca a seguinte questão: pode governar-se um país quando se dispõe apenas de uma maioria relativa no Parlamento? A única solução é chegar a compromissos, cuja possibilidade "dependerá do sentido de responsabilidade de muitas pessoas, que terão de renunciar a uma parte dos seus interesses particulares".
No dia seguinte, Gérard Glasson evidencia a imensa tarefa do executivo, depois de dois anos de euforia revolucionária. Segundo o diretor de La Gruyère, Mário Soares – cujo discurso no Parlamento foi aplaudido pelo centro-direita, enquanto os comunistas afirmaram que as conquistas da revolução estavam em perigo –

7 «Le pouvoir de Soares», *Tribune-Le Matin*, 3 de agosto.


INVESTITURE DU GOUVERNEMENT SOARÈS
La droite du parti s'impose

***24 Heures*, 24 de julho**

irá precisar do apoio do Grupo dos Nove.
Para Guy de Rougemont[8], o líder socialista sabe que obterá o voto de confiança, mas está consciente de que o mais difícil virá depois.
Na conclusão, o articulista considera que os paliativos propostos por Soares são frágeis e incertos; todavia, manifesta otimismo, convicto de que o primeiro-ministro poderá contar com a vontade popular – expressa na recente maioria presidencial – determinada a lutar para "sobreviver".

UM HOMEM SOZINHO?

Soares aceitou o desafio de chefiar um governo minoritário num país à beira do abismo, afirma Roland Graf[9], na opinião do qual o líder do PS vai ter de mostrar dotes de equilibrista para evitar a queda: "Na verdade, após mais de dois anos de anarquia, endireitar a situação em Portugal constitui um desafio colossal".
Em Neuchâtel, L. Granger define, a 8 de agosto, Soares como um "homem sozinho". Chegou ao poder, mas governa sem o apoio do PCP e com a direita pouco entusiasta. A divergência de visões sobre a social-democracia entre Sá Carneiro e Soares complica ainda mais a situação. Restam-lhe apenas duas opções - procurar compromissos ou demitir-se: "Terá de ser hábil, experiente, astuto, subtil. Com, além disso, um certo gosto pela intriga. Muitas qualidades e muitas virtudes. Precisará de tudo isso para governar Portugal – nem que seja por um momento. Pois também ele pode ser obrigado, aqui e ali, a ceder em parte à política dos outros. Demasiado à esquerda, surgem agitações; demasiado à direita, levanta-se a contestação".
No final do artigo, o editorialista de Neuchâtel recorda que Portugal teve nove constituições desde 1822, sempre nascidas "nas convulsões e morrendo nas crises". Grangier encerra a sua análise, chamando a atenção para o recente biénio de convulsão revolucionária: "Dois anos para que, como um animal ferido, Portugal comece a sarar as suas cicatrizes... Dentro de dois anos, o que fará Soares? Onde terá estado? No que se terá tornado? Já se pensa no que vem a seguir. Uma sequência que não se viverá ne-

8 «Au Portugal: optimisme?», *La Suisse*, 5 de agosto.
9 «Quand les soucis remplacent les œillets» *L'Impartial*, 7 de agosto.


Deux gouvernements minoritaires face à la crise
ROME : TOUT DÉPEND DU PCI | LISBONNE : LE CENTRE VIGILANT

24 Heures, 4 de agosto


SOARES: LE TEMPS DES SACRIFICES

Nouvelliste et Feuille d'Avis du Valais, 11/12 de setembro

cessariamente com o cravo na lapela".

Jasmine Audemars[10] acha que, após dois anos agitados, Portugal apresenta um regime progressista em teoria, mas cada vez mais conservador na prática. Conta agora com um presidente determinado a impor a ordem e a fazer respeitar a lei. Quanto a Soares, prometeu preservar as conquistas da revolução, mas enfrenta hoje a tarefa de reconstruir a economia nacional e de resolver problemas urgentes, como o dos retornados.

TAREFA PRATICAMENTE INULTRAPASSÁVEL

Três jornais genebrinos analisam o discurso televisivo do chefe do governo. Marian Stepczynski[11] define de dramática a situação económico-financeira portuguesa. Não dispondo de grandes ajudas, Mário Soares propõe um plano de austeridade, mas, ao mesmo tempo, é necessário um regresso à democracia e à calma, depois de dois anos de paixões. Uma parte das medidas (devolução das terras aos proprietários, desaparecimento das cooperativas, privatizações...) e o princípio da austeridade serão mais ou menos aceites. Porém, a inflação e o aumento do desemprego, como consequência das decisões tomadas, tornam-se os principais problemas, constituindo "um obstáculo praticamente inultrapassável".

Soares esperou seis semanas antes de apresentar o seu programa, pois, por um lado, precisava de garantir que o PPD e o CDS não iriam opor resistência e, por outro, de medir as reações dos trabalhadores[12], escreve Jean-Jacques Chouet. O líder socialista percebeu que o país necessitava de "ordem, trabalho e disciplina" e de virar a página da demagogia, da negligência e do facilitismo.

Além disso, o chefe do governo quer pôr fim às nacionalizações "desordenadas e injustificadas" e pretende controlar as instituições autogeridas. Porém, conclui o editorialista do vespertino, terá de enfrentar a reação dos esquerdistas e travar uma dura luta contra "a demagogia e o anarco-populismo".

10 «Péninsule ibérique: croisement surprenant», *Journal de Genève*, 13 de agosto.
11 «Portugal: L'austérité», *Journal de Genève*, 11-12 de setembro.
12 «Portugal au travail», *Tribune de Genève*, 13 de setembro.

Por seu lado, Marc Heyd[13] sublinha que medidas propostas por Soares geram controvérsia e contestação da extrema-esquerda. O governo pretende agora devolver aos proprietários as terras tomadas ilegalmente, o que suscita tensões triangulares entre proprietários, sindicatos e governo. Para o chefe do Executivo, trata-se de um "problema escaldante".

O editorialista realça ainda o facto de a produção ter diminuído, obrigando Portugal a importar uma percentagem ainda maior de produtos agrícolas (cerca de 50%). Pôr ordem na agricultura é uma das batalhas mais importantes que o líder socialista terá de vencer para travar a inflação. A tarefa será muito complicada, pois a extrema-esquerda, que perdeu terreno noutros setores, irá dificultar-lhe consideravelmente o trabalho.

CONCLUSÃO

Os principais jornais da suíça francesa, comentando as eleições legislativas, já colocavam a questão da formação do futuro executivo. Destacavam, nomeadamente, dois aspetos: o futuro primeiro-ministro não poderia dispor de maioria absoluta e teria de governar um país em grandes dificuldades, que precisava de relançar a sua economia. Vimos que estas duas temáticas estão quase sempre presentes nas análises jornalísticas sobre a política portuguesa, entre meados de julho, e a comunicação televisiva de Mário Soares ao país, a 9 de setembro.

Praticamente todos os analistas, satisfeitos com o regresso à ordem constitucional, definem hercúlea a tarefa do líder socialista que toma o leme do navio, depois de dois anos de tempestade – cuja intensidade não parece diminuir significativamente – e que tem de combater em várias frentes. Tem de avançar no fio da navalha, entre a direita e a extrema-esquerda, entre os sonhos revolucionários ainda não totalmente abandonados e as realidades socioeconómicas. Na prática, este governo socialista terá de conduzir um programa de direita.

Alguns articulistas mencionam o papel de Ramalho Eanes, eleito por maioria absoluta, severo, determinado em impor a ordem, que vai pressionar os partidos de centro-direita. Vêem-no como um apoio indispensável ao executivo socialista.

Observa-se que a maioria dos analistas tem uma visão pouco otimista quanto ao futuro do país. Tal como aquando das eleições do mês de abril, Guido Olivieri constitui a única verdadeira exceção. Fala do civismo do povo português, bem como da maturidade e do sentido de responsabilidade dos dirigentes portugueses. Chega mesmo a referir a necessidade de compromissos, que, como bem sabemos, não faz parte do ADN da classe política lusa[14].

* Professor, historiador e sócio da A25A

13 «Portugal: problème brûlant», *La Suisse*, 19 de setembro.

14 Três observadores abordam outra questão: Portugal, que durante muito tempo se voltou para o mar e para o seu passado prestigioso, prepara-se para iniciar, à semelhança da Espanha, o processo de integração europeia, tema que ultrapassa os limites deste estudo.

CLARA MADRUGADA DE ABRIL

MARIA ALCINA ADRIANO

Vivo num mundo estranho, descontente,
Onde se vê a fome, a miséria, o sofrimento,
A violência, a solidão,
E as notícias escritas ou faladas
Exploram os sentimentos até à exaustão,
Pouco contribuindo para a sua solução.
Fazem-se peditórios, preces, sermões
Organizam-se manifestações,
O povo, camponês ou operário
Responde, é sempre solidário,
Reparte o pouco que tem.
Não mudam as políticas,
As ideologias, nem os aldrabões.
Uns, estão seguros na cadeira,
Encostam-se outros, aos poderes,
Retirando do Estado
Tudo o que a cada um aprouver
E, como anjos libertadores,
Convertem os males do país
Nas suas próprias redenções.
Renego esta sociedade civilizada,
Onde impera o verbo ter,
Não tem espaço para o meu sonho,
Para esta imaginação,
Que nasceram um dia,
Em clara madrugada de Abril,
Em que nas ruas de Lisboa
Vi a explosão dos sorrisos
Nas bocas e nos olhos abertos de espanto,
A entrega de apertados abraços,
Maior segurança
Nos seus pequeninos passos,
Corações vivendo a fantasia
De novos tempos de mudança,
De paz e de confiança,
Nos cravos vermelhos
Que agitam na mão.

Do meu livro de poemas *A Primavera dos Meus Sonhos*
Poeta, colaboradora d'*O Referencial*, sócia da A25A

UMA REVOLUÇÃO PACÍFICA

Não tem de originar uma democracia silenciosa (II parte)

A educação deve constituir cimento social: as tecnologias deverão ampliar a coesão e o encontro entre culturas e estratos sócioeconómicos, promover a leitura e o debate, em vez de algoritmicamente automatizar trajectos pessoais e empobrecer escolhas individuais

PEDRO MORENO DA FONSECA*

O PAPEL DE UMA EDUCAÇÃO EM TRANSFORMAÇÃO

A expansão da educação possibilitada pelo 25 de Abril é uma liberdade histórica. Mas não se traduz automaticamente numa expansão da consciência individual e coletiva. Existe um perigo real de formatação, um processo que encoraja a formação de uma população um pouco mais produtiva e credenciada, mas civicamente amorfa, contribuindo, paradoxalmente, para um fraco desenvolvimento socioeconómico e para uma esfera pública vulnerável à simplificação e à manipulação.

NOVA FASE DA MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: RISCOS E OPORTUNIDADES

Esta é, em traços gerais, uma nova fase de massificação do ensino e da formação, que lança desafios regulatórios e de financiamento e redefine o equilíbrio entre o público e o privado. A ALV (Aprendizagem ao Longo da Vida) aproxima mais directamente educação/formação e mercado de trabalho. Esse alinhamento pode responder a necessidades reais, mas não garante por si só mais direitos, autonomia ou participação cívica.

A crítica não é nova; o que muda é a escala e a



A educação para a cidadania, já existente como referencial, deve ser vivida como prática e não como etiqueta curricular

velocidade. Três tendências merecem particular atenção:

1 Expansão da oferta orientada por produtividade e necessidades imediatas dos empregadores, onde a empregabilidade pode surgir mais como consequência do que como projecto conscientemente guiado por aspirações individuais ou por objectivos de justiça social.
2 Modularização e micro-credenciais digitais, que podem ser úteis, mas nem sempre suportam percursos consistentes e qualificantes. A própria UE reconhece a necessidade de um quadro comum de qualidade e transparência para micro-credenciais, precisamente para evitar fragmentação e opacidade.
3 Automatização de decisões – o "matching" entre pessoas, cursos e empregos; a orientação profissional automatizada; a proliferação de plataformas de aprendizagem automatizadas – frequentemente baseada em taxonomias (naturalmente, limitadas) de competências e perfis. Por exemplo, instrumentos como a taxonomia de competências e ocupações da UE (ESCO) existem para

criar uma linguagem comum de competências e ocupações, com utilidade clara para intermediação e planeamento. O problema surge quando esta lógica se torna totalizante, assente em perfis estreitos, objectivos de curto prazo, e uma visão reducionista do indivíduo meramente como portador de unidades transaccionáveis, não como sujeito que constrói sentido e autonomia.

QUANTO À IA, OS RISCOS ENCONTRAM-SE JÁ PLENAMENTE SINALIZADOS, INCLUINDO OS DESAFIOS À PRIVACIDADE, ENVIESAMENTOS ÉTICOS E SOCIOECONÓMICOS, DESRESPONSABILIZAÇÃO PEDAGÓGICA...

Quanto à IA, os riscos encontram-se já plenamente sinalizados, incluindo os desafios à privacidade, enviesamentos éticos e socioeconómicos, desresponsabilização pedagógica, perda de agência humana se a tecnologia for usada para substituir esforço cognitivo e reduzir a aprendizagem. A necessidade de uma visão humanista e centrada na pessoa que presida à integração equilibrada da IA no processo educativo é clara, para que esta não eroda a inclusão, a equidade social e a agência individual.

ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

A encruzilhada é crítica: avançar para um futuro em que os percursos formativos almejem formar cidadãos participativos, tolerantes, com capacidade de ler e interpretar factos vs formação de consumidores de conteúdos e executores de tarefas.

Um país cuja esfera pública não seja dominada por "criadores" desinformados, narrativas populistas ou comentário televisivo superficial. A questão, em política real, torna-se em compreender como uma expansão da ALV pode ser promovida de forma a expandir capacidades, direitos individuais e colectivos e apoiar transições de vida. Mais do que um sistema que optimize ajustamentos de curto prazo no mercado de trabalho, é necessário um sistema que promova consciência, amplie escolhas (não as afunile), apoie iniciativa individual e colectiva e capacite para lidar com um mundo em fluxo e mudança estrutural.

Questões merecem um papel central:

1. Justiça social como princípio de governação da ALV. Financiamento, apoios não financeiros e regulação devem expandir direitos individuais. O reforço e expansão de mecanismos setoriais de governança para as competências e qualificações poderá desempenhar um papel importante. A emergente micro-formação é promissora, mas exige ligação regulada a percursos qualificantes, flexíveis, de qualidade e socialmente inclusivos. A digitalização deve ser acompanhada de salvaguardas de segurança e transparência.



A expansão da educação possibilitada pelo 25 de Abril é uma liberdade histórica. Mas não se traduz automaticamente numa expansão da consciência individual e coletiva

2. Qualidade como valor central (para jovens e adultos). Dignificar a profissão docente/formativa e reduzir fricções burocráticas é parte do núcleo duro de medidas a adotar. Os conteúdos devem orientar-se cada vez mais para pensamento crítico e literacias múltiplas (incluindo media), reforçando também dimensões artísticas e literárias, decisivas numa era de IA. A educação para a cidadania, já existente como referencial, deve ser vivida como prática e não como etiqueta curricular.
3. Equilíbrio claro no papel do sector privado. A presença do setor privado na educação e formação é inevitável e crescente, podendo desempenhar um papel útil, mas requer parcerias éticas, regulação sólida, acreditação fiável e transparência, sobretudo em tempos de constrangimento orçamental e de expansão de aprendizagens baseadas no trabalho.

CONCLUSÃO: UM AVISO À NAVEGAÇÃO

A relutância ou incapacidade governamental em activar mecanismos de governação, diálogo social e escrutínio público, para promover reformas de forma controlada e dirigida, em vez de adoptar uma postura reativa, pode sair cara ao país. Uma Revolução pacífica não tem de originar uma Democracia silenciosa, mas para tal a educação deve constituir cimento social: as tecnologias deverão ampliar a coesão e o encontro entre culturas e estratos sócioeconómicos, promover a leitura e o debate, em vez de algoritmicamente automatizar trajectos pessoais e empobrecer escolhas individuais. Uma sociedade forte assenta em cidadãos que pensam, discutem e participam, e sustenta-os na medida em que liberdade se deve traduzir como não-dominação, responsabilidade pública, virtude cívica e dignidade da pessoa humana.

* Especialista em Aprendizagem ao Longo da Vida, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra

Nota do Autor: As perspetivas e opiniões expressas neste artigo, vinculam exclusivamente o autor e não refletem necessariamente posições oficiais ou orientações técnicas da OIT.

Nota de Edição: Para visualizar as referências deste artigo consulte a versão online da revista.

NAVIOS CANSADOS: NAVEGAÇÕES DE RISCO



A Lira, Lancha de Fiscalização Grande, quando em comissão na Guiné (1964-1974)

O 25 de Abril abriu as portas à descolonização que, por ser tardia e concertada num quadro saído de uma longa guerra, nomeadamente em Angola, foi um processo muito complexo. Um testemunho pessoal de quem presenciou e protagonizou momentos marcantes

AGOSTINHO VIDAL DE PINHO*

EM FINAIS DE JUNHO DE 1974 fui colocado no recém-criado Comando-Chefe das Forças Armadas de Cabo Verde, no Mindelo (ilha de S. Vicente), como oficial adjunto do capitão-tenente Jorge Melo e Cunha. Em Janeiro de 1974, com 26 anos, tinha sido promovido a primeiro-tenente e tinha participado no processo conspirativo que levou ao 25 de Abril de 1974.

Nesse tempo, o ambiente militar e político em Cabo Verde era bastante agitado e eu tinha um papel activo como oficial do Movimento das Forças Armadas (MFA). Por isso, tornei-me uma pessoa incómoda e "non grata", especialmente para os comandos militares do território. Porém, em finais de Novembro de 1974 fui "promovido pela escada acima" ao ser nomeado comandante do N.R.P. Lira pelo almirante José Pinheiro de Azevedo, que então era o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).

Esta Lancha de Fiscalização Grande (LFG) servira na Guiné durante vários anos e fazia parte do grupo de navios que haviam sido transferidos para Cabo Verde após a independência da Guiné-Bissau e que se encontravam estacionados no porto do Mindelo.

INCRÍVEL ARMADA

Essa nomeação ocorreu nas vésperas de o navio sair para Angola, integrado na força a que se chamou a "Incrível Armada". Assim, no dia 3 de Dezembro de 1974 entrei a bordo da LFG Lira para iniciar a viagem para Angola e receber depois o comando do primeiro-tenente António Martins Soares, que iria ser promovido ao posto imediato e cuja promoção ocorreu durante a viagem. O oficial imediato era o sub-tenente RN Guilherme Pescaria Costa, engenheiro mecânico e quadro técnico dos CTT.

Essa aventurosa viagem já teve descrição pormenorizada, tanto na *Revista da Armada*, como na *Revista de Marinha*. Fizemos escala na ilha de S. Tomé para reabastecimento de combustível e mantimentos e para fazer aguada, tendo depois seguido para Angola e chegado a Luanda no dia 23 de Dezembro de 1974, onde o navio ficou às ordens do Comando Naval de Angola (CNA), então sob o comando do vice-almirante Leonel Gomes Cardoso.

Com a chegada a Luanda, o António Martins Soares, já capitão-tenente, entregou-me for-

malmente o comando da LFG Lira e regressou a Lisboa.
A Lira, tal como as outras LFG que tinham estado em comissão de serviço na Guiné durante muitos anos, estava cheia de "mazelas" e tinha algumas limitações operacionais significativas e avarias graves no casco, em vários equipamentos de bordo e nas máquinas.

A LIRA, TAL COMO AS OUTRAS LFG QUE TINHAM ESTADO EM COMISSÃO DE SERVIÇO NA GUINÉ DURANTE MUITOS ANOS, ESTAVA CHEIA DE "MAZELAS" E TINHA ALGUMAS LIMITAÇÕES OPERACIONAIS SIGNIFICATIVAS E AVARIAS GRAVES NO CASCO

NA FOZ DO RIO CUNENE

Em meados de Janeiro de 1975, a Lira recebeu um ORDMOVE (Ordem de Movimento) do CNA para efectuar uma missão de duas semanas de fiscalização da pesca e patrulha da costa, para Sul, até à foz do rio Cunene. Conhecendo o deficiente estado operacional em que se encontrava o navio, solicitei autorização para sair para o mar, nas proximidades do porto de Luanda, para fazer experiências de máquinas e de equipamentos, bem como para avaliar o estado de prontidão em que se encontrava a guarnição. Eu conhecia bem a situação, pois tinha navegado no navio durante 20 dias, de Cabo Verde até Angola, mas queria comprová-la e fazer um relatório actualizado e circunstanciado do estado do navio (SITREP) para enviar para o CNA. E assim aconteceu: depois de a Lira ter feito essa navegação de um dia e atracar nas Instalações Navais da Ilha do Cabo (INIC), numa sexta-feira, remeti esse SITREP ao CNA.
Do CNA não recebi qualquer mensagem alusiva às limitações operacionais e avarias descritas nesse SITREP. Foi mantido o ORDMOVE para o navio sair para o mar na segunda-feira seguinte. Apesar do estado deficiente do navio, foi dado cumprimento ao ORDMOVE, mas com redobrada atenção aos riscos que isso comportava e às medidas para responder, em caso de necessidade.

AVARIAS

O navio navegou para Sul e fez escala, atracando ou fundeando, em Porto Amboim, Lobito e Moçâmedes, tendo havido algumas acções práticas de fiscalização da pesca, para identificar ilegalidades e proceder em conformidade. Nessa navegação ocorreram vários episódios de avarias, especialmente nas máquinas principais, as quais foram resolvidas com os meios de bordo e com a experiência e perícia do sargento artífice condutor de máquinas, que era o encarregado do serviço de máquinas. Como exemplo das limitações refiro que a madre do leme tinha à sua volta uma folga de cerca de dois centímetros, o que obrigava a ter sempre montada uma bomba submersível na casa do leme para resolver qualquer imprevista en-

trada de água que ocorresse, pois o casco do navio estava bastante fragilizado e tinha vários buracos e fendas, podendo ver-se a luz do dia a partir da coberta das praças e de outros locais do interior.

De relevar nessa viagem a gentileza com que fomos recebidos em Moçâmedes pelo capitão do porto, o capitão-de-mar-e-guerra Henrique Bartolomeu Guimarães, que nos presenteou com dois excelentes almoços de caril de caranguejo e pôs um automóvel à disposição dos dois oficiais do navio. Assim, deslocámo-nos ao deserto de Moçâmedes para observar a famosa Welwitschia Mirabilis, uma planta única no mundo, endémica dos desertos da Namíbia e de Moçâmedes, tendo observado vários exemplares desta estranha planta.

COVO A BORDO

Navegámos para Sul de Moçâmedes e levávamos a bordo um covo que nos tinha sido emprestado em Luanda por outra LFG. Lançámos ao mar o dito covo, a uma profundidade de cerca de 450 metros e a 15 milhas de terra, com a posição marcada por um ponto radar. O covo, com sardinhas amarradas no fundo, ficou assinalado por uma bóia vermelha e destinava-se a capturar o caranguejo grande, típico das águas de Moçâmedes. Navegámos para Sul, em direcção à foz do rio Cunene, mas o mar foi-se tornando alteroso, pelo que o navio inverteu o seu rumo e voltou para Norte para recolher o covo. A operação de recolha durou cerca de duas horas, devido à ondulação, ao vento e à necessidade de içar o cabo de suspensão do covo com cautela para não se partir. Durante as horas em que o covo esteve no fundo do mar, a pescaria de caranguejos teve muito sucesso e deu para uma refeição da guarnição, então com 24 homens. A navegação para Sul foi interrompida e o navio rumou para Norte, tendo como destino o porto de Luanda.

MISSÃO CUMPRIDA

A missão foi cumprida e o navio atracou nas INIC, talvez no dia 1 de Fevereiro de 1975, tendo sido elaborado um SITREP que identificava as acções executadas no mar e descrevia as avarias e limitações operacionais verificadas durante a missão atribuída ao navio. Como era protocolar e habitual, fardado de branco, apresentei-me no CNA ao respectivo Chefe do Estado-Maior, o capitão-de-mar-e-guerra Gabor Albert Ziegler Patkoczy, que me recebeu de pé no seu gabinete de trabalho. Informei-o, de forma sucinta, de como decorrera a missão, do estado geral do navio e dos problemas técnicos surgidos, sem que houvesse reacção da parte dele. Face a esta situação, tomei uma posição de firmeza, dizendo-lhe, mais ou menos, o seguinte:

– "Se o navio continuar como está, não saio para o mar e terá que ser nomeado outro comandante".

O comandante Patkoczy reagiu e, mais ou menos, disse o seguinte:

– "Conhece as NEP (Normas de Execução Permanentes) do CNA? Sabe que devia ter feito o Relatório Final da missão executada? Mas não o fez".

Respondi-lhe assim:
– "Conheço as NEP e fiz o SITREP, a partir do qual pode ser elaborado o Relatório, mas não o escrevi, por ser redundante".

Logo de seguida coloquei-me na posição de sentido e afirmei:
– "Estou à disposição do Comando para as acções disciplinares julgadas convenientes".

E o comandante Patkoczy, amenizando o clima tenso que entretanto fora criado, disse:
– "Bom, bom. O navio cumpriu a missão atribuída, houve resultados na fiscalização da pesca e ficamos por aqui".

Perguntei-lhe:
– "Determina alguma coisa?".

A sua resposta foi um seco "não". Retirei-me.

EMBARCAÇÃO REPARADA

Presente o que precede, houve produção de efeitos de natureza correctiva relativamente ao estado inadequado do navio para navegar em segurança, resultantes da atitude e posição que eu tinha tomado perante o Chefe do Estado-Maior do CNA. O navio foi submetido a um programa de reparações, tendo subido o plano inclinado do Serviço de Assistência Oficinal (SAO) nas INIC, em Luanda. As reparações necessárias foram executadas, tornando o navio apto a cumprir, sem limitações, as missões que lhe foram atribuídas nos meses seguintes.

UM CASO ATUAL

O que descrevi anteriormente, e que consta dos parágrafos 6 e 7, serve para comparar a posição que tomei em 1975 com a posição tomada em 11 de Março de 2023 por 13 militares da Armada (dois sargentos e 11 praças) do N.R.P. Mondego, no porto do Funchal. Este navio foi mandado sair em missão de acompanhamento de um navio russo que navegava a Norte da ilha de Porto Santo, mas esses militares recusaram-se a embarcar, alegando razões de segurança do navio, por existirem avarias graves dos sistemas de bordo que comprometiam a sua operacionalidade e segurança, incluindo a segurança da guarnição, inserida no âmbito da salvaguarda da vida humana no mar.

Tempos e circunstâncias diferentes, mas os problemas surgidos em 2023 já tinham acontecido em 1975.

DE RELEVAR NESSA VIAGEM A GENTILEZA COM QUE FOMOS RECEBIDOS EM MOÇÂMEDES PELO CAPITÃO DO PORTO, O CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA HENRIQUE BARTOLOMEU GUIMARÃES

* Capitão de Abril, sócio da A25A e comandante do N.R.P. Lira em comissão de serviço em Angola (1974-1975)

ABRIL

MARIA VIRGÍNIA RODRIGUES *

O dia entre todos o mais belo
não foi quando tu nasceste, filho,
nem quando pela vez primeira
me enlacei à mulher que amo,
mulher três vezes mãe
dos filhos que quisemos.

O dia entre todos o mais belo
não foi quando me deste um neto,
esse neto a quem tanto quero,
olhos, boca, riso de cristal;
O dia entre todos o mais belo foi Abril.

Aquele dia de Abril...

Na dignidade devolvida a um Povo
espoliado. oprimido, ultrajado,
a todos foi dado renascer;
nesse dia, olhando para ti, vi o futuro
e, perante os teus olhos assombrados,
deixei as lágrimas correr.

E agora que este Povo provou na rua
o sabor da liberdade,
luta de cabeça erguida e peito descoberto,
certo de que a luta vai ser longa,
mas cada praça é já bem sua.

* Poeta, colaboradora d'O Referencial



"O nosso regime à portuguesa obriga-nos a continuar Abril e a enveredar por um futuro à altura do nosso destino"

VALORES DE ABRIL E REGIMES POLÍTICOS

As perturbações políticas e institucionais no mundo e particularmente em vários países da Europa nos nossos dias levam a refletir sobre a imperativa necessidade de preservar os valores de Abril e sobre as vias adaptadas para enfrentar este desafio e superar os obstáculos inevitáveis

FRANÇOIS TRIBOT LASPIÈRE*

O NORMAL FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES democráticas está a ser afetado negativamente pelas atuais perturbações políticas. Como salvaguardar as conquistas populares de Abril e garantir o seu respeito? Como fazer compreender que a sua preservação é indispensável ao desenvolvimento? Qual é, no fundo, o regime institucional mais capaz de possibilitar a sua perenidade?

As democracias ocidentais são divididas entre monarquias parlamentares, regimes parlamentares, regimes presidenciais e regimes que os nossos institutos de ciência política chamam "semipresidenciais", como sendo a palavra perfeita. Mas deixemos de lado estes últimos, que no fundo são regimes presidenciais que não afirmam a sua verdadeira natureza. É o caso do sistema francês no qual a função presidencial se consolidou ao longo do tempo, cabendo-lhe atualmente a exclusiva carga executiva. Um presidente francês até chamou ao seu primeiro-ministro "colaborador", embora a constituição de 1958 lhe atribuísse o maior papel de "determinar e conduzir a política da nação".

Do nosso ponto de vista, o debate opõe, somente e na realidade, os regimes parlamentares aos regimes presidenciais.

OS ESCOLHOS DO REGIME PRESIDENCIAL

No seio da atual tormenta política mundial, são no geral os presidentes executivos que estão no

comando: Estados Unidos, China, Rússia... O regime "presidencial" francês anda a tentar afirmar-se como um ator mundial, o que o seu estatuto de membro do Conselho de Segurança e potência nuclear lhe outorgaria, mas tem vacilado entre os seus papéis nacional e europeu. E a União Europeia não tem conseguido empenhar-se numa verdadeira política estrangeira e de defesa comum.

No regime presidencial, o poder supremo concentra-se nas mãos de um homem só, qualquer que seja a organização do governo e das suas administrações. Gabinetes, conselheiros e serviços dão apoio e fazem recomendações ao presidente, mas cabe a este último a decisão, nomeadamente na área da defesa e dos negócios estrangeiros.

A distância pode revelar-se demasiado grande entre a população e um poder isolado na sua torre de marfim: o centro de gravidade do poder revela-se alto demais e o cidadão fica longe das esferas do poder político. As suas possibilidades de participação na expressão da vontade geral restringem-se ao direito de votar uma vez a cada quatro ou cinco anos.

Não temos intenção de afirmar que um presidente executivo, por ser o último responsável constitucional, põe sistematicamente em perigo a democracia! Mas um tal poder pessoal, mesmo que escolhido pelos cidadãos, traz sempre consigo alguns riscos:

– O perigo de julgamento erróneo: embora as consultas e debates instituídos pelos textos constitucionais ajudem a preparar as decisões, isso não impede uma decisão solitária com consequências dramáticas;
– O perigo do próprio jogo político, que pode levar à tentação de se manter a todo o custo no poder, a despeito das regras contratuais, e mesmo com recurso a meios ilegais;
– O risco de degradação física ou mental do presidente. Lembremos o livro de Pierre Accoce e Pierre Rentchnick publicado pela primeira vez em 1976, "Ces malades qui nous gouvernent" (Estes doentes que nos dirijem). O melhor exemplo que pode dar-se no nosso tempo é o do atual presidente americano, incluindo as palavras violentas para com o seu predecessor, os seus discursos incoerentes, com repetições sem fim, a

NO REGIME PRESIDENCIAL, O PODER SUPREMO CONCENTRA-SE NAS MÃOS DE UM HOMEM SÓ, QUALQUER QUE SEJA A ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO E DAS SUAS ADMINISTRAÇÕES

confusão do destino pessoal com o destino comum, a troça aberta e inadmissível de outros chefes de estado (incluindo o Papa), são, sem dúvida, exemplos de uma perda de controlo do que é a essência da responsabilidade pública. Mas há, na história, outros exemplos de governantes desajustados;
– O risco de megalomania, levando à conquista do poder através da artimanha e da força, como os tiranos romanos, medievais, soviéticos, fascistas, nazis, chineses, vietnamitas... e tantos outros.

Portanto, pode adiantar-se que:

– A ausência, a redução ou a recusa do debate político, i.e., do confronto com o povo através do parlamento ou de qualquer outra forma de assembleia, liberta o dirigente máximo de qualquer travão ao exercício do poder solitário. Em matéria de justiça social, de segurança civil, de liberdades, de escrutínio, não existe nenhum limite à expansão das ambições pessoais;
– Alterações da capacidade de julgamento do dirigente podem, ao fim e ao cabo, afetar a ordem pública nacional e internacional, quer seja através do empenhamento na guerra, quer seja no desdém pela oposição, tendo como consequência o exercício do poder pessoal e o exercício ditatorial sob diferentes formas;
– O risco encoberto do "ditador progressista", que adormece o povo e organiza, dia a dia, a penhora do cidadão e o controle absoluto do poder. O cidadão habitua-se a não utilizar os seus direitos e, ao dar-se conta da realidade, já é demasiado tarde.

O REGIME PARLAMENTAR COMPORTA AS SUAS PRÓPRIAS DESVANTAGENS QUE SÃO OS BLOQUEIOS À DECISÃO, A COMPLEXIDADE DOS PROCESSOS, OS CONTROLOS DEMASIADO EXTENSOS

VIRTUDES DO REGIME PARLAMENTAR

O regime parlamentar é caracterizado por uma arquitetura institucional complexa: separação dos poderes, governo responsável perante a assembleia da nação, desbloqueios institucionais tais como a dissolução do parlamento seguida de novas eleições...

O seu "ADN" é o princípio do debate público permanente, com os seus excessos e as suas virtudes, mas que consta da expressão de todos, incluídos os extremos, da organização do contraditório e que incute a cultura do consen-



No regime presidencial, o poder supremo concentra-se nas mãos de um homem só. É caso do sistema francês no qual a função presidencial se consolidou ao longo do tempo, cabendo-lhe atualmente a exclusiva carga executiva. Na foto, o presidente Emanuel Macrón, de pé, durante uma visita a Portugal

so tanto no que toca às maiores orientações políticas como à adoção da lei comum.

Este princípio do debate envolve os deputados, os senadores se for caso, e todos os representantes escolhidos pelo povo através de eleições livres. Mas envolve também os cidadãos, por eles próprios ou através dos grupos a que pertencem, das associações que os agrupam, dos círculos dos quais são sócios. Este princípio espalha-se pelo país, pela cidade, pela rua. Este debate aberto é o sinal de uma sociedade livre e orgulhosa da sua liberdade e empenha a nação na escolha do seu próprio futuro.

Importa acrescentar três comentários:

– O regime parlamentar comporta as suas próprias desvantagens que são os bloqueios à decisão, a complexidade dos processos,

os controlos demasiado extensos. Mas é assim, são as pequenas desvantagens de uma grande vantagem - a liberdade.

– O parlamento tem de ser forte e poderoso, apesar de existirem tentativas de desestabilização internas (iniciativas descontroladas dos extremos) ou externas.
– Seja o regime presidencial ou parlamentar, o funcionamento satisfatório das instituições é, em ambos os casos, intimamente condicionado à personalidade do dirigente e à sua conceção própria do exercício do poder político. Um presidente executivo pode, utilizando as suas prerrogativas com cautela, ser um genuíno democrata e por outro lado um primeiro-ministro executivo pode afastar-se dos princípios democráticos e desencaminhar, revelando-se um lastimável republicano! Tendências que devem ser consideradas como exceções.

ORIGINALIDADE DO SISTEMA PORTUGUÊS

Portugal vive há 50 anos num sistema autenticamente parlamentar, com um presidente da República que, além das suas prerrogativas oficiais (nomeação do governo, direito a dissolução, direito de veto), encarna a unidade nacional, garante o respeito à Constituição e, conforme a sua personalidade, contribui para a definição e moderação das orientações públicas. Os titulares da função demonstraram durante 50 anos a sua capacidade para manterem a estabilidade do regime e o seu funcionamento eficaz.

Não podemos esquecer de onde viemos e temos de guardar na memória os ensinamentos da nossa história, para não repetirmos os erros do passado. Por isso, impõe-se em todo o momento o dever de vigilância em relação aos princípios democráticos inscritos nos textos fundamentais. Impõe-se também o direito à expressão de todas as opiniões. E impõe-se por fim a vontade geral expressa através das instâncias republicanas.

Se concordarmos coletivamente com estes princípios, o nosso regime à portuguesa obriga-nos a continuar Abril e a enveredar por um futuro à altura do nosso destino.

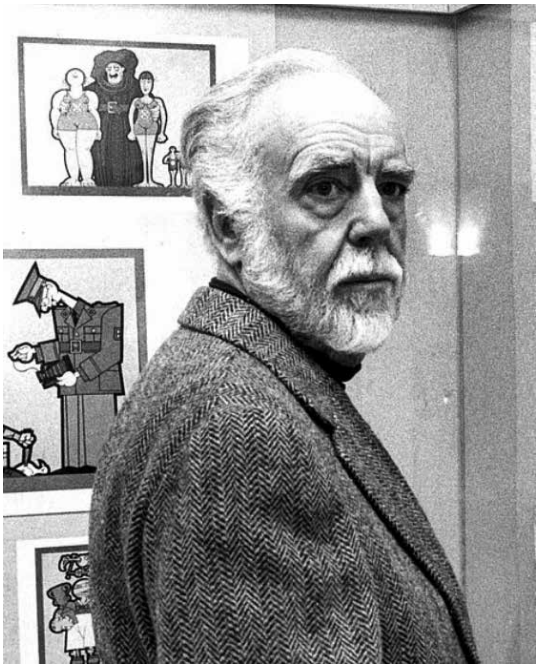
NÃO PODEMOS ESQUECER DE ONDE VIEMOS E TEMOS DE GUARDAR NA MEMÓRIA OS ENSINAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA, PARA NÃO REPETIRMOS OS ERROS DO PASSADO

* Empresário, escritor, sócio da A25A

JOÃO ABEL MANTA (1928-2026)

A ARTE AO SERVIÇO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA

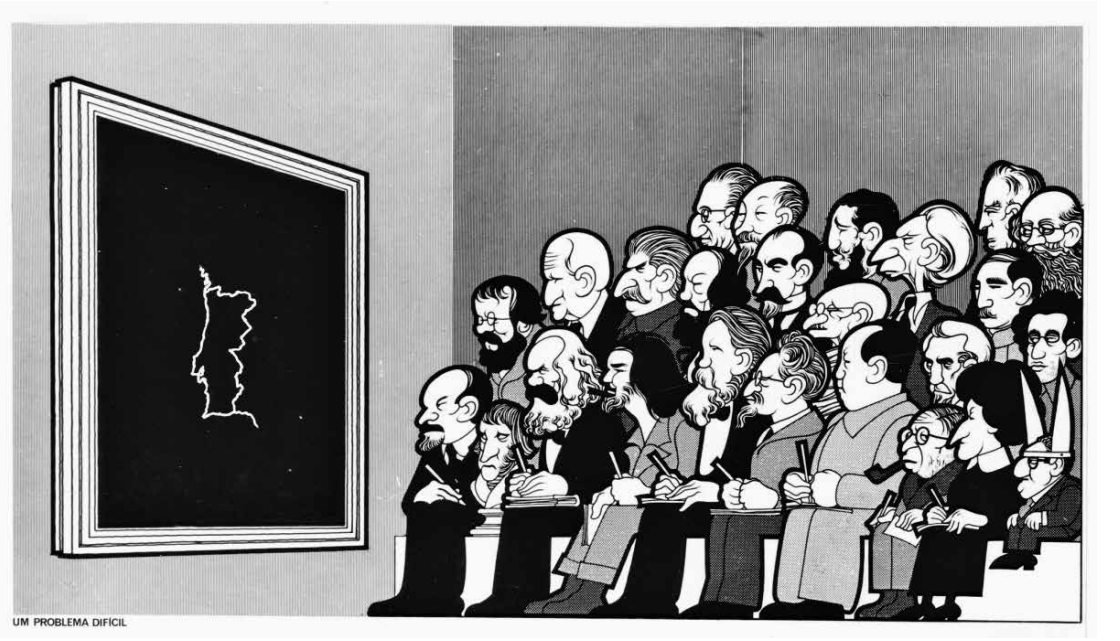
Considerado um génio do cartoonismo João Abel Manta é uma figura cimeira na história da imprensa portuguesa, antes e depois do 25 de Abril



A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL perdeu um dos seus sócios mais ilustres: João Abel Carneiro de Moura Abrantes Manta faleceu com 98 anos, tendo sido um grande democrata e uma figura relevante da cultura portuguesa, distinto arquitecto, pintor, ilustrador e cartoonista.

Na história da imprensa portuguesa, antes e depois do 25 de Abril, João Abel Manta foi uma figura cimeira, sendo considerado um génio do cartoonismo, uma arte em que exprimiu o seu talento moderno, inteligente e criativo. Antes de 1974 o seu trabalho foi alvo da censura, chegando a ser preso. Com a liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974, a sua intervenção artística tornou-se uma das mais importantes marcas culturais da revolução.

Os seus inúmeros cartoons são a expressão máxima dessa intervenção artística e cívica, não só ao fazer a "caricatura portuguesa dos anos de Salazar", mas também ao construir uma imagem gráfica do MFA e do processo democrático português, a que juntou outros extraordinários trabalhos nos domínios da arte pública, da



UM PROBLEMA DIFÍCIL

azulejaria, da pintura e do desenho, depois de ter abandonado a sua notável actividade na área da arquitectura.

João Abel Manta é, tal como alguns outros agentes culturais nos domínios da música, da poesia, da literatura, do teatro e das artes plásticas, uma figura cultural do 25 de Abril e da nossa Democracia, tendo sido agraciado em 1979 com o grau de Comendador da Ordem de Santiago da Espada e, em 2004, com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade.

Com a sua partida, a sua notável obra permanecerá como património de um espírito livre e como memória do 25 de Abril, ficando mais pobres a sua família, os amigos e os admiradores, assim como a Associação 25 de Abril e, sobretudo, o nosso país, já que partiu um dos seus mais ilustres cidadãos.

Através d'*O Referencial*, a A25A apresenta condolências à sua filha, às suas netas e bisnetos.

CARLOS BRITO (1933-2026)

VIDA DE LUTA PELA LIBERDADE



FALECEU CARLOS ALFREDO DE BRITO, líder parlamentar na Assembleia da República durante 15 anos, membro do Comité Central do PCP durante 33 anos e antigo funcionário do partido. Foi director do jornal *Avante!,* tendo-se afastado da vida político-partidária depois de 48 anos de militância comunista.

Durante a ditadura foi perseguido pela sua atividade política, foi preso três vezes e passou oito anos nas prisões do Aljube, de Caxias e de Peniche. Libertado em 1966 passou cerca de dez anos na clandestinidade e foi um dos dirigentes do PCP mais envolvidos na mobilização popular contra o Estado Novo.

A seguir ao 25 de Abril foi eleito deputado à Assembleia da República, condição que manteve durante 16 anos. Em 1980 foi candidato presidencial, embora tenha desistido à boca das urnas. Carlos Brito teve também actividade literária, publicando cerca de uma dezena e meia de títulos de poesia e de prosa.

Pelo seu percurso político antifascista e pelo seu apoio ao 25 de Abril, designadamente no plano parlamentar, foi condecorado em 1997 com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e em 2004 com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade. A Associação 25 de Abril presta homenagem a Carlos Brito, não apenas como seu sócio, mas também pelo seu exemplo de vida política e símbolo expressivo da luta contra a ditadura em Portugal.

DOMINGOS NUNES PEREIRA (1941-2025)

HOMEM DE CAUSAS, DE FAMÍLIA E AMIGOS

Domingos Nunes Pereira era um homem de causas e de muitos amigos, mas também um homem de família e de convicções – um verdadeiro Capitão de Abril

NUNO SANTOS SILVA*



ESTE TEXTO PRETENDE ser uma homenagem, mas também o reconhecimento do papel de Domingos Nunes Pereira naquilo que constitui o 25 de Abril como somatório de muitos gestos e atitudes, de muita entrega generosa e desinteressada, em prol de uma causa comum que trouxe ao país a paz e a democracia.

Dada a nossa forte relação de amizade, coube-me o papel de reunir testemunhos numa tarefa penosa, porque são referências a mais um companheiro que passou a estar ausente.

Socorri-me, além das minhas memórias, dos testemunhos de vários amigos e de uma participação de especial significado, a do seu filho Nuno Pereira.

Por cada um de nós que fica pelo caminho, porque é essa a ordem natural da vida, impõe-se a quem continua a caminhada o dever de lembrar o que cada um de nós fez e viveu como contributo para este Portugal que é a maior das nossas causas comuns. Há uma história de vida, há um denominador comum que é parte integrante da nossa geração.

LUZ COM ALGUMAS SOMBRAS

O Domingos pode orgulhar-se de ter conjugado na primeira pessoa os ideias de Abril e, lamentavelmente, a obscuridade de Novembro.

O seu percurso nos anos 60 reflete o de tantos

outros jovens oficiais da sua geração que, após terminar a formação militar, foram mobilizados para as frentes da guerra colonial.
Foi também um dos revoltosos na Guiné-Bissau e participante na conspiração precursora da liberdade de Abril. Esteve, em 1973, ao lado dos militares conspiradores do seu ramo, assim como do Exército e da Armada.
Foi um conspirador desde a primeira hora, quando ainda éramos poucos, e participou, com coragem, naqueles primeiros momentos em que se acreditava que as muitas angústias que nos amarravam se resolveriam com trabalho decente e generoso e com sabedoria inteligente trazidas pela maré alta de esperança e confiança que animava uns e outros.
O objectivo da conspiração e a decisão de a concretizar estava tomada, mas o desenlace era incerto. A participação do Domingos sempre foi acompanhada pelo seu bom senso e a permanente energia dos seus desconcertantes e bem-humorados comentários críticos.
Em Novembro de 1975 o capitão Domingos Nunes Pereira foi um desses escassos oficiais que, respeitando a legalidade e o bom senso, se mantiveram em Tancos no seu posto, não entrando em loucuras, ilegalidades e golpes, antes ficando ao lado das centenas de soldados paraquedistas ali instalados e, por isso, foi depois furiosamente perseguido pela hierarquia, com relevo para o Chefe de Estado Maior da Força Aérea, o deplorável general graduado Morais da Silva.
Viria a ser preso e enviado para o presídio de Custoias em 8 de Dezembro de modo pouco comum, conduzido num avião da FAP, um DC6, com capacidade para transportar 60 passageiros com apenas três (eu era um deles).
Nos termos do próprio Morais da Silva, no rescaldo do 25 de Novembro, as ordens de prisão de oficiais da Força Aérea, seriam actos de "caça" (expressão que proclamou!).
Anos mais tarde, Domingos Pereira viria a ter um papel activo de ligação na Associação 25 de Abril, colaborando frequentemente e partilhando o seu testemunho histórico às camadas mais jovens. O lançamento em 2013 do Núcleo da Linha (Oeiras) da A25A teve nele um dos seus principais impulsionadores.
Cedo lançou a ideia de se aceitarem convites para ir às Escolas falar do 25 de Abril aos alunos do ensino Básico e Secundário e transmitir-lhes os valores de Abril e a necessidade de salvaguarda da democracia resultante da Viragem Histórica.
Após o 25 de Novembro, afastado das Forças Armadas, licenciou-se em Gestão Industrial pelo Instituto Superior de Economia e viveu como ilustre profissional civil. Foi mais tarde reintegrado na Força Aérea, como coronel reformado.

A FAMÍLIA

Como resumo, deixo as palavras do seu filho Nuno Pereira, acrescentando a dimensão humana familiar. Além de mencionar que as muitas viagens que ele, a sua irmã e a sua mãe fizeram para dar apoio ao pai foram de enorme dificuldade, já que as idas em família ao Porto eram intermináveis, acrescenta no seu depoimento:

"Levávamos onze horas a chegar a Custoias. A autoestrada terminava logo após o aeroporto e, no Norte, começava antes da ponte da Arrábida. A EN 1 era terrível, só camiões e acidentes de viação. O meu Pai sempre tentou fazer com que os aspetos menos bons que lhe aconteceram nos passassem ao lado.
Sempre admirei a coragem física e intelectual do meu pai.
Para mim, o meu Pai será sempre um herói, um verdadeiro Capitão de Abril, devo-lhe muito e quero honrar a sua memória. A ele e aos seus camaradas."

Ou seja, diremos que além de tudo o que fez e do que lhe aconteceu, o Domingos foi um homem bom que nos faz falta, muita falta.

Através d´ *O Referencial*, a A25A apresenta aos seus filhos Ana Sofia e Nuno Pereira e aos seus quatro netos os nossos profundos e sentidos pêsames.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Efectivos

Heitor Hamilton Almendra
Manuel de Campos Pereira Bento
Rogério Augusto Ribeiro AfonsoAurélio Eduardo Moreira de Almeida Pinto

Apoiantes

João Abel Manta - Sócio Apoiante
José Maria Lopes da Costa - Sócio Apoiante

A todos os familiares e amigos nos unimos na dor e na saudade,
com um fraterno abraço de Abril

CORONEL MAURÍCIO UMA VIDA DEDICADA À ADFA

Coronel Jorge Garrido Pardal Maurício foi homenageado por antigos camaradas de armas com o apoio da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

MANUEL MARTINS LOPES*

TEVE LUGAR NO PASSADO dia 30 de Maio uma homenagem ao coronel Jorge Garrido Pardal Maurício, por iniciativa dos ex-combatentes da CCaç 3396, à qual pertenceu Jorge Maurício à data do acidente que o vitimou em Moçambique em 1972, por accionamento de um engenho explosivo, de que resultou ter ficado invisual.

A homenagem contou com o apoio da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e teve lugar na sua sede nacional em Lisboa, no auditório com o seu nome.

A sessão evocativa juntou, na mesa, além dos filhos de Jorge Maurício, o coronel Martins Lopes, o ex-alferes Joaquim Silvério Mateus, o escritor Mário Beja Santos e dirigentes da ADFA e do CFN.

Além das palavras evocativas pronunciadas pelo coronel Martins Lopes e por Patuleia Mendes, seguiram-se leituras de poemas de Piedade Galhardo e de Teófilo Minga e as mensagens de solidariedade de Fernando Bastos, antigo oficial miliciano e de Vasco Lourenço, presidente da direcção da A25A.

O artista plástico e músico José Augusto Coelho ofereceu aos presentes uma interpretação de "Trova do vento que passa" e à ADFA uma pintura da sua autoria, em acrílico sobre tela, datada de 2026 e intitulada "Intuição geométrica no Tempo".

Miguel Maurício, filho de Jorge Maurício, confessou a sua emoção perante uma cerimónia de homenagem tão sentida, que se reproduz na íntegra:

"O meu pai, Jorge Maurício deixou-nos há quase 23 anos.

Quando eu e a minha irmã Ana recebemos o gentil convite do Martins Lopes para participar neste encontro, nesta homenagem, nesta sua Casa que era a ADFA, uma torrente de emoções e memórias vieram ao de cima.

Sabemos e pudemos testemunhar, com ele em vida, como o seu trabalho, os seus valores, a sua busca de consensos ao serviço da defesa intransigente dos interesses dos associados da ADFA e das pessoas com deficiência em geral, lhe granjearam respeito, reconhecimento e amizade.



A sessão de homenagem contou com a participação dos filhos do coronel Jorge Maurício, Ana e Miguel, que descerraram uma placa evocativa

Vocês, que fizeram a Guerra e mais tarde a Democracia, são de uma geração singular. Uma geração que, como escreveu Ary dos santos, "Em África descobriu Portugal. Que, partindo de uma ditadura, depois de Abril mostrou a lição histórica mais importante que a sociedade que se almeja tem que ser conquistada a pulso e diariamente. Que a unidade em torno de interesses comuns é a única forma de avançar e que em Democracia o trabalho nunca está concluído".

Este é para mim o testemunho, ainda hoje *transportado pela ADFA.*

Mas também algo que eu e a minha irmã aprendemos desde a mais tenra infância: que as guerras não terminam com os acordos de paz.

Que o que a vossa geração passou possa ser um alerta pela paz e contra aqueles que levianamente procuram envolver Portugal em conflitos e aceitam com demasiada naturalidade a opção militar na resolução de problemas.

O livro que o Martins Lopes nos apresenta aqui hoje, pelo excerto que me foi dado a conhecer sobre o meu pai, é por isso um valioso contributo, quer para a compreensão da história militar da guerra colonial, quer como retrato social de quem a fez.

Em meu nome e no de minha irmã Ana, muito obrigado por isso, Martins Lopes, e por esta bonita homenagem.

Homenagem também à ADFA e a todos vós, por estarem aqui e pelo que f*izeram e fazem por Portugal".*

A cerimónia terminou após o descerramento de uma placa evocativa, numa das paredes do Auditório Jorge Maurício, pelos seus filhos Ana e Miguel.

(Texto inspirado no trabalho de Rafael Vicente publicado em Junho de 2026, na revista da ADFA, *Jornal Elo*).

* Capitão de Abril, sócio da A25A

LÍDIA JORGE RECEBE PRÉMIO CAMÕES

Os livros da escritora estão traduzidos em mais de vinte línguas e são tema de estudo académico, tanto em Portugal como no estrangeiro.

A ESCRITORA LÍDIA JORGE venceu a edição de 2026 do Prémio Camões, a mais alta distinção na área da literatura de língua portuguesa, entrando numa galeria de eleitos de que constam, entre outros, os portugueses Miguel Torga, Vergílio Ferreira, José Saramago, Sophia de Mello Breyner, Eugénio de Andrade, Manuel Alegre e Maria Velho da Costa.

A notícia foi divulgada no dia 2 de julho e suscitou um aplauso unânime, do Presidente da República e da ministra da Cultura até à Câmara Municipal de Loulé, mas também de outras instituições como a Academia das Ciências de Lisboa e o Centro Nacional de Cultura. Através d'*O Referencial*, a Associação 25 de Abril junta-se a este justo aplauso pelo prémio atribuído a Lídia Jorge, que é membro efectivo da nossa associação.

O júri do Prémio Camões 2026 foi constituído pelo escritor e crítico literário angolano Lopito Feijó, pelos brasileiros Lucia Santaella, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e José Ribamar Bessa Freire, professor e jornalista, pela escritora e professora universitária da Guiné-Bissau Odete Semedo e pelos portugueses Ana Mafalda Leite, da Universidade de Lisboa, e José Carlos Seabra Pereira, da Universidade de Coimbra.

De acordo com a acta da atribuição do prémio, Lídia Jorge tem "uma obra reconhecida pela análise profunda da história recente do seu país, pela reflexão social e pela defesa dos direitos humanos e das mulheres", salientando ainda que "a sua escrita, marcada por uma prosa poética densa, aborda o passado ditatorial de Portugal, a condição feminina, o impacto das transformações históricas na vida quotidiana, o significado das revoluções, a emigração, as tensões entre a sociedade moderna e pós-moderna, os conflitos entre gerações, as rupturas familiares, com um estilo literário de forte carga lírica e foco na memória colectiva".



Através d'*O Referencial*, a Associação 25 de Abril junta-se a este justo aplauso pelo prémio atribuído a Lídia Jorge, que é membro efectivo da nossa associação



foto do Museu do Aljube

Anabela Valente, César Roussado e Vasco Lourenço presentes no Museu Nacional Resistência e Liberdade

PARA QUE A MEMÓRIA NÃO SE APAGUE

Homenagem aos portugueses que lutaram contra o fascismo na guerra civil de Espanha (1936/39) e contra o nazismo em França (1939/45)

O MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA e Liberdade, localizado na praça-forte da cidade de Peniche, acolheu uma sessão de homenagem aos portugueses que lutaram contra o fascismo na guerra civil de Espanha (1936/39) e contra o nazismo em França (1939/45). A sessão realizou-se no dia 27 de Junho e foi promovida pela Associação 25 de Abril, pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses, pelo Museu do Aljube Resistência e Liberdade, pelo Museu

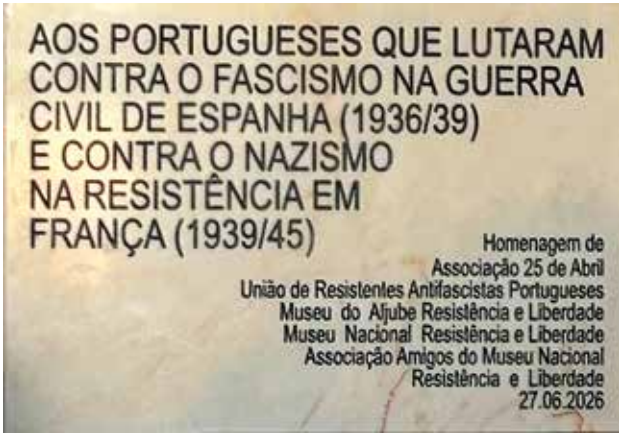


foto do Museu do Aljube

Descerramento de uma placa alusiva ao acontecimento

Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche e pela Associação Amigos do Museu Nacional de Resistência e Liberdade.

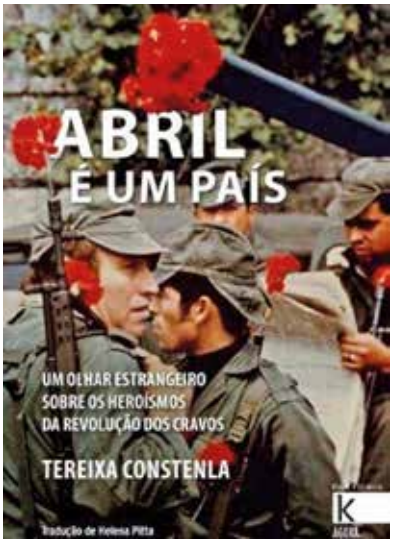
A sessão proporcionou momentos de reflexão, de memória e de homenagem aos portugueses, homens e mulheres, que combateram pela liberdade e pela democracia nos conflitos internacionais do 2.º quartel do século XX, em Espanha e em França. O programa incluiu uma conferência pronunciada pelo professor Luís Farinha e intervenções dos representantes dos promotores, a que se seguiu um momento cultural e o descerramento de uma placa evocativa.

Luís Farinha, investigador associado do Instituto de História Contemporânea (Nova-FCSH), apresentou uma comunicação com a fundamentação histórica daquela homenagem, valorizada com os resultados das suas próprias investigações sobre alguns desses portugueses que estiveram exilados e foram perseguidos, que lutaram pelos seus ideais com coragem e que, muitos deles, pagaram com o sacrifício da própria vida. Disse o investigador que "hoje evocamos aqui a coragem dos que, sofrendo a injustiça, se ergueram contra a prepotência e a submissão" e lembrou alguns deles, destacando de forma especial Emídio Guerreiro, um corajoso combatente que esteve exilado 42 anos e só regressou a Portugal depois do 25 de Abril.

Seguiram-se as intervenções dos representantes dos promotores da iniciativa, respectivamente Anabela Valente, Álvaro Pato, César Roussado e Vasco Lourenço, o presidente da A25A, que, na sua alocução, afirmou: "A memória não pode prescrever, tem de manter-se viva, para que esse passado de trevas se não repita". Vasco Lourenço felicitou, depois, os investigadores "que vêm trazendo ao nosso conhecimento a saga dos nossos concidadãos que lutaram pela liberdade, contra o fascismo e o nazismo, tenha ele a designação que tiver, longe da terra que os viu nascer, em Espanha ou em França". Seguiu-se um momento cultural com a leitura de vários poemas e a apresentação do Coro da Achada, que antecedeu o descerramento de uma placa alusiva ao acontecimento.

Essa placa traduz o reconhecimento e a gratidão pelos portugueses que, longe da sua pátria, lutaram pela liberdade, pela democracia e pela dignidade humana.

OLHAR ESTRANGEIRO SOBRE A REVOLUÇÃO



TEREIXA CONSTENLA, Abril é um país - um olhar estrangeiro sobre os heroísmos da revolução dos cravos. Matosinhos: Kalandraka Editora Portugal, Novembro 2024.

UM OLHAR ESTRANGEIRO sobre o nosso país é sempre desejado, sobretudo quando provém de pessoas qualificadas e independentes, que têm a seu favor o necessário distanciamento emocional. Assim acontece com Tereixa Constenla, uma jornalista galega que desde 2021 foi correspondente em Portugal do prestigiado diário espanhol *El País*. Ela publicou agora, após regressar ao seu país, uma obra de excelência a que deu o título *Abril é um país*, em galego e castelhano e, depois, em tradução portuguesa.

É um livro assente em muitas entrevistas e muita pesquisa documental, que foi publicado em 2024 e trata do 25 de Abril, o dia que classifica como "a quinta-feira que abalou o mundo quando este viu os militares enfiarem flores nas espingardas e enviarem o antigo ditador para o exílio sem um arranhão".

A autora recuperou muitos episódios menos conhecidos da revolução portuguesa e optou por deixar à margem do seu livro algumas figuras da história política de Portugal, para "resgatar vidas que parecem menores, mas não o foram", daí resultando uma obra original sobre o *antes* e o *durante* a revolução que, como afirma, "acabou com a ditadura mais longeva da Europa Ocidental".

Abril é um país é um livro de interessantes narrativas, ou mesmo de revelações, cuja capa é ilustrada com uma bela fotografia de Eduardo Gageiro. A sua leitura é muito agradável, tanto do ponto de vista informativo, como por se revelar um verdadeiro e original "olhar estrangeiro sobre a Revolução dos Cravos".

VARIAÇÕES
DE UMA GUERRA INACABADA

O MAJOR-GENERAL Carlos Branco tem um vasto conhecimento e uma larga experiência no domínio da cooperação e segurança nos países e regiões da fronteira oriental da NATO, cimentadas durante os anos em que integrou o Estado-Maior Militar Internacional no quartel-general da NATO, em Bruxelas. A sua obra agora apresentada, que tem por título *Ucrânia – Variações de uma Guerra Inacabada*, resulta de reflexão, de estudo e de um "saber de experiência feito" sobre o conflito entre Moscovo e Kiev, que tem sido muito dominado pela desinformação, pela inverdade histórica e pela incapacidade de muitos dirigentes europeus.

A "expansão da NATO" até às portas de Moscovo, quando "ninguém estava ameaçando ninguém", levou Diogo Freitas do Amaral a declarar em 1999 que "o Ocidente voltou a ser um bloco arrogante e prepotente" e que "vem aí um período de muitas guerras". Muitas outras vozes disseram a mesma coisa, mas o seguidismo de uns e a cegueira política de outros quiseram uma guerra, de que ninguém sabe como sair e que está a ameaçar seriamente o bem-estar e a segurança dos europeus.

Ao longo de 374 páginas resultantes de uma investigação séria em que recorre frequentemente a referências idóneas, o autor historia a intromissão dos Estados Unidos na área de influência estratégica russa, a recusa de Moscovo em permitir que a Ucrânia seja membro da NATO, o golpe de estado ou o levantamento popular de 2014, as atrocidades cometidas no Donbass e as reações russas.

É um olhar inteligente, fundamentado e imparcial para ajudar o leitor a entender melhor o que se passa na Ucrânia, bem como as causas, os efeitos, os acertos e os erros do conflito, não se tratando de um testemunho para escolher entre Putin e Zelensky, ou entre a Ucrânia e a Rússia. É uma obra rigorosa e de leitura obrigatória.



CARLOS BRANCO, *Ucrânia – Variações de uma Guerra Inacabada*. Lisboa: Edições Colibri, Maio 2026.

AMOR E REVOLTA EM TEMPO DE REVOLUÇÃO

A DITADURA DO ESTADO Novo acumulou contestações de vária ordem, designadamente política, laboral, estudantil e, por fim, a contestação militar, todas elas procurando a restauração da Liberdade e da Democracia, essenciais para responder aos graves problemas do país.



Com *Cabo Ruivo - Amor e Revolta em Tempo de Revolução*, e a partir da sua experiência no Instituto Industrial de Lisboa, Armando Sousa Teixeira evoca as lutas estudantis decorridas entre 1969 e 1974 quando os estudantes ousaram transformar o quotidiano académico num espaço de resistência, de pensamento crítico e de contestação política. Nessa época predominavam as questões do adiamento militar, as incorporações forçadas e a luta pela reestruturação do ensino da Engenharia, que veio converter os antigos institutos industriais em escolas superiores de engenharia, criando a base para o reconhecimento do título profissional de Engenheiro Técnico. Assim nasceu o ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, localizado próximo de Cabo Ruivo, que empresta o seu nome ao título deste livro.

Organizado em 13 capítulos, com uma detalhada cronologia e muitos documentos anexos, o livro é, segundo o seu prefaciador Joaquim Judas, "a mais importante obra literária escrita até à data sobre o que era o movimento estudantil em Portugal nos anos que precederam a Revolução de Abril e no seu apogeu".

Armando Sousa Teixeira, *Cabo Ruivo - Amor e Revolta em Tempo de Revolução*, Página a Página, Lisboa, Maio 2026

O QUE FICOU POR DIZER SOBRE O 25 DE NOVEMBRO

O 25 DE NOVEMBRO de 1975 tornou-se um acontecimento polémico, não porque tenha alterado a estrutura política do país, pois o Presidente da República e o VI Governo Provisório continuaram em funções e a Assembleia Constituinte prosseguiu os seus trabalhos, mas porque levou ao delírio persecutório e ao afastamento de muitas dezenas de jornalistas e de outros profissionais da Comunicação Social, e também de centenas de generosos militares, muitos deles participantes no 25 de Abril de 1974, que foram humilhados na sua

honra e brio militar. Com base na ignorância histórica e até na mentira, foi construída uma narrativa falseada dos acontecimentos, instrumentalizando-a para servir interesses de alguns saudosistas do antigo regime e das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa.



O jornalista Albino Ribeiro Cardoso quis saber o que realmente aconteceu, o que o levou a investigar em "anos de conversas com militares de Abril e leituras de documentos e obras de referência", e a contrariar todas as narrativas construídas pelos adversários do 25 de Abril e dos seus aliados políticos.

A obra aguardava publicação quando, em Março de 2023, nos deixou, vítima de doença inesperada e fatal. Apesar da persistência de Celina Cardoso, a sua companheira de vida, a editora publicou apenas uma parte do trabalho que intitulou 25 de Novembro, o depois. Agora, foi finalmente possível publicar a parte restante da obra que tem o título 25 *de Novembro, o que ficou por dizer*.

Na sessão em que foi apresentado, Vasco Lourenço, o presidente da A25A afirmou: "Além da colaboração que lhe prestei, ou também por isso mesmo, pude acompanhar a sua enorme preocupação em, depois de escrever sobre a perseguição e marginalização que inúmeros jornalistas sofreram no pós-25 de Novembro, escrever também sobre idêntica perseguição e marginalização que inúmeros militares de Abril sofreram, igualmente na sequência dos mesmos acontecimentos".

O coronel Nuno Santos Silva, apresentador desta obra, salientou que não falava apenas de um livro, mas também de um amigo muito próximo, salientando que a obra é particularmente expressiva sobre "o que ficou por dizer do muito que ainda falta sobre um tema que é um fenómeno fraturante na vida do nosso país". Alertou também para o facto de se ter permitido "a generais, que seriam a continuidade militar do fascismo derrubado em 25 de Abril, que exercessem sobre militares que nele se empenharam, uma vingança mesquinha e atentatória que a ética militar e os princípios não consentem".

Considerando a versão oficial do 25 de Novembro como um embuste, nomeou alguns responsáveis pelo que aconteceu depois, nas Forças Armadas.

Com 376 páginas e com informação distribuída por 46 capítulos, o livro de Ribeiro Cardoso é essencial para se conhecer melhor o que foi o 25 de Novembro e para demonstrar que a versão oficial é mistificadora.

Ribeiro Cardoso, *25 de Novembro – O que ficou por dizer*. Lisboa: Âncora Editora, Maio 2026

MIL RAZÕES PARA TER ESPERANÇA

OBRA PÓSTUMA de Fernando Paulouro Neves, o livro *Abril, Mil Razões para ter Esperança* é uma colectânea de textos escritos pelo autor ao longo de meio século de jornalismo de reflexão cívica e de defesa da Liberdade, que vão desde os tempos dos "combatentes da sombra" e da mordaça e da trela, que passam pelos tempos memoráveis que se seguiram ao 25 de Abril e que se estendem até à actualidade, em que os valores de Abril continuam a inspirar o povo, como o autor ainda viu na avenida da Liberdade, em Lisboa, no dia 25 de Abril de 2025, poucos meses antes de nos deixar.



Com excelente apresentação gráfica e enriquecido com ilustrações e fotografias de conceituados autores, o livro foi editado pelo Instituto Fenando Paulouro Neves. Os seus organizadores – José Manuel Castanheira, Maria Eugénia Ferrão e Rui Jacinto – honraram o legado do autor que descreveram como "cronista de eleição, atento e acutilante, que espraiou a sua vasta erudição numa prosa impregnada por uma toada poética onde revela ser um exímio cultor da palavra", mas também um cidadão fiel aos princípios e aos valores de Abril. Livro de leitura tão agradável quanto emocionante, sobretudo por aqueles que em Portugal viveram nos tempos da Ditadura e acompanharam a conquista da Democracia e da Liberdade, os textos de Fenando Paulouro Neves também mostram que, se muito já foi feito, há "mil razões para ter esperança" numa sociedade mais justa.

Abril, Mil Razões para ter Esperança é uma obra que deverá ter um lugar de destaque na estante de cada democrata que tenha obras de referência relativas ao 25 de Abril e ao processo democrático que se lhe seguiu.

Fernando Paulouro Neves, *Abril, Mil Razões para ter Esperança*. Fundão, Instituto Fernando Paulouro Neves, Abril, 2026 (ISBN: 978-989-36-8460-3)

20 COMPROMISSOS PARA O FUTURO

MANUEL PEDROSO MARQUES publicou *20 Compromissos para o Futuro*, dando continuidade a uma obra que está dispersa por vários títulos e que expressam uma intensa e lúcida actividade intelectual, mas também a experiência e a erudição do autor.

Trata-se de um exercício de reflexão sobre os compromissos que marcam as socieda-



des contemporâneas e que, no tempo muito complexo em que vivemos, nos leva a pensar no futuro e em muitas das questões que preocupam a humanidade, como a paz e a guerra, a democracia e a ditadura, a rivalidade entre o ocidente e o oriente, a tensão entre os EUA e a China, as alterações climáticas, os movimentos migratórios e algumas outras questões.

São destacados os compromissos com o Direito Internacional, as modernas guerras híbridas, por vezes feitas por suposições, dúvidas, suspeitas, "ou por simples interesses não declarados ou mesmo inexistentes", com o autor a defender que "a guerra é uma rotura com a política" e não a continuação da política por outros meios, como no século XIX enunciou Carl von Clausewitz.

O agravamento das alterações climáticas também merece a reflexão fundamentada de Manuel Pedroso Marques, que o considera como "o compromisso mais universal da humanidade", mas também trata da transição energética, dos oceanos, da biodiversidade e da bioética, da Coisa Pública e da competitividade, criticando o negacionismo.

O autor também analisa e reflecte sobre os compromissos de Portugal no mundo e no jogo de poderes em que se movimenta, tratando da língua portuguesa, do multiculturalismo, da condição periférica e da abertura do nosso país ao mundo.

Quando vivemos cada vez mais submersos pelo fenómeno da desinformação e demasiado expostos à informação e ao comentário televisivo, a leitura do livro de Manuel Pedroso Marques é um exercício estimulante e um excelente contributo para a reflexão e para o compromisso.

Manuel Pedroso Marques, *20 Compromissos para o Futuro*. Lisboa: Âncora Editora, Maio de 2026 (ISBN: 978-989-591-058-8)

FÓRUM SALGUEIRO MAIA
UM ESPAÇO DE LIBERDADE



O Fórum Salgueiro Maia continua a ser um espaço de liberdade, de convívio e de afirmação cultural

O FÓRUM SALGUEIRO MAIA continua a ser um espaço de liberdade, de convívio e de afirmação cultural que autores e editores procuram para apresentar as suas novidades editoriais e que a A25A sempre acolhe com satisfação, não só por vocação estatutária, mas também porque esses eventos atraem ao seu espaço os sócios da Associação e algumas personalidades relevantes da academia e da cultura portuguesa.

Nesse espaço realizaram-se recentemente cinco apresentações de livros.

No dia 31 de Maio foi apresentado o livro póstumo Abril, Mil Razões Para Ter Esperança, que reúne textos de Fernando Paulouro Neves. Na apresentação da obra intervieram Vasco Lourenço, António Valdemar, António Sampaio da Nóvoa e José Carlos de Vasconcelos, tendo a sessão sido moderada pela jornalista Ana de Sousa Dias.

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUMARÃES

PUBLICIDADE



Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:

> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

No dia 1 de Junho o Fórum Salgueiro Maia esteve repleto de gente para assistir à apresentação do livro 25 de Novembro – O que ficou por dizer.
O autor é Albino Ribeiro Cardoso e a apresentação foi feita pelo editor António Baptista Lopes, pelo coronel Vasco Lourenço e pelo coronel Nuno Santos Silva, que bem conhecem a verdade sobre o que se passou, porque a viveram.
No dia 15 de Junho foi dado a conhecer o livro 20 Compromissos para o Futuro, da autoria de Manuel Pedroso Marques. A apresentação foi de Jacinto Rego de Almeida, escritor e membro da A25A.
No dia 25 de Junho foi a vez de Restolho – Reflexões partilhadas com amigos (2023-2026), a mais recente obra de João Freire. A apresentação coube aos professores Maria Alexandra Lousada (FLUL), Jorge Correia Jesuíno (ISCTE) e António Cândido Franco (UEVORA) e constituiu não só uma homenagem ao autor, como uma análise à obra apresentada.
No dia 19 de Junho apresentou-se Cabo Ruivo – Amor e revolta em tempos de Revolução, da autoria de Armando Sousa Teixeira, numa animada sessão a que presidiu o coronel Aprígio Ramalho, vice-presidente da Direcção da A25A. O autor apresentou o seu livro, a que se seguiram intervenções de António Gama, Célia Figueira e Manuel Carvalho, com um momento de poesia conduzido por Apolónia Teixeira. Seguiu-se um "Moscatel de Honra" oferecido pelo autor.

Ofertas à A25A

Placa de Homenagem da AOFA "aos Oficiais da Liberdade", oferta da AOFA – Associação dos Oficiais das Forças Armadas;

Estandarte Legionário - Oferta de António Manuel Morais da Costa;

Levadas da Madeira - Uma Herança para o mundo, livro oferecido por André Ribeiro;

Memórias da Guerra em Torres Vedras - 100 anos depois, Livro de José Felix Henriques Nogueira;

Olhares Suíços obre o Portugal de Salazar- A Ditadura Miltar (1926-1933) oferta do autor Reto Monico.

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.



A25A LANÇA DEBATE SOBRE O FUTURO DA MEMÓRIA DE ABRIL



Vítor Sarmento animou a sessão com cânticos de Abril e evocou, entre outros, o poeta Manuel Alegre e o também cantautor Adriano Correia de Oliveira

Iniciativa revelada pelo presidente da A25A na presentação d' *"O Referencial"* realizada a 16 de Junho, em Lisboa

LICÍNIO LIMA

A apresentação pública d'*O Referencial*, número duplo 160-161, realizada a 16 de Junho, ficou marcada pelo anúncio de que a Associação 25 de Abril (A25A) vai promover um debate público sobre o futuro da instituição fundada pelos capitães de Abril, em 1982. A iniciativa foi reve-

lada pelo coronel Vasco Lourenço, presidente da A25A, logo na abertura da sessão, no Fórum Salgueiro Maia, em Lisboa. Conforme explicou, o objectivo é garantir a continuidade histórica da associação e envolver novas gerações na preservação da memória democrática.

Ao dar as boas-vindas aos presentes, Vasco Lourenço recordou que a sede da A25A, então com todos os lugares preenchidos, deve ser encarada como a "Casa da Liberdade". Sublinhando que a instituição "tem de pensar o futuro", anunciou o lançamento de um processo de auscultação de sócios e amigos, destinado a recolher sugestões sobre os caminhos que possam assegurar a sua continuidade. "Não somos eternos e a A25A tem de encontrar outras formas, já não as que foram pensadas pelos protagonistas do 25 de Abril", afirmou, acrescentando: "Tem de surgir gente nova na A25A e, por isso, vamos lançar o debate".



Depois de divulgada a iniciativa, o director da revista, coronel Aniceto Afonso, apresentou o conteúdo da edição, que reúne dois dossiês especiais: um dedicado aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa e outro aos 50 anos das primeiras eleições legislativas.

A sessão ficou ainda marcada pelo destaque dado ao protocolo celebrado entre a A25A e a Escola Superior de Comunicação Social, de Lisboa, existente "há quase cinco anos", como lembrou Fátima Lopes Cardoso, professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo. A docente saudou a parceria entre as duas entidades e apresentou as alunas que assinam, nesta edição, dois artigos sobre jornalismo e democracia: Mariana Pinto Ranha, autora de "Jornalismo: barómetro da democracia", e Maria Inês Rocha, autora de "Media Locais – a voz que ainda resiste". Finalistas do curso, ambas dirigiram algumas palavras aos presentes, enaltecendo e agradecendo a oportunidade de publicarem trabalhos n'*O Referencial*. Aniceto Afonso agradeceu também o contributo dos estudantes que, nas últimas 14 edições, têm enriquecido a publicação com trabalhos de reportagem e de investigação, desenvolvidos com o apoio da professora Fátima Lopes Cardoso.

A intervenção musical coube ao cantautor Vítor Sarmento, que animou a sessão com cânticos de Abril e evocou, entre outros, o poeta Manuel Alegre e o também cantautor Adriano Correia de Oliveira. O jornalista José Manuel Barroso leu um poema da sua autoria dedicado ao general Melo Antunes, publicado na revista. O mesmo fez a poeta Maria Alcina Adriano, lendo poema que criou para este número de *O Referencial*: *A música suave*. No final, o coronel Vasco Lourenço entregou a estes intervenientes, em gesto de homenagem e agradecimento, a medalha comemorativa dos 52 anos do 25 de Abril.

AOFA HOMENAGEIA "OFICIAIS DA LIBERDADE"



A sessão em que o Presidente da República e o ministro da Defesa Nacional se fizeram representar e a que assistiu o presidente da A25A, teve importantes intervenções de homenagem aos militares do 25 de Abril de 1974

A AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas teve a iniciativa de evocar e de homenagear os "Oficiais da Liberdade", por ocasião das comemorações do 52.º aniversário do 25 de Abril, tendo escolhido o dia 25 de Abril e as instalações da A25A para a concretizar.

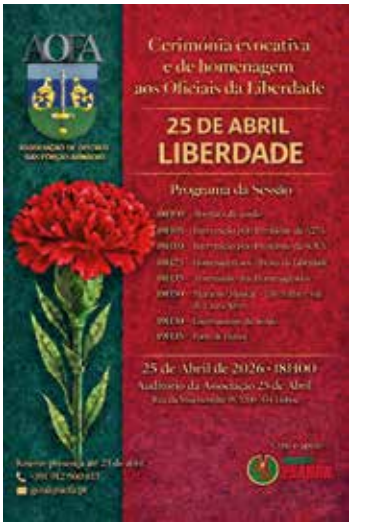
Destaca-se o relevante significado simbólico desta iniciativa em que, através da AOFA, a actual geração de oficiais das Forças Armadas prestou um tributo de gratidão aos seus camaradas que, há meio século, tiveram a coragem de derrubar a ditadura e abrir as portas à liberdade, à democracia e ao fim da guerra colonial.

A sessão em que o Presidente da República e o ministro da Defesa Nacional se fizeram representar e a que assistiu o presidente da A25A,

teve importantes intervenções de homenagem aos militares do 25 de Abril de 1974.

O comandante Rodrigues Marques, presidente do Conselho Nacional da AOFA, afirmou que "homenagear os oficiais que, há mais de cinco décadas, trocaram a segurança da obediência pelo risco da libertação, assume uma relevância sublime e indelével". Mais adiante, acrescentou: "Obrigado por terem sido o rosto da dignidade das Forças Armadas. Obrigado por terem entregado o poder à vontade popular, terem honrado a farda que vestimos e primarem pelo princípio de servirem Portugal e os portugueses". No discurso, afirmou ainda que o seu "memorável empenho e exemplo de afirmação e coragem nos serve de referência e de encorajamento, constituindo-se o vosso exemplo de ontem como bússola orientadora na defesa dos direitos e da dignidade dos militares em geral e dos oficiais das Forças Armadas em particular".

O tenente-coronel Paulo Coelho da Cruz, vice-presidente do Conselho Nacional da AOFA, salientou ser um privilégio "olhar, olhos nos olhos, homens como nós, mas que na primavera de 1974 decidiram que o futuro de Portugal não poderia continuar a ser o do privilégio para poucos, o silêncio e o medo para tantos, ou a guerra para demasiados". Na sua intervenção destacou, também, que "ainda que os militares sejam treinados para a disciplina, obediência e para a hierarquia, os nossos Oficiais da Liberdade souberam e ousaram ouvir a mais alta das prioridades: a voz da sua consciência e o clamor silenciado de um povo exausto, do qual se



sentiam parte, fustigados pela guerra, pela pobreza e analfabetismo, num Portugal cada vez mais 'orgulhosamente só'. Não temos saudade desse tempo".

Durante a sessão também falou Marta Silva, neta do coronel Nuno Santos Silva, que com "enorme orgulho e emoção" e "ao lado do meu avô, um dos Capitães de Abril", declarou que falava a pensar na sua geração que "cresceu num país livre e nunca soube o que é viver em ditadura", alertando que "a democracia não é um dado garantido". No seu belo discurso, mostrou preocupação pela maneira como a sua geração se forma nas redes sociais, um espaço onde circula a desinformação e onde pouco se pensa e reflete, mas exprimiu a sua confiança num futuro de democracia e liberdade, misto é, no caminho aberto pelo 25 de Abril, que é preciso defender, construir e renovar todos os dias.



O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima | Colaborador editorial: José Armando Lopes | Coordenadores principais: Adelino Rodrigues da Costa, Lídia Praça | Coordenadores: Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, Jorge Golias, José Fanha, Rodrigo de Sousa e Castro | Conselho Editorial: Adelino Rodrigues da Costa, Alexandre Manuel, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Fátima Lopes Cardoso, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, Lídia Praça, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Vasco Lourenço, Viriato Soromenho Marques | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do Norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq. - 4050-092 PORTO - Telefone: 222031197 e 917583975 - Endereço electrónico: anterors@netcabo.pt ou delnorte@a25abril.pt | delegação do Alentejo: Bairro da Esperança, Edifício 2 – Bloco 3, loja R/C, 7560-145 GRÂNDOLA | Canadá: Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá info@ac25abril.ca | Fotos: Direitos Reservados | Edição gráfica: Vera Cardoso Ribeirinho | Impressão e acabamento: NORPRINT.

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*.



NOVO DELTA CAFÉS SIGNATURE.

A OBRA-PRIMA DO CAFÉ EM GRÃO.

DOIS NOVOS BLENDS DE ARÁBICA E ROBUSTA COM TODA A ARTE DO CAFÉ DELTA.

PUB

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO.
QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.
Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.
Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.

Montepio
Associação Mutualista

Saiba mais em
montepio.org

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa